



FICHADO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SC/RIO
FICHADO

GOV/EST/AMAZONAS - GE-520/71

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
D. A.

1 SET 1971 58840

JOSÉ BERNARDO CABRAL

SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES

APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Carimbo do S. C.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Anexos:

61. 271/71

CJ-120/72

002777

-6. ABR. 1972

DIRETORIA DO EXPEDIENTE

Distribuição

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Sec Adm 2.9.71	SA	
SEC GERAL	S. Geral 19-11-71	
3. ix. 71	SE. 19-11-71	
S. Geral 6-9-71	SC. 30-11-71	
SE. 6-9-71	Sec. Geral 30-11-71	
SC - 8-9-71	SE. 30-11-71	
SC/BSB.	Cy 8-12-71	
SE/Brasília. 15.9.71	Dia. Miera 8/12/71	
SC, Rio 23.9.71	Angem 2.3.72	
Sec. Geral 1-10-71	SC/BSB 3.3.72	
SE. 4-10-71	Sec. Adm.	
Cy 4-10-71	10.3.72	
Diretoria 13/10/71	SC. 3.4.72	
Sec. Geral 14.10.71	Sec. Adm.	
SE. 14-10-71	3.4.72	
SC 18-10-71	PR 5.04.72	

Ao Assistente Secretário

Em

002833

-7.04.72



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR
CHEFIA

N8. Pro. CSS. J70. J.P. Q

Em 10 / 04 / 1972

ENC. N.º 213 ASS/SEC- 259

De ordem do Exmo Senhor General Chefe do Gabinete Militar, encaminho o seguinte expediente:

Procedência: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Enderêço: BRASÍLIA - DF
Referência: JOSÉ BERNARDO CABRAL
(SUBPROCURADOR FISC, SEC FAZ DO ESTADO)
Assunto: APOSENTADORIA COMPULSÓRIA COM BASE NO AI/10
Anexo: EM 226/GM-B, DE 05.04.72 DO MIN JUSTIÇA, PROJETO DE DECRETO E DECRETO

Ao:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Ch Gab Civil | <input type="checkbox"/> Subch Ass Parl |
| <input type="checkbox"/> Ch S N I | <input type="checkbox"/> Ass Esp Pres Rep |
| <input checked="" type="checkbox"/> Ch Gab SG/CSN | <input type="checkbox"/> Ass-Ch A E R P |
| <input type="checkbox"/> Ch Gab S N I | <input type="checkbox"/> Sec Part Pres Rep |
| <input type="checkbox"/> Subchefe <input type="checkbox"/> Ex | <input type="checkbox"/> Mar <input type="checkbox"/> Aér <input type="checkbox"/> Exec |
| <input type="checkbox"/> Subch Gab Civil | <input type="checkbox"/> |

Para:

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Examinar | <input checked="" type="checkbox"/> Providências cabíveis |
| <input type="checkbox"/> Estudar | <input type="checkbox"/> Divulgar âmbito órgão |
| <input type="checkbox"/> Informar | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Conhecer | <input type="checkbox"/> Devolver |
| <input type="checkbox"/> Dar parecer | <input type="checkbox"/> Arquivar |

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL
Protocolo
N.º 025-6672
Em 110472/10
SECRETARIA GERAL

CONSELHO de SEGURANÇA NACIONAL
N.º 00275
Em 1214/1972
SECRETARIA GERAL

A SGC
Em 10/4/72

OCTAVIO AGUIAR DE MEDEIROS - CEL
ASS/SEC CHEFE GAB MIL PRES REP

SC-GM 393/72

SECRETARIA GERAL

Brasília, DF.

Em 18 de abril de 1972

APRECIÇÃO SUCINTA DO PROCESSO MJ/58840/71

ASSUNTO: Aposentadoria pelo AI/10, de JOSÉ BERNARDO CABRAL, Sub Procurador Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas.

Dados extraídos do Processo

- O servidor teve cassado o mandato de deputado federal e suspensos os direitos políticos por 10 (dez) anos, com base no AI/5, em 10 de fevereiro de 1969.
- Tendo em vista o AC/78 e a fim de ter definida sua situação jurídica, requereu ao Secretário do Interior e Justiça do Amazonas

"as providências que se fizerem necessárias e que se ajustarem às exigências legais", uma vez não terem sido obedecidos o AI/10 e o AC/78.

- O titular daquela Secretaria de Estado tendo em vista que ao postulante deixaram de ser aplicadas, como legalmente devidas, a perda de cargo ou a aposentadoria compulsória, sugeriu representação ao Chefe do Governo, através o Ministro da Justiça para definir a situação do servidor, visando as sanções previstas nas letras a ou b do art. 10 do AI/10.
- O Governador do Estado acolheu e representou ao titular da Justiça no sentido da aplicação da medida proposta pelo seu Secretário.

(GE - 520/71, 18.8.71)

Representação:

Face parecer de sua Consultoria Jurídica, o Ministro da Justiça, através EM/GM/226-B, de 5.4.72, propôs ao Exm^o Senhor Presidente da República a aposentadoria do servidor nos termos do AI/10, de 16 de maio de 1969.

Parecer

Esta Secretaria julga que a medida proposta, consubstanciada em projeto de decreto, encontra amparo no que dispõe o AI/10, que a fundamenta.

Sugestão

Tendo em vista incorreções no projeto de decreto enviado pelo Senhor Ministro da Justiça à consideração presidencial, sugerimos, que o mesmo seja lavrado nos termos do que segue em anexo.

OM N.º Pro. C.S.S. 170-J, P.5

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
002777 -6 ABR. 1972
DIRETORIA DO EXPEDIENTE

GM/ 226 -B

BRASÍLIA,
Em 5 de abril de 1972

Chefia Gab. MII

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

00259
10 ABR. 1972

Com o ofício GE - 520/71, de 18 de agosto, o Senhor Governador do Estado do Amazonas, em face da situação anômala em que se encontra o servidor JOSÉ BERNARDO CABRAL, Subprocurador Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado, propõe sua aposentadoria compulsória, com fundamento no art. 1º letra b, do Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969.

2. Trata-se de servidor que, como Deputado Federal, teve seu mandato cassado, em 10 de fevereiro de 1969, bem como suspensos seus direitos políticos, com base no Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

3. O assunto, levantado pelo próprio servidor, foi apreciado pelo Senhor Secretário do Interior e Justiça do Estado que, como preceitua o Ato Complementar nº 39, de 20 de dezembro de 1968, sugeriu fosse feita a representação a esta Secretaria de Estado, a fim de que ficasse definida a situação jurídica daquele servidor.

4. Nestas condições, tenho a honra de submeter o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência, permitindo-me juntar o anexo projeto de decreto, que consubstancia a medida.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de profundo respeito.

Alfredo Buzaid
ALFREDO BUZAID

Ministro da Justiça

CONSELHO de SEGURANÇA NACIONAL
N.º 00275
Em 11/4/1972
SECRETARIA GERAL

Proc. 58 840/71

lnb/mmb/mpa

SEC - GM

Ao Assistente Secretário

002333 -7 ABR 72

Em

21/4/72

O Presidente da República ,
tendo em vista o artigo 182 da Constituição
e o que consta do Processo nº 58.840/71, do
Ministério da Justiça, resolve

APOSENTAR na forma do disposto no art. 1º,
letra "b", do Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969,
JOSÉ BERNARDO CABRAL, no cargo de Subprocurador da Procurado -
ria Jurídica e Fazendária do Estado do Amazonas, com proventos
proporcionais ao tempo efetivo de serviço.

Brasília, DF, em 15 de maio de 1972;
151º da Independência e 84º da República.

Américo de Oliveira

Deputado

DIRETORIA DO EXPEDIENTE

Publica o Diário Oficial de 16 MAI 1972

226

Augusto J. B. Braga Filho
Assistente - SDP

N8. Pro. CSS. J70. J, P. 7

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
PR. 2999 / 72
16 MAI 1972
SECRETARIA

JUSTIÇA

O Presidente da República,

tendo em vista o que consta do processo nº 58 840 de 1971, do Ministério da Justiça, e art. 182 da Constituição,

RESOLVE, de acordo com o art. 1º, letra b, do Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969, aposentar JOSÉ BERNARDO CABRAL no cargo de Subprocurador Fiscal do Estado do Amazonas, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Brasília, em de de 1972;
151º da Independência da República.

ref. Inuic

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
002777 -6. ABR. 1972
DIRETORIA DO EXPEDIENTE

O Presidente da República,

tendo em vista o artigo 182 da Constituição e o que consta do Processo nº 58.840, do Ministério da Justiça, resolve

APOSENTAR, na forma do disposto no art. 1º, letra "b", do Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969, JOSÉ BERNARDO CABRAL, no cargo de Subprocurador Fiscal ^{da Sec. Fay} do Estado do Amazonas, com proventos proporcionais ao tempo efetivo de serviço.

Brasília, em

de

de 1972;

151º da Independência da República.

* 84º

→


 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 D. A.

1 SET 1971

58840

SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES

Governo do Estado do Amazonas
Gabinete do Governador

Nº GE-520/71

MANAUS, 18 de agosto de 1971.

SENHOR MINISTRO:

Sob apreciação o processo nº 225/71-SIJ, que encerra em seu bojo parecer do senhor Secretário de Justiça do Estado.

Com efeito, a situação do servidor JOSÉ BERNARDO CABRAL se constitui em estranha anomalia que está a pedir solução adequada.

O funcionário em aprêço teve cassado o seu mandato de deputado federal e suspensos seus direitos políticos com base no Ato Institucional nº 5, de 13.12.68, em data de 10.02.69.

Sua situação, entretanto, não foi definida eis que não se lhe seguiu a representação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República de que cogita o art. 2º do A.I. nº 10, de 16 de maio de 1969.

O Ato Complementar nº 78 como bem acentua o senhor Secretário de Justiça, em seu parecer de fls., reabriu os prazos do Ato Institucional nº 10, consoante se colhe do seu art. 8º.

Em face do exposto venho, ao presente, apresentar a Vossa Excelência a fim de ser encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a postulação sub judice, sugerindo, respeitosamente, seja ao servidor JOSÉ BERNARDO CABRAL concedida a aposentadoria compulsória com proventos proporcionais ao tempo de serviço, na conformidade com que prescreve o art. 1º, letra b, do Ato Ins

=====

Ao Excelentíssimo Senhor Professor ALFREDO BUZARD, Digníssimo MINISTRO DA JUSTIÇA.

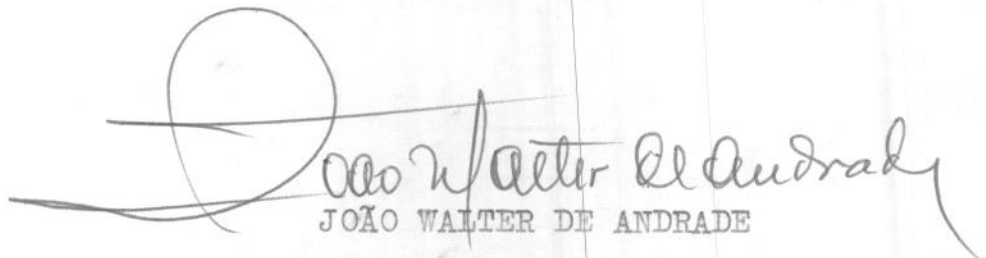
BRASÍLIA - DF.



Governo do Estado do Amazonas
Gabinete do Governador

Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969, tendo em vista que o postulante exerceu os mais destacados cargos na pública administração, com um tempo total de serviços de 13 anos, 09 meses e 4 dias, ou sejam 5.019 dias.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e distinguido apreço.


JOÃO WALTER DE ANDRADE
Governador do Estado

58840



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Não consta processo anterior.

C.B. - 2

19/9/71

Ao Serviço de Comunicações-

Rio solicitando esclarecer se o Processo nº 225/71 - SIJ, de interesse de JOSÉ BERNARDO CABRAL, aludido no Ofício de fls. 1/2, deu entrada nesse Serviço e, em caso negativo, enviar o presente ao Serviço de Comunicações-Brasília para que, também, possa opinar a respeito do assunto.

SG/DCP, em 8 de setembro de 1971

Lina Bastos de Roure

LINA BASTOS DE ROURE

Diretora

Não consta em nossos arquivos, processo anterior referente a este assunto.

S.C./S.R.E. 9/9/71

Sílvia Magalhães Ribeiro

Subente nível 5

Ao S. C. Brasília

Em 9/9/71.

Otília Camp

Chefe do S. C.

Não consta em nossos arquivos, processo anterior referente a este assunto.

SC-B-20-9-71 - Oly

Restitua-se ao S.C. Rio, ratificando
a informação retida.

SCB 20.9.71

Haydcehuf
Assist.

À Tenente geral.

Em 29/ set. /71.

Ottília Quaresma
chefe do S.C.

Do S.C. para aguardar
a resposta ao Aris 614, de
11.10.71. (P. 4)

SECRETARIA GERAL

Divisão de Coordenação Processual

Em 18 de 10 de 1971

Leoni Prado de Souza
DIRETOR

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA


SG/DCP/SE 6/24

Em 30 de outubro de 1971

Senhor Chefe do Gabinete

Em atenção ao Ofício nº GE-520/71, datado de agosto do corrente ano, com o qual o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Amazonas, fazendo referência ao Processo nº 225/71-SIJ, que contém parecer do Senhor Secretário de Justiça desse Estado, formaliza representação no sentido de que o servidor JOSÉ BERNARDO CABRAL seja aposentado de acordo com o Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969, em virtude de cassação do seu mandato de Deputado Federal e da suspensão dos seus direitos políticos, encareço a Vossa Excelência se digne determinar o encaminhamento, a esta Secretaria de Estado, do referido processo, uma vez que o mesmo não veio anexo ao citado expediente.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de perfeita estima e distinta consideração.


RAUL ARMANDO MENDES
Secretário - Geral

A Sua Excelência o Senhor
CHEFE DO GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO
ESTADO DO AMAZONAS.
Proc. MJ-58 840/71.
AMP/jsa



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

RECEBIDO
ESTADO

OF/ Nº 842- de 26.10.71-/GOVERNO DO AMAZONAS

JOSÉ BERNARDO CABRAL

~~DIREITOS POLÍTICOS SUSPENSO= SOLICITA SOLUÇÃO~~

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
D. A.

=4 NOV 1971 61271

SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES

Carimbo do S. C.

Autuação

Anexos

Distribuição

Sec. Geral B

5.11.71

SG-RIO-17-11-71

SG 19-11-71

Maria Cavalete 19-11-71

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

58840/71

Nº. Pro. CSS. 170. J, P. 17



Governo do Estado do Amazonas
Gabinete do Governador

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	
D. A.	
4 NOV 1971	61271
SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES	
FICHADO	

Nº CCC-842/71

MANAUS, 26 de outubro de 1971.

SENHOR SECRETÁRIO-GERAL:

Atendendo ao solicitado por Vossa Excelência, em ofício SG/DCP/SE 614, de 11 do mês em curso, estou encaminhando, com o presente expediente, o Processo de nº 225/71-SIJ, em que é parte interessada o servidor JOSÉ BERNARDO CABRAL.

Saudando, cordialmente, a Vossa Excelência, envio-lhe protestos de elevado apreço e consideração.

Gilson de Carvalho Albuquerque
GILSON DE CARVALHO ALBUQUERQUE
Chefe da Casa Civil

Ao Excelentíssimo Senhor
Doutor RAUL ARMANDO MENDES,
Digníssimo Secretário-Geral do Ministério da Justiça.

Brasília - DF

KIV/uo.



ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE INTERIOR E JUSTIÇA

Processo N.º .. 225...../71.....	Sigla SIJ.....
" " .. 31.5.71...../.....	"
" " .. 02545...../71.....	" P.R.N.....
" "	"
" "	"

ASSUNTO: EXPONDO- sua situação e requerendo solução.

INTERESSADO: JOSÉ BERNARDO CABRAL

ANEXO:

MOVIMENTO DO PROCESSO

ANDAMENTO	DATA	ANDAMENTO	DATA
A diretoria			
Da Presidência	31.5.71		
Do Gabinete - <i>Sten</i>	31.5.71		
A.P.A.	4.6.71		
U. S.P. - <i>Sten</i>	7.6.71		
Do Gabinete - <i>Sten</i>	7.6.71		
Do Gabinete - <i>Sten</i>	7.6.71		
Do Gabinete - <i>Sten</i>	8.6.71		
Do Gab. do Governador	8-6-71		
Do arquivo	23-8-71		

N8. Pro. CSS. 170. J, P, 19
F. P. M. 1



ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA
GABINETE DO SECRETÁRIO

7
J

Of. G-SIJ/329/71
Proc. 225/71-SIJ.

MANAUS, 7 de junho de 1971

P R N
02545
Em 8-6-71

SENHOR GOVERNADOR:

Veio a esta Secretaria postulação da la vra do doutor JOSÉ BERNARDO CABRAL, Sub-procurador fiscal lotado na Secretaria de Fazenda, o qual na qualidade de de putado federal teve o seu mandato cassado em 10 de FEVEREIRO de 1969 ex-vi do Ato Institucional nº 5, de 13 de DEZEMBRO de 1968.

Fundamenta, o requerente, o seu petitorio nas disposições do Ato Institucional nº 10, de 16 de MAIO de 1969 e nas do Ato Complementar nº 78, de 15 de JANEIRO de 1970.

2. Cassado o seu mandato eletivo e afastado definitivamente de seu cargo, o Executivo Estadual deixou fluir o prazo fatal de 30 dias até seu esgotamento final (§ 2º, art. 2º AI n. 10), para representar ao senhor Presidente da República, por intermédio do Ministro da Justiça, visando as sanções previstas nas letras a e b, do artigo 1º do AI nº 10, citado.

3. Resulta que ao postulante deixaram de ser aplicadas, como legalmente devidas, a perda de cargo ou a aposentadoria compulsória, a tanto estava sujeito da da a sua condição de funcionário estadual.

.....

Ao
Excelentíssimo Senhor Coronel Engenheiro JOÃO WALTER DE ANDRADE, Digníssimo GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS.
Palácio "Rio Negro"

P r e s e n t e



ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA
GABINETE DO SECRETÁRIO

8
/

Oito meses após foi baixado o Ato Complementar nº 78, que visa a "uniformizar a interpretação dos preceitos que autorizam a suspensão dos direitos políticos e a cassação de mandatos, bem como as medidas acessórias...", por isso que reabriu os prazos do AI nº 10, consoante disposto em seu art. 8º, aplicável a "todas as pessoas que tenham sofrido ou venham a sofrer a suspensão dos direitos políticos ou a cassação de mandato eletivo com base nos Atos Institucionais!"

4. De consequência, sugiro a Vossa Excelência, data vênia, providências legais no sentido de ser formada representação ao Senhor Presidente da República, por intermédio do Ministro da Justiça como prescreve o Ato Complementar nº 39, de 20 de Dezembro de 1968, para definir a situação jurídica do servidor JOSÉ BERNARDO CABRAL, uma vez que é medida que se impõe por determinação expressa da legislação especializada sobre a matéria.

Renovo a Vossa Excelência protestos de distinguida consideração.


NEWTON DE MENEZES VIEIRALVES

Secretário de Estado do Interior e Justiça

Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior e Justiça:

Secretaria do Interior e Justiça

N.º 223

Recebida em 31/5/1971

JOSÉ BERNARDO CABRAL, brasileiro, casado, advogado, residente na Cidade do Rio de Janeiro, GB, na rua Barão de Ipanema, 15 aptº 503, e atualmente de passagem por esta Cidade, vem expor e requerer a V. Exa. o que adiante se segue:

1. O requerente, por Decreto de 31 de janeiro de 1959, consoante seus assentamentos funcionais, foi nomeado para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Sub-Procurador da Procuradoria Jurídica e Fazenda do Estado (Diário Oficial de 2 de fevereiro de 1959, nº 18.815);
2. A partir dessa data, em diferentes oportunidades, exerceu, em comissão, os cargos de Chefe da Casa Civil do Governador, Chefe de Polícia e Secretário do Interior e Justiça, sempre optando pelos vencimentos do seu cargo de Sub-Procurador;
3. No ano de 1962 elegeu-se deputado estadual à Assembleia Legislativa do Estado, em cujas funções permaneceu até 31 de janeiro de 1967;
4. De 1º de fevereiro de 1967 até 10 de fevereiro de 1969 desempenhou o mandato de deputado federal, conforme faz prova o registro de sua vida funcional, quando teve o seu mandato cassado e suspensos os seus direitos políticos por 10 anos, por força do Ato Institucional nº 5;
5. Posteriormente, o Sr. Presidente da República editou o Ato Complementar nº 78 para regular a situação dos servidores públicos que sofreram a suspensão de seus direitos políticos ou tiveram mandatos cassados;
6. Assim é que o artigo 2º desse Ato estabelece'

estabelece que o "afastamento decorrerá de pleno direito, do ato de suspensão dos direitos políticos ou cassação do mandato eletivo, e independerá de ordem do diretor da repartição a que estiver subordinado o servidor";

7. No artigo 4º preceitua o envio ao Ministério da Justiça da representação a que se refere o § 2º, do art. 2º do Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969, no prazo de 30 dias a contar da publicação do Ato Complementar nº 78, se o ato de suspensão de direitos políticos ou cassação de mandato eletivo lhe tenha sido anterior;
8. Em seu art. 7º estatui que os efeitos do afastamento cessarão quando "decorrido o prazo da suspensão dos direitos políticos";
9. Por outro lado, o art. 1º do Ato Institucional nº 10 (alínea b), determina que a suspensão dos direitos políticos poderá acarretar "a aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo efetivo de serviço das pessoas que exerçam cargo ou função" na administração direta ou indireta tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal, territórios ou municípios;
10. Ora - e daí a motivação do presente - tendo sido o requerente convidado para preencher a sua ficha referente ao Censo do Funcionalismo, chegou à conclusão de que se está à frente de uma situação funcional sui generis, eis que não se enquadra em nenhuma das circunstâncias previstas na legislação revolucionária, pela qual todos, em situação semelhante, foram aposentados, passando a perceber seus proventos desde a data em que tiveram os seus direitos políticos suspensos;
11. É fóra de dúvida que tal circunstância anômala não deve continuar, razão por que requer a V. Exa. se digne determinar as providências que se fizerem necessárias e que se ajustarem às exigências legais.

P. DEFERIMENTO.

Manaus, 31 de maio de 1971.


José Bernardo Cabral CPF 022180207



ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO Nº 225/71

A DA, para instruir.

Em 4/6/71

J. J. Vieira

*
/



cópia

ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

C E R T I D ã O

CERTIFICO, a requerimento verbal do Doutor JOSE BERNARDO CABRAL, Sub-Procurador da Procuradoria Fiscal e Judicial do Estado, atualmente exercendo o cargo eletivo de Deputado Federal que, revendo os seus assentamentos funcionais existentes nesta Secção, encontrei as seguintes anotações:- Por decreto de trinta e um de janeiro de mil novecentos e cinquenta e cinco, foi nomeado, para exercer, o cargo de Delegado Especializado de Roubos e Falsificações, do Departamento Estadual de Segurança Pública. Por decreto de doze de março de mil novecentos e cinquenta e cinco, foi exonerado, a pedido, do cargo de Delegado Especializado de Roubos e Falsificações do Departamento Estadual de Segurança Pública. Por decreto de vinte e três de junho de mil novecentos e cinquenta e cinco, foi nomeado, para exercer o cargo de Promotor Substituto da Comarca de Itacoatiara, nos termos do artigo sessenta e sete, da Lei número oitocentos e oitenta e três, de trinta de dezembro de mil novecentos e cinquenta, Código do Ministério Público, modificado pelo artigo quarenta e dois, da Lei número duzentos e doze, de vinte e nove de dezembro de mil novecentos e cinquenta e quatro. Assumiu a dezessete de junho de mil novecentos e cinquenta e cinco, Offício número quinhentos e oitenta e cinco, de dezanove de agosto de mil novecentos e cinquenta e cinco, da Procuradoria Geral do Estado. Por Decreto de seis de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e seis, foi exonerado do cargo de Promotor Substituto da Comarca de Itacoatiara, em virtude do respectivo titular ter assumido o exercício do referido cargo fora do qual se encontrava em gozo de férias. Por decreto de dezanove de junho de mil novecentos e cinquenta e seis, foi nomeado para exercer, em Comissão, o cargo de Chefe de Serviço de Administração do Departamento de Assistência e Previdência Social. Por decreto de vinte e um de novembro de mil novecentos e cinquenta e seis, foi exonerado, a pedido do cargo de Chefe de Serviço da Administração Geral do Departamento de Assistência e Previdência Social. Por decreto de quinze de agosto de mil novecentos e cinquenta e sete, foi nomeado de acordo com o artigo quinze, ítem I, da Lei



ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

da Lei número quatrocentos e noventa e quatro, de dezesseis de dezembro de mil novecentos e quarenta e nove, para exercer, em comissão, as funções de Chefe de Polícia, do Departamento Estadual de Segurança Pública, padrão CC-cinco, órgão constitutivo da Secretaria do Interior e Justiça. Por decreto de três de outubro de mil novecentos e cinquenta e sete, foi exonerado, a pedido, do cargo de Chefe de Polícia, do Departamento Estadual de Segurança Pública, CC-cinco, em comissão. Por decreto de nove de abril de mil novecentos e cinquenta e oito, nomeado de acordo com o artigo vinte, da Lei número cento e oitô, de vinte e três de dezembro de mil novecentos e cinquenta e cinco, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário do Interior e Justiça. Por decreto de cinco de maio de mil novecentos e cinquenta e oito, foi designada para responder pelo expediente do Departamento Estadual de Segurança Pública, durante a ausência do titular. Por decreto de vinte de dezembro de mil novecentos e cinquenta e oito, foi nomeado para constituir a comissão que, sob a presidência do Professor Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, terá por fim levar a efeito o concurso a que se refere o artigo cento e oitenta e seis, do decreto número trinta, de oito de junho de mil novecentos e cinquenta e seis. Por decreto de oito de janeiro de mil novecentos e cinquenta e nove, foi-lhe permitido que se ausentasse do exercício do seu cargo, a partir do dia doze do corrente mês, em virtude da viagem que terá de empreender ao sul do país. Por decreto de trinta e um de janeiro de mil novecentos e cinquenta e nove foi nomeado, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Sub-Procurador Jurídico da Procuradoria Jurídica e Fazendária do Estado, de acordo com o artigo quarto da Lei número cento e noventa e dois, de quatro de dezembro de mil novecentos e cinquenta e quatro. Por decreto de trinta e um de janeiro de mil novecentos e cinquenta e nove foi nomeado, o Sub-Procurador Jurídico, efetivo da Procuradoria Jurídica e Fazendária do Estado, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Gabinete da Casa Civil do Governador do Estado, padrão CC-um. Publicado no Diário Oficial de três de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e nove. Por decreto de vinte e dois de julho de mil novecentos e sessenta, foi nomeado para presidente da Comissão de Revisão de Salário-Família, criado pelo Decreto número trinta, de vinte e dois de julho do cor-

191-19
191-19



ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

do corrente ano. Por decreto de quinze de outubro de mil novecentos e sessenta, foi permitido que o Sub-Procurador da Procuradoria Jurídica e Fazendária do Estado, se ausente do Estado, a serviço d'êste Executivo, pelo prazo de quinze dias, sem quaisquer ônus para os cofres públicos estaduais. Por decreto de quinze de outubro de mil novecentos e sessenta, foi exonerado, a pedido, de acôrdo com o artigo oitenta e nove parágrafo primeiro, alínea a da Lei número quatrocentos e noventa e quatro, de dezesseis de dezembro de mil novecentos e quarenta e nove, do cargo, em comissão, de Chefe de Gabinete da Casa Civil do Governador do Estado, padrão CC-um. Por decreto de nove de novembro de mil novecentos e sessenta, foi permitido que o Sub-Procurador Jurídico, da Procuradoria Jurídica e Fazendária, se ausente de Manaus, por dez dias, a serviço do Govêrno, sem ônus para os cofres públicos. Por decreto de onze de abril de mil novecentos e sessenta e um, foi nomeado, de acôrdo com o artigo quinze, ítem primeiro da Lei número quatrocentos e noventa e quatro, de dezesseis de dezembro de mil novecentos e quarenta e nove, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Polícia do Estado. Por decreto de onze de abril de mil novecentos e sessenta e um, foi designado, para responder, até ulterior deliberação, pelo expediente da Secretaria do Interior e Justiça. Por decreto de dezessete de abril de mil novecentos e sessenta e dois, foi dispensado, a pedido, do cargo de Secretário do Interior e Justiça. Por decreto de dois de agosto de mil novecentos e sessenta e dois, foi exonerado, a pedido, de acôrdo com o artigo oitenta e nove, parágrafo primeiro, alínea a da Lei número quatrocentos e noventa e quatro, de dezesseis de dezembro de mil novecentos e quarenta e nove, do cargo de Chefe de Polícia, padrão CC-dois, em virtude de haver se candidatado a um cargo eletivo. E, para constar eu,.....
.....Chefe da Secção do Pessoal da Divisão de Administração da Secretaria do Interior e Justiça, passei a presente certidão aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, a qual vai por mim datada e assinada pela Senhora Diretora da Divisão de Administração desta Secretaria.////

CONFERE com o original
Dona de Fabiana Dantas
Chefe da Secção do Pessoal.
Em 2/06/1967.

VISTO: *[Signature]*
Secretaria de J.P.A.

[Handwritten signature]

Of. G-SIJ/329/71
Proc. 225/71-SIJ.

MANAUS, 7 de junho de 1971

SENHOR GOVERNADOR:

Veio a esta Secretaria postulação da la
vra do doutor JOSÉ BERNARDO CABRAL, Sub-procurador fiscal
lotado na Secretaria de Fazenda, o qual na qualidade de de
putado federal teve o seu mandato cassado em 10 de Feve -
reiro de 1969 ex-vi do Ato Institucional nº 5, de 13 de
Dezembro de 1968.

Fundamenta, o requerente, o seu petító -
rio nas disposições do Ato Institucional nº 10, de 16 de
Maio de 1969 e nas do Ato Complementar nº 78, de 15 de Ja
neiro de 1970.

2. Cassado o seu mandato eletivo e afasta-
do definitivamente de seu cargo, o Executivo Estadual dei
xou fluir o prazo fatal de 30 dias até seu esgotamento
final (§ 2º, art. 2º AI n. 10), para representar ao se -
nhor Presidente da República, por intermédio do Ministro
da Justiça, visando as sanções previstas nas letras a e b,
do artigo 1º do AI nº 10, citado.

3. Resulta que ao postulante deixaram de
ser aplicadas, como legalmente devidas, a perda de cargo
ou a aposentadoria compulsória, a tanto estava sujeito da
da a sua condição de funcionário estadual.

.....

Ao


Excelentíssimo Senhor Coronel Engenheiro JOÃO WALTER DE AN
DRADE, Digníssimo GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS.
Palácio "Rio Negro"

P r e s e n t e

Oito meses após foi baixado o Ato Complementar nº 78, que visa a "uniformizar a interpretação dos preceitos que autorizam a suspensão dos direitos políticos e a cassação de mandatos, bem como as medidas acessórias...", por isso que reabriu os prazos do AI nº 10, consoante disposto em seu art. 8º, aplicável a "todas as pessoas que tenham sofrido ou venham a sofrer a suspensão dos direitos políticos ou a cassação de mandato eletivo com base nos Ates Institucionais."

4. De consequência, sugiro a Vossa Excelência, data vênia, providências legais no sentido de ser formada representação ao Senhor Presidente da República, por intermédio do Ministro da Justiça como prescreve o Ato Complementar nº 39, de 20 de Dezembro de 1968, para definir a situação jurídica do servidor JOSÉ BERNARDO CARRAL, uma vez que é medida que se impõe por determinação expressa da legislação especializada sobre a matéria.

Renovo a Vossa Excelência protestos de distinguida consideração.


 NEWTON DE MENEZES VIEIRALVES
 Secretário de Estado do Interior e Justiça



Handwritten signature or initials

PROCESSO Nº 02545/71 P.R.N. Em 8-6-71.

A large rectangular area with horizontal dotted lines, typical of a document template for text entry.



GOVÉRNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Nº CCC-842/71

Ao Excelentíssimo Senhor
Doutor RAUL ARMANDO MENDES,
Digníssimo Secretário-Geral do Ministério da Justiça.

Brasília - DF



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

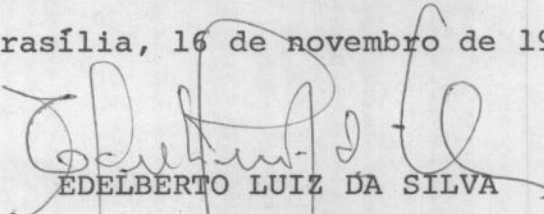
O processo anterior	58.840/71
remetida à	SC - Rio
em	23 de setembro de 1971
SC -	B-4-11-71

Senhor Secretário Geral:

Dispõe o artigo 4º do Ato Complementar nº 78, de 15 de janeiro de 1970, que os Chefes dos Podêres Executivos dos Estados, a cujos quadros pertencerem os servidores afastados, por motivo de cassação de mandato ou suspensão dos direitos políticos, enviarão ao Ministério da Justiça, no prazo de trinta dias a contar da publicação do ato punitivo, a representação a que se refere o § 2º do artigo 2º do Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969.

À vista do exposto, impõe-se o retorno do processo à Governadoria do Estado do Amazonas para a formalização de representação ao Excentíssimo Senhor Presidente da República, por intermédio do Ministério da Justiça, para efeito de definição da situação do servidor interessado, nos termos do artigo 1º, do Ato Institucional nº 10, já citado, como, aliás, havia corretamente sugerido o Exmº Sr. Secretário de Estado do Interior e Justiça, daquele Estado, às fls. 3 dos autos.

Brasília, 16 de novembro de 1971


 EDELBERTO LUIZ DA SILVA
 - Assessor -

Na forma de esta ordem,
devolva-se ao Excmo. Sr. Juiz
Mendonça do Amazonas.

Bsb., 17-11-71.
F. Mendes

À consideração superior opinando pela
remessa do presente processo ao Serviço de Comuni-
cações, a fim de ser efetuada a anexação ao ante-
rior de nº 58 840/71.

SG, em 25 de novembro de 1971

Maria S. dos S. Cavalcanti de Albuquerque

Ao Serviço de Comunicações so-
licitando atender.

SECRETARIA GERAL

Divisão de Coordenação Processual

Em 29 de 11 de 1971

Luiz Basto de Souza
DIRETOR



PROC. 58 840/71-61 271/71
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Com a juntada do processo anterior, submeto o assunto à consideração do Senhor Secretário Geral, opinando por que seja o processo submetido à audiência da douta Consultoria Jurídica.

jap.

SECRETARIA GERAL

Em 7 de 12 de 1971

Paulo Roberto de Jesus
PAULO ARMANDO MENDES
Secretário Geral

À Consultoria Jurídica
Rio, 7-12-71.
[Assinatura]

Consultoria Jurídica
do Ministério da Justiça
RECEBIDO EM 8 12 71
[Assinatura]

*De ordem distribuído a Doutora
Lúcia Sampaio para a finalidade de apreciação.*

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1971
Luizinaldo Resse Junion
Assistente Jurídico.

CONSULTORIA JURÍDICA

GUANABARA

PARECER Nº 5/72

PROCESSO MJ: 58.840/71

CJ - RIO: 958/71

Interessado: Govêrno do Estado do Amazonas

Objeto: Aposentadoria compulsória c/ proventos proporcionais ao servidor JOSÉ BERNARDO CABRAL.

Senhor Consultor Jurídico:

O Governador do Estado do Amazonas representa a esta Pasta a fim de ser encaminhado à Presidência da República o pedido de aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço, na conformidade do que prescreve o artigo 1º letra b do Ato Institucional nº 10 de 16 de maio de 1969, do servidor JOSÉ BERNARDO CABRAL.

O assunto foi levantado pelo próprio servidor, sub-procurador fiscal, lotado na Secretaria da Fazenda daquele Estado, o qual, na qualidade de deputado federal teve cassado seu mandato em 10 de fevereiro de 1969 com base no Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, fundamentou ele sua petição no Ato Institucional

nº 10 e no Ato Complementar nº 78 a fim de ver solucionada sua situação sui generis de ter sido cassado e suspensos os seus direitos políticos e não estar definida a vida funcional.

Ouvido o Secretário do Interior e Justiça do Estado, sugeriu o mesmo fosse feita a representação como prescreve o Ato Complementar nº 39 de 26 de dezembro de 1968 para definir a situação jurídica daquele servidor.

Opinamos, diante do exposto, por que se encaminhe a representação do Governador do Estado do Amazonas com pedido de aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço na conformidade do que prescreve o artigo 1º letra b do AI nº 10 de 16 de maio de 1969.

CJ/RIO em, 2 de março de 1972

Nícia de Carvalho Mariani Samraio
NICIA DE CARVALHO MARIANI SAMRAIO
Assistente Jurídico

/ajps.

CONSULTORIA JURÍDICA

BRASÍLIA, DF.

DESPACHO CJ : 53/72

REF.: Parecer CJ : 5/72-Rio

PROCESSO MJ : 58 840/71

CJ : 120/72


Senhor Ministro,

Trata-se de servidor estadual - Subprocurador Fiscal, da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas, que teve seu mandato de Deputado Federal cassado em 10-2-69, e suspensos seus direitos políticos, com base no AI-5.

O Governador daquela unidade da Federação, pelo expediente de fls. 1/2, em face da situação sui generis do servidor estadual, propõe a aposentadoria compulsória - do mesmo, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, com base no art. 1º, letra b, do AI-10, de 16-V-1969.

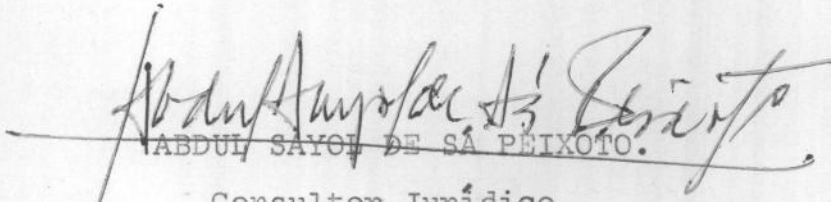
O processo foi convertido em diligência, fls. 4, retornando agora a esta Pasta, satisfeita a exigência.

Isto posto, sugerimos a aposentadoria de José Bernardo Cabral, com proventos proporcionais ao tempo de



de serviço, consoante a letra b do AI-10, de 16-V-1969, como Subprocurador Fiscal, da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas.

Brasília, 9 de março de 1972.


~~ABDUL SAYOC DE SA PEIXOTO.~~
Consultor Jurídico.

/mjbf.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSULTORIA JURÍDICA

PROCESSO MJ: 58.840/71

Promove-se o encaminhamento.
D. 20.03.79.
↓
memor -

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GM/ 226 -B

BRASÍLIA,
em 5 de abril de 1972

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Com o ofício GS - 520/71, de 18 de agosto, o Senhor Governador do Estado do Amazonas, em face da situação anômala em que se encontra o servidor JOSÉ BERNARDO CABRAL, Subprocurador Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado, propõe sua aposentadoria compulsória, com fundamento no art. 1º letra b, do Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969.

2. Trata-se de servidor que, como Deputado Federal, teve seu mandato cassado, em 10 de fevereiro de 1969, bem como suspensos seus direitos políticos, com base no Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

3. O assunto, levantado pelo próprio servidor, foi apreciado pelo Senhor Secretário do Interior e Justiça do Estado que, como preceitua o Ato Complementar nº 39, de 20 de dezembro de 1968, sugeriu fosse feita a representação a esta Secretaria de Estado, a fim de que ficasse definida a situação jurídica daquele servidor.

4. Nestas condições, tenho a honra de submeter o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência, permitindo-me juntar o anexo projeto de decreto, que consubstancia a medida.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de profundo respeito.

ALFREDO BUZAID
Ministro da Justiça

Proc. 58 840/71

lnb/smb/mpa

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

teado em vista o que consta do processo nº
58 840 de 1971, do Ministério da Justiça,
e art. 182 da Constituição,

RESOLVE, de acordo com o art. 1º, letra b,
do Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969, aposentar
JOSÉ BERNARDO CABRAL no cargo de Subprocurador Fiscal do Esta
do do Amazonas, com proventos proporcionais ao tempo de servi
ço.

Brasília, em de de 1972;
151ª da Independência da República.

IDENTIDADE		FOTO	NOME JOSE BERNARDO CABRAL
FILIAÇÃO-PAI			
MÃE			
IDADE	ESTADO CIVIL <u>casado</u>		
PROFISSÃO <u>Advogado</u>	POSTO OU GRAD.		
FUNÇÃO <u>Servidor Estadual (AMAZONAS)</u>			
NACIONALIDADE <u>Bras.</u>	NATURAL DE		
LÊ	ESCREVE	CERT. RESERVISTA	
TÍTULO ELEITOR	LOCAL TRABALHO		
ESTUDANTE	ESCOLA	NÍVEL <u>SUPERIOR</u>	
RESIDÊNCIA <u>Rua Barão de Ipanema, 15 Aptº 503 - GBX</u>			
OUTROS DADOS <u>Deputado Federal p/MDB/AM</u>			

HISTÓRICO

- Através o D.O. nº 28, de 10 Fev 69, teve cassado seu mandato eletivo e suspensos seus direitos políticos pelo prazo de 10 anos com base no Ato Institucional nº 5, de 13 Dez 68.
- Pelo D.O. nº 91, de 16 Mai 72, foi aposentado no cargo de Subprocurador da Procuradoria Jurídica e Fazendária do Estado do AMAZONAS, com base no Ato Institucional nº10, de 16 Mai 69, com proventos proporcionais ao seu efetivo tempo de serviço.

CIC



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES



FICHA INDIVIDUAL

1. Nº 078	2. DATA: 14/1/69
3. NOME: <u>JOSÉ BERNARDO CABRAL</u>	
4. FILIAÇÃO:	
5. DATA DO NASCIMENTO:	
6. NACIONALIDADE: BRASILEIRA	
7. NATURALIDADE: AMAZONAS	
8. PROFISSÃO: DEPUTADO FEDERAL	
9. ESTADO CIVIL:	
10. INSTRUÇÃO: SUPERIOR	
11. RESIDÊNCIA:	

FICHA INDIVIDUAL DE JOSÉ BERNARDO CABRAL - (CONT.)12. EXTRATO DE PRONTUÁRIO

- Deputado Federal, pelo MDB/AM.
- Formado em Direito.
- Secretário do Interior e Justiça do Governador Mestrinho.
- Chefe de Polícia do mesmo governo.
- Teve seu extrato de prontuario organizado para e feito das sanções do Art. 10º do AI
- Ligado a Almino Afonso.
- Expediu telegrama de solidariedade a JG, e, nele, referiu-se aos generais como "golpistas" e "gorilas".
- Trabalhou para que elementos comprometidos com a subversão fossem eleitos Vereadores ou Prefeitos, no interior do Estado do Amazonas.
- Ligado a atividades de contrabando de cocaína, no Governo de Mestrinho.
- Articulador da FRENTE AMPLA no Estado do Amazonas.
- Defensor da restauração das eleições diretas.
- Defende a revogação das leis de segurança e de imprensa.
- Acha que a instituição das sublegendas "é uma heresia constitucional".
- Durante as manifestações estudantis de Brasília, interferiu, dificultando a ação policial.
- Atacou o Governo, que considerou "ditatorial e fraco".
- Solidarizou-se com CL, JK e JG.
- Apoia os estudantes e procura orientar o povo contra o Governo.
- É candidato ao Governo do Estado do Amazonas.
- Mantém ligação com os comunistas: Fábio Lucena Pereira Bittencourt, Francisco Guedes de Queiroz, Amazonino Armando Mendes e outros.
- É contrário à política econômico-financeira do Governo.
- Foi contrário à concessão da licença para processar o Dep. Márcio Moreira Alves.



FICHA INDIVIDUAL DE JOSÉ BERNARDO CABRAL (CONT.)

13 - HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

- 1964 - Abr - Difundiu notícias de que o Governador não determinaria a cassação dos mandatos dos Deputados comunistas.
- Mai - Estêve relacionado para efeito das sanções do Artigo 10 do AI, mas foi beneficiado pela intervenção do Governador Plínio Coelho.
 - Enviou telegrama de solidariedade a JG, no qual classificou os generais do Exército como "golpistas" e "gorilas".
- Jun - Foi o único Deputado que votou contra a eleição do Sr Artur Reis para concluir o mandato do ex-Governador Plínio Coelho.
 - Foi o orador, no Sindicato dos Estivadores, em Manaus, por ocasião da entrega de Cartas Constitutivas de Sindicatos Rurais, cerimônia transcorrida em clima de franca agitação.
 - Influenciou para que elementos comprometidos com a subversão fôssem eleitos vereadores e prefeitos no interior do Estado do Amazonas.
- 1966 - Nov - Foi eleito Deputado Federal, pelo MDB/AM.
- 1967 - Jun - "Só se pode acreditar no homem livre, no homem que é capaz de pensar, quando ele atua segundo suas convicções, sem temor de nenhuma espécie", declarou, ao condenar a intervenção nos Sindicatos.
- Ago - Juntamente com os Deputados Hernando Alves e Márcio Moreira Alves, líderes do chamado "grupo dos imaturos do MDB", articulou a criação de um bloco parlamentar, visando o imediato funcionamento da Frente Ampla.
- Set - Protestou contra a prisão do jornalista Flávio Tavares, acusado de subversão.
- 1968 - Fev - Declarou que "as posições assumidas por Costa e Silva em relação à energia nuclear, café solúvel e fretes marítimos estão enfrentando forte reação dentro do próprio Governo, proveniente de forças manipuladas por velhos grupos habituados a sugar a economia do País".



FICHA INDIVIDUAL DE JOSÉ BERNARDO CABRAL (CONT.)

1968 - fev - Defendeu a necessidade da restauração das eleições diretas.

- Manifestou-se contrário à pacificação nacional, acentuando que "o assunto só poderá ser tratado seriamente quando o Governo admitir a revogação das leis de Segurança, de imprensa e do arrocho salarial, além da liberdade de manifestação do pensamento nos meios teatrais e cinematográficos".

mar - Considerou as tentativas de pacificação política realizadas pelo Governo, através de seus porta-vozes "como manobras com sabor de faturamento pessoal".

- Declarou, exaltado que "a instituição das sublegendas é uma heresia constitucional, e a prova eficaz de que o Governo se distancia cada vez mais das aspirações populares".

abr - Durante as manifestações estudantis em Brasília, difficultou a ação policial e formou uma Comissão para verificar a situação dos estudantes, nas delegacias de polícia.

- Homenageou JK, pelo transcurso do 8º aniversário de Brasília.

- Reuniu-se, com outros parlamentares na residência do Senador Martins Rodrigues, para tratar sobre a viagem de Carlos Lacerda a Governador Valadares.

- Declarou na Câmara: "ao seqüito formado por esse Governo ditatorial, com as mãos nas alças do ataúde da democracia, a fim de levar a cova rasa o cadáver da liberdade, os estudantes fazem lembrar aos "Papa Doc brasileiros" que as manifestações de pensamento não serão jamais amordaçadas pelos liliputianos que empalmaram o poder sem o referendun popular." Por isso mesmo, a população estudantil e todo o povo se cobrem de luto com o sangue derramado pelo estudante-mártir NELSON SOUTO, vítima de um aparato policial que demonstra a fraqueza de um Governo que se intitula forte apenas pelas medidas de exceção que põe em prática, os espancamentos, as



FICHA INDIVIDUAL DE JOSÉ BERNARDO CABRAL (CONT.)

agressões e os disparos das armas compradas com o dinheiro do povo e que deveriam ser utilizadas em seu favor e jamais contra".

1968

- Em reunião com outros deputados, decidiu, em relação a FRENTE AMPLA : a) Criar um novo movimento com sigla diferente; b) Impetrar mandado de segurança no STF, contra a Portaria do Min da Justiça; c) Solidarizar-se com CL, JK e JG e d) Realizar os programas da FA, já esquematizados sob a bandeira do MDB, evitando falar na FA.
- Participou de reunião na residência da Dep. Ligia Doutel Andrade, onde foi examinado o discurso do Presidente C.S., pronunciado na ABI e cujos termos foram considerados como não dignos de crédito.

mai

- Acusou o Min. Delfim Neto "de estar tentando lidar com a Zona Franca de Manaus".
- Tomou parte ativa nas manifestações estudantis, de rua, na Av W-3 (Brasília).

jun

- Participou de uma reunião do MDB, para tratar da posição do Partido, face a possibilidade de decretação do estado de sítio na GB e SP, e cooperou para decidir sobre o apoio do Partido aos estudantes, de modo a incentivar o povo contra o Gov. Fed..

ago

- Segundo a imprensa, iniciou sua campanha política, visando eleger-se para o Governo do Estado do Amazonas, em 1970.
- Registrado que o marginado apoiou a CGT e que mantém ligações com os comunistas: Fábio Lucena Pereira Bittencourt, Francisco Guedes de Queiroz e Amazonino Armando Mendes.
- Convidou o Dep. Padre Antônio Vieira para fazer uma conferência na Escola Divina Providência de Manaus, ocasião em que o conferencista atacou o Governo e a Revolução de 64.

set

- É membro da Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados, que apreciou o projeto de anistia a estudantes e trabalhadores, votando a favor.



FICHA INDIVIDUAL DE JOSÉ BERNARDO CABRAL

1968 - out - Participou de reunião, na residência do Sen Martins Rodrigues, destinada a traçar os planos de ação do MDB, face aos acontecimentos ocorridos na UnB, em agosto 68. Nessa ocasião, foi decidido que seria prestado todo o apoio aos movimentos estudantis, e assistência ao líder agitador Honestino Monteiro Guimaraes e a convocação de altas autoridades, civis e militares à CPI que apura as violências na UnB.

nov - Deixou transparecer que há, realmente, um movimento de Mobilização Partidária Parlamentar, dentro da facção extremada do MDB, objetivando uma campanha contra as instituições governamentais e cujos principais objetivos são: - usar a tribuna, com frequência, para ataques sucessivos ao Governo; utilizar os atos de terrorismo como principais peças para a desmoralização do Governo e das Forças Armadas; criticar o Presidente C.S. quanto à sua administração em geral, sem atingir sua personalidade e ou pôr em dúvida sua honestidade; difundir que os Generais Sisenô Sarmento, Garrastazu Médici e Meira Matos são ligados aos grupos de terror.

dez - Acusou o Min da Fazenda de "escamotear, ao público, a informação do desajuste financeiro das contas federais, que até julho já haviam consumido recursos a través de emissão de papel-moeda, da ordem de um milhão de cruzeiros novos, agravados de mais 300 milhões no mês de agosto".

- Ao manifestar-se sobre a concessão da licença para processar o Dep. Marcio Moreira Alves, disse: "Não quero ser partícipe da delapidação do respeito ao princípio da inviolabilidade, nem conviva do triste banquete em que querem transformar esta casa".

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICASERVIÇO FEDERAL DE INFORMAÇÕES E CONTRA-INFORMAÇÃOExtrato de ProntuáriodeJOSE BERNARDO CABRAL

-Deputado Estadual (PTB/AM)

- Em Abr 64 foi citado como elemento comunista, ligado a ALMINO AFONSO. Para sua residência foram levados documentos dêsse último ex-parlamentar, após a Revolução de Março (Arquivo do SFICI).

- Expediu telegramas de solidariedade a JOÃO GOULART e classificou os generais de "golpistas" e "gorilas" (Arquivo do SFICI, Mai 64).

- Ligava-se a ALMINO AFONSO, quando este ia a MANAUS (Ofício nº GE-1198/64, de 14 Mai 64, do Gov. AMAZONAS).

- Compareceu ao "1º Seminário de Estudos da Amazônia", na sede da União dos Estudantes da Amazônia (Ofício nº GE-1198/64, de 14 Mai 64, do Gov. AMAZONAS).

- Foi orador, no Sindicato dos Estivadores, em MANAUS, por ocasião da entrega solene de Cartas constitutivas de Sindicatos Rurais, cerimônia transcorrida em clima de franca agitação (Ofício Nº GE-1198/64, de 14 Mai 64, do Gov. AMAZONAS).

- Em Abr 64, foi relacionado pela Comissão da Assembléia Legislativa do AMAZONAS para ter o mandato cassado, o que só não aconteceu por interferência do Governador PLÍNIO COELHO (Arquivo do SFICI).

- Trabalhou para que elementos comprometidos com a subversão fôssem eleitos vereadores e prefeitos, no interior do Estado do AMAZONAS. (Arquivo do SFICI - Mai 64).

Estado da Guanabara, GB, em 30 de maio de 1964

João B de Figueiredo

 JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

Ten Cel - Chefe do SFICI

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICASERVIÇO FEDERAL DE INFORMAÇÕES E CONTRA-INFORMAÇÃOExtrato de ProntuáriodeJOSE BERNARDO CABRAL

-Deputado Estadual (PTB/AM)

- Em Abr 64 foi citado como elemento comunista, ligado a ALMINO AFONSO. Para sua residência foram levados documentos desse último ex-parlamentar, após a Revolução de Março (Arquivo do SFICI).

- Expediu telegramas de solidariedade a JOÃO GOULART e classificou os generais de "golpistas" e "gorilas" (Arquivo do SFICI, Mai 64).

- Ligava-se a ALMINO AFONSO, quando este ia a MANAUS (Ofício nº GE-1198/64, de 14 Mai 64, do Gov. AMAZONAS).

- Compareceu ao "1º Seminário de Estudos da Amazônia", na sede da União dos Estudantes da Amazônia (Ofício nº GE-1198/64, de 14 Mai 64, do Gov. AMAZONAS).

- Foi orador, no Sindicato dos Estivadores, em MANAUS, por ocasião da entrega solene de Cartas constitutivas de Sindicatos Rurais, cerimônia transcorrida em clima de franca agitação (Ofício Nº GE-1198/64, de 14 Mai 64, do Gov. AMAZONAS).

- Em Abr 64, foi relacionado pela Comissão da Assembléia Legislativa do AMAZONAS para ter o mandato cassado, o que só não aconteceu por interferência do Governador PLÍNIO COELHO (Arquivo do SFICI).

- Trabalhou para que elementos comprometidos com a subversão fossem eleitos vereadores e prefeitos, no interior do Estado do AMAZONAS. (Arquivo do SFICI - Mai 64).

Estado da Guanabara, GB, em 30 de maio de 1964

João B de Figueiredo

 JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

Ten Cel - Chefe do SFICI

Nº. Pro. CSS 170-J.P. 50

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

SECRETARIA GERAL

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

PROCESSO

DE

JOSÉ BERNARDO CABRAL

JOSÉ BERNARDO CABRAL

DOCUMENTAÇÃO ORGANIZADA COM VISTAS À APLICAÇÃO DO ARTIGO 4º

DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5

DEPUTADO FEDERAL

JOSE BERNARDO CABRAL

- A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
- B - FICHA INDIVIDUAL
- C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
- D - ANEXOS:
 - 1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
 - 2 - ARTIGOS NA IMPRENSA
 - 3 - FOTOGRAFIAS
 - 4 - INFORMAÇÕES OU INFORMES

A - EXPOSICÃO DE MOTIVOS

Rio de Janeiro, GB.,

Em 31 de janeiro de 1969

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 61 /SG-1/69

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Ministro de Estado da Justiça, para suspensão dos direitos políticos e cassação do mandato eletivo federal do senhor JOSÉ BERNARDO CABRAL Deputado Federal pelo MDB, Seção do AMAZONAS nos termos do artigo 2º, do Ato Complementar nº 39.

2. Esta Secretaria-Geral, após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsando a farta documentação encaminhada pelo Serviço Nacional de Informações e pelos Serviços de Informações dos Ministérios Militares, concluiu pela inteira procedência das medidas propostas, em face das características de corrupção e das atividades subversivas desenvolvidas pelo indiciado, através de pronunciamentos, lançamento de manifestos, agitações de rua, bem como de articulações e reuniões conspiratórias.

Ocupou posição de destaque no movimento ilegal e de natureza subversiva denominado "FRENTE AMPLA", e após o ato legal que extinguiu o citado movimento espúrio, prosseguiu em suas atividades anti-revolucionárias não somente através de pronunciamentos públicos como, particularmente através de reuniões e atividades conspiratórias.

3. Como exemplo dessas atividades, destacam-se os trechos abaixo, constantes da documentação anexa:

3.1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NA CÂMARA E PUBLICADOS NO DIÁRIO DO CONGRESSO

(01) 06 JUN 67

"A verdade é que nosso País, desgraçadamente despojado de sua independência política e econômica, também agora faz a entrega dos seus futuros condutores, através do seu programa educacional ao estrangeiro por êsses malsinados acôrdos MEC-USAID, numa retroação à fase mais atrasada da nossa história, provando que existe apenas o neocolonialismo em marcha, como bem acentuava a Deputada Ivete Vargas".

(02) 29 MAR 68

Morte de estudante na Guanabara.

"Hoje, no caixão da democracia, a liberdade começa a derramar lágrimas pela vida dos estudantes que tombaram na Guanabara".

(03) 14 MAR 68

Requerimento de intervenção na Amazônia.

"Praza aos céus - que os homens públicos dêste País não se esqueçam dos mais rudimentares princípios de legalidade, mas se curvem ao império da lei, pois, mais cedo ou mais tarde esta triunfe sôbre os prepotentes".

(04) 19 MAR 68

Críticas ao Presidente da República.

(CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 61 /SG-1/69 - 3 -)

"O mais importante é que este artigo do CM dá inegavelmente, uma lição democrática a todo o País e faz ver ao seu Chefe do Governo que ele está esquecido que a liberdade é a jóia de maior valia no mostruário da democracia e que nem ele nem seus avaliadores serão capazes de compreender o seu significado. Pelo contrário, demonstra que o Marechal Costa e Silva está apenas preocupado com a elaboração de fórmulas que consultem os seus interesses políticos sem procurar saber se elas satisfazem às aspirações populares."

(05) 02 ABR 68

Movimento estudantil em Brasília.

"O Governo se distancia cada vez mais das aspirações populares, e não se dá conta de que só pode existir desenvolvimento em uma Nação quando há liberdade, com amplas garantias democráticas. E mais, que o Governo passe a respeitar o pleno funcionamento dos demais Poderes, isto é, o Legislativo e o Judiciário!"

(06) 01 MAI 68

O 1º de Maio:

"Que o Poder Revolucionário não se esqueça da preocupação de Lord Acton e verifique que só se pode acreditar no homem livre, no que é capaz de pensar, quando ele atua dentro de sua comunidade de acordo com as suas próprias convicções, sem temor de espécie alguma".

(07) 30 MAI 68

Problemas internacionais.

"Os inautênticos inquilinos desta República estejam

(CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 63 /SG-1/69 - 4 -)

onde estiverem, dentro ou fora do Govêrno desta mesma República desfigurada, estão envelhecendo enquanto a juventude lúcida interpreta no atual elenco político um corpo de energias plenamente alcançadas pelo resíduo reacionário".

(08) 31 AGO 68

Acontecimentos na UnB.

"Por isso mesmo, renovo toda a minha repulsa a essa prepotência que se abateu sôbre o Brasil e.....".

3.2 - ARTIGOS PUBLICADOS NA IMPRENSA

(01) Vice-Líder do MDB responde a Dinarte - O GLOBO 24 JAN 68.

X "O Govêrno do Marechal Costa e Silva pode editar do is, três e até quatro Atos Institucionais, se quiser que isto é a confirmação de que o Govêrno está desorientado e não possui um mínimo de imaginação."

(02) Deputado vê contradição no General - UH 23 ABR 68.

(03) Artigo do CM 12 OUT 68.

3.3 - INFORMAÇÕES

3.3.1 - Deputado Federal pelo MDB/AM

- Secretário do Interior e Justiça do Governador Mestrinho.
- Chefe de Polícia do mesmo Govêrno.
- Teve seu extrato de prontuário organizado para efeito das sanções do Art. 10º do AI.

(CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 61 /SG-1/69 - 5 -)

- Ligado a Almino Afonso.
- Expediu telegrama de solidariedade a JG, e, nêle, referiu-se aos Generais como "golpistas" e "gorilas".
- Trabalhou para que elementos comprometidos com a subversão fôssem eleitos Vereadores ou Prefeitos, no interior do Estado do Amazonas.
- 7 - Ligado a atividades de contrabando de cocaína, no Govêrno de Mestrinho.
- Articulador da FRENTE AMPLA no Estado do Amazonas.
- Defensor da restauração das eleições diretas.
- Defende a revogação das leis de segurança e de imprensa.
- Acha que a instituição das sublegendas "é uma heresia constitucional".
- Durante as manifestações estudantis de Brasília, interferiu, dificultando a ação policial.
- Atacou o Govêrno, que considerou "ditatorial e fraco".
- Solidarizou-se com CL, JK e JG.
- Apoia os estudantes e procura orientar o povo contra o Govêrno.
- É candidato ao Govêrno do Estado do Amazonas.

(CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 61 /SG-1/69 - 6 -)

- É contrário à política econômico-financeira do Governo.
- Foi contrário à concessão da licença para processar o Deputado Márcio Moreira Alves.

3.3.2 - Em 1964

- Foi o único Deputado que votou contra a eleição do Sr Artur Reis para concluir o mandato do ex-Governador Plínio Coelho.
- Foi o orador, no Sindicato dos Estivadores, em Manaus, por ocasião da entrega de Cartas Constitutivas de Sindicatos Rurais, cerimônia transcorrida em clima de franca agitação.

3.3.3 - Em 1967

- Juntamente com os Deputados Hermano Alves e Márcio Moreira Alves, líderes do chamado "grupo dos imaturos do MDB", articulou a criação de um bloco parlamentar, visando o imediato funcionamento da Frente Ampla.
- Protestou contra a prisão do jornalista Flávio Tavares, acusado de subversão.

3.3.4 - Em 1968

- Declarou que "as posições assumidas por Costa e Silva em relação à energia nuclear, café solúvel e fretes marítimos estão enfrentando forte reação dentro do próprio Governo, proveniente de forças manipuladas por velhos grupos habituados a sugar a economia do País".

(CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 61 /SG-1/69 - 7 -)

- Manifestou-se contrário à pacificação nacional, acentuando que "o assunto só poderá ser tratado seriamente quando o Governo admitir a revogação das leis de Segurança, de imprensa e do arrôcho salarial, além da liberdade de manifestação do pensamento nos meios teatrais e cinematográficos".
- Durante as manifestações estudantis em Brasília, dificultou a ação policial e formou uma Comissão para verificar a situação dos estudantes, nas delegacias de polícia.
- Homenageou JK, pelo transcurso do 8º aniversário de Brasília.
- Reuniu-se, com outros parlamentares na residência do Senador Martins Rodrigues, para tratar sobre a viagem de Carlos Lacerda a Governador Valadares.
- Declarou na Câmara: "ao séquito formado por esse Governo ditatorial, com as mãos nas alças do ataúde da democracia, a fim de levar a cova rasa o cadáver da liberdade, os estudantes fazem lembrar aos "Papa Doc Brasileiros" que as manifestações de pensamento não serão jamais amordaçadas pelos liliputianos que empalmaram o poder sem o referendun popular".
- Em reunião com outros deputados, decidiu, em relação à FRENTE AMPLA:
 - a. Criar um novo movimento com sigla diferente;
 - b. Impetrar mandado de segurança no STF, contra a Portaria do Ministro da Justiça;

- c. Solidarizar-se com CL, JK e JG; e
 - d. Realizar os programas da FA, já esquematizados sob a bandeira do MDB, evitando falar na FA.
- Participou de reunião na residência da Dep. Ligia Doutel Andrade, onde foi examinado o discurso do Presidente C.S., pronunciado na ABI e cujos termos foram considerados como não dignos de crédito.
 - Tomou parte ativa nas manifestações estudantis de rua, na Av W-3 (Brasília).
 - Participou de uma reunião do MDB, para tratar da posição do Partido, face à possibilidade de decretação do estado de sítio na GB e SP, e cooperou para decidir sobre o apoio do partido aos estudantes, de modo a incentivar o povo contra o Governo Federal.
 - Registrado que o marginado apoiou a CGT e que mantém ligações com os comunistas: Fábio Lucena Pereira Bittencourt, Francisco Guedes de Queiroz e Amazonino Armando Mendes.
 - Convidou o Deputado Padre Antônio Vieira para fazer uma conferência na Escola Divina Providência de Manaus, ocasião em que o conferencista atacou o Governo e a Revolução de 64.
 - É membro da Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados, que apreciou o projeto de anistia a estudantes e trabalhadores, votando a favor.

(CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 61 /SG-1/69 - 9 -)

- Participou de reunião, na residência do Senador Martins Rodrigues, destinada a traçar os planos de ação do MDB, face aos acontecimentos ocorridos na UnB, em agosto 68. Nessa ocasião, foi decidido que seria prestado todo o apoio aos movimentos estudantis e assistência ao líder agitador Honestino Monteiro Guimarães e a convocação de altas autoridades, civis e militares à CPI que apura as violências na UnB.

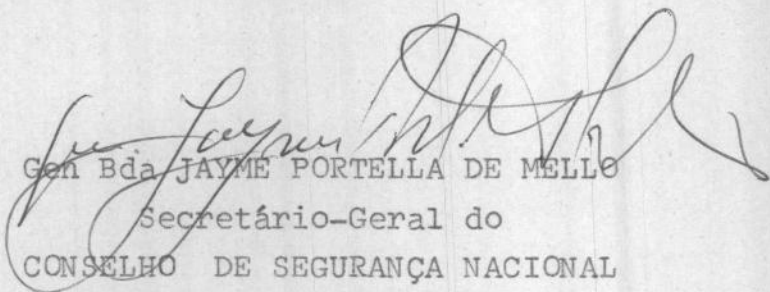
- Deixou transparecer que há, realmente, um movimento de Mobilização Partidária Parlamentar, dentro da facção extremada do MDB, objetivando uma campanha contra as instituições governamentais e cujos principais objetivos são: - usar a tribuna, com frequência, para ataques sucessivos ao Governo; utilizar os atos de terrorismo como principais peças para a desmoralização do Governo e das Forças Armadas; criticar o Presidente Costa e Silva quanto à sua administração em geral, sem atingir sua personalidade ou pôr em dúvida sua honestidade; difundir que os Generais Siseno Sarmiento, Garrastazu Médici e Meira Matos são ligados aos grupos de terror.

- Ao manifestar-se sobre a concessão da licença para processar o Deputado Márcio Moreira Alves, disse: "Não quero ser partícipe da dilapidação do respeito ao princípio da inviolabilidade, nem conviva do triste banquete em que querem transformar esta casa".

(CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 61 /SG-1/69 - 10)

4. Nestas condições, peço vênha sugerir, ouvido o CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, na conformidade do Art. 5º, do Ato Complementar nº 39, sejam suspensos os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassado o mandato eletivo federal do senhor JOSÉ BERNARDO CABRAL, consoante dispõe o Art. 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos do mais profundo respeito.


Gen Bda JAYME PORTELLA DE MELLO
Secretário-Geral do
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

B - F I C H A

I N D I V I D U A L



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

FICHA INDIVIDUAL

1. Nº 078	2. DATA: 14/1/69
3. NOME: JOSÉ BERNARDO CABRAL	
4. FILIAÇÃO:	
5. DATA DO NASCIMENTO:	
6. NACIONALIDADE: BRASILEIRA	
7. NATURALIDADE: AMAZONAS	
8. PROFISSÃO: DEPUTADO FEDERAL	
9. ESTADO CIVIL:	
10. INSTRUÇÃO: SUPERIOR	
11. RESIDÊNCIA:	

W8. Pro. CSS J70-J, P 67

DOC
"C"

C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL
DE INFORMAÇÕES

FICHA INDIVIDUAL DE JOSÉ BERNARDO CABRAL - (CONT.)12. EXTRATO DE PRONTUÁRIO

- Deputado Federal, pelo MDB/AM.
- Formado em Direito.
- Secretário do Interior e Justiça do Governador Mestrinho.
- Chefe de Polícia do mesmo governo.
- Teve seu extrato de prontuário organizado para e feito das sanções do Art. 10º do AI
- Ligado a Almino Afonso.
- Expediu telegrama de solidariedade a JG, e, nele, referiu-se aos generais como "golpistas" e "gorilas".
- Trabalhou para que elementos comprometidos com a subversão fôsem eleitos Vereadores ou Prefeitos, no interior do Estado do Amazonas.
- Ligado a atividades de contrabando de cocaína, no Governo de Mestrinho.
- Articulador da FRENTE AMPLA no Estado do Amazonas.
- Defensor da restauração das eleições diretas.
- Defende a revogação das leis de segurança e de imprensa.
- Acha que a instituição das sublegendas "é uma heresia constitucional".
- Durante as manifestações estudantis de Brasília, interferiu, dificultando a ação policial.
- Atacou o Governo, que considerou "ditatorial e fraco".
- Solidarizou-se com CL, JK e JG.
- Apoia os estudantes e procura orientar o povo contra o Governo.
- É candidato ao Governo do Estado do Amazonas.
- Mantém ligação com os comunistas: Fábio Lucena Pereira Bittencourt, Francisco Guedes de Queiroz, Amazonino Armando Mendes e outros.
- É contrário à política econômico-financeira do Governo.
- Foi contrário à concessão da licença para processar o Dep. Márcio Moreira Alves.

13 - HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

- 1964 - Abr - Difundi notícias de que o Governador não determinaria a cassação dos mandatos dos Deputados comunistas.
- Mai - Estêve relacionado para efeito das sanções do Artigo 10 do AI, mas foi beneficiado pela intervenção do Governador Plínio Coelho.
- Enviou telegrama de solidariedade a JG, no qual classificou os generais do Exército como "golpistas" e "gorilas".
- Jun - Foi o único Deputado que votou contra a eleição do Sr Artur Reis para concluir o mandato do ex-Governador Plínio Coelho.
- Foi o orador, no Sindicato dos Estivadores, em Manaus, por ocasião da entrega de Cartas Constitutivas de Sindicatos Rurais, cerimônia transcorrida em clima de franca agitação.
 - Influenciou para que elementos comprometidos com a subversão fôssem eleitos vereadores e prefeitos no interior do Estado do Amazonas.
- 1966 - Nov - Foi eleito Deputado Federal, pelo MDB/AM.
- 1967 - Jun - "Só se pode acreditar no homem livre, no homem que é capaz de pensar, quando êle atua segundo suas convicções, sem temor de nenhuma espécie", declarou, ao condenar a intervenção nos Sindicatos.
- Ago - Juntamente com os Deputados Hermano Alves e Márcio Moreira Alves, líderes do chamado "grupo dos imaturos do MDB", articulou a criação de um bloco parlamentar, visando o imediato funcionamento da Frente Ampla.
- Set - Protestou contra a prisão do jornalista Flávio Tavares, acusado de subversão.
- 1968 - Fev - Declarou que "as posições assumidas por Costa e Silva em relação à energia nuclear, café solúvel e fretes marítimos estão enfrentando forte reação dentro do próprio Governo, proveniente de forças manipuladas por velhos grupos habituados a sugar a economia do País".



FICHA INDIVIDUAL DE JOSÉ BERNARDO CABRAL (CONT.)

- 1968 - fev - Defendeu a necessidade da restauração das eleições diretas.
- Manifestou-se contrário à pacificação nacional, acentuando que "o assunto só poderá ser tratado seriamente quando o Governo admitir a revogação das leis de Segurança, de imprensa e do arrôcho salarial, além da liberdade de manifestação do pensamento nos meios teatrais e cinematográficos".
- mar - Considerou as tentativas de pacificação política realizadas pelo Governo, através de seus porta-vozes "como manobras com sabor de faturamento pessoal".
- Declarou, exaltado que "a instituição das sublegendas é uma heresia constitucional e a prova eficaz de que o Governo se distancia cada vez mais das aspirações populares".
- abr - Durante as manifestações estudantis em Brasília, dificultou a ação policial e formou uma Comissão para verificar a situação dos estudantes, nas delegacias de polícia.
- Homenageou JK, pelo transcurso do 8º aniversário de Brasília.
 - Reuniu-se, com outros parlamentares, na residência do Senador Martins Rodrigues, para tratar sobre a viagem de Carlos Lacerda a Governador Valadares.
 - Declarou na Câmara: "ao séquito formado por esse Governo ditatorial, com as mãos, nas alças do ataúde da democracia, a fim de levar à cova rasa o cadáver da liberdade, os estudantes fazem lembrar aos "Papa Doc brasileiros" que as manifestações de pensamento não serão jamais amordaçadas pelos liliputianos que empalmaram o poder sem o referendun popular. Por isso mesmo, a população estudantil e todo o povo se cobrem de luto com o sangue derramado pelo estudante-mártir NELSON SOUTO, vítima de um aparato policial que demonstra a fraqueza de um Governo que se intitula forte apenas pelas medidas de exceção que põe em prática, os espancamentos, as



FICHA INDIVIDUAL DE JOSÉ BERNARDO CABRAL (CONT.)

agressões e os disparos das armas compradas com o dinheiro do povo e que deveriam ser utilizadas em seu favor e jamais contra".

- 1968
- Em reunião com outros deputados, decidiu, em relação à FRENTE AMPLA : a) Criar um novo movimento com sigla diferente; b) Impetrar mandado de segurança no STF, contra a Portaria do Min da Justiça; c) Solidarizar-se com CL, JK e JG e d) Realizar os programas da FA, já esquematizados sob a bandeira do MDB, evitando falar na FA.
 - Participou de reunião na residência da Dep. Ligia Doutel Andrade, onde foi examinado o discurso do Presidente C.S., pronunciado na ABI e cujos termos foram considerados como não dignos de crédito.
- mai
- Acusou o Min. Delfim Neto "de estar tentando liquidar com a Zona Franca de Manaus".
 - Tomou parte ativa nas manifestações estudantis, de rua, na Av W-3 (Brasília).
- jun
- Participou de uma reunião do MDB, para tratar da posição do Partido, face à possibilidade de decretação do estado de sítio na GB e SP, e cooperou para decidir sobre o apoio do Partido aos estudantes, de modo a incentivar o povo contra o Gov. Fed..
- ago
- Segundo a imprensa, iniciou sua campanha política, visando eleger-se para o Governo do Estado do Amazonas, em 1970.
 - Registrado que o marginado apoiou a CGT e que mantém ligações com os comunistas: Fábio Lucena Pereira Bittencourt, Francisco Guedes de Queiroz e Amazonino Armando Mendes.
 - Convidou o Dep. Padre Antônio Vieira para fazer uma conferência na Escola Divina Providência de Manaus, ocasião em que o conferencista atacou o Governo e a Revolução de 64.
- set
- É membro da Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados, que apreciou o projeto de anistia a estudantes e trabalhadores, votando a favor.



FICHA INDIVIDUAL DE JOSÉ BERNARDO CABRAL (CONT.)

- 1968 - out - Participou de reunião, na residência do Sen Mar - tins Rodrigues, destinada a traçar os planos de ação do MDB, face aos acontecimentos ocorridos na UnB, em agosto 68. Nessa ocasião, foi decidido que seria prestado todo o apoio aos movimentos estudantis, e assistência ao líder agitador Honestino Monteiro Guimarães e a convocação de altas autoridades, civis e militares à CPI que apura as violências na UnB.
- nov - Deixou transparecer que há, realmente, um movimento de Mobilização Partidária Parlamentar, dentro da facção extremada do MDB, objetivando uma campanha contra as instituições governamentais e cujos principais objetivos são : - usar a tribuna, com frequência, para ataques sucessivos ao Governo; utilizar os atos de terrorismo como principais peças para a desmoralização do Governo e das Forças Armadas; criticar o Presidente C.S. quanto à sua administração em geral, sem atingir sua personalidade ou pôr em dúvida sua honestidade; difundir que os Generais Sisenio Sarmento, Garrastazu Médici e Meira Matos são ligados aos grupos de terror.
- dez - Acusou o Min da Fazenda de "escamotear, ao público, a informação do desajuste financeiro das contas federais, que até julho já haviam consumido recursos através de emissão de papel-moeda, da ordem de um milhão de cruzeiros novos, agravados de mais 300 milhões no mês de agosto".
- Ao manifestar-se sobre a concessão da licença para processar o Dep. Márcio Moreira Alves, disse: " Não quero ser partícipe da delapidação do respeito ao princípio da inviolabilidade, nem conviva do triste banquete em que querem transformar esta casa".

N8. Pro. CSS. 170. J, P. 74

DOC
"D"

D - A N E X O S

1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

2 - ARTIGOS NA IMPRENSA

3 - FOTOGRAFIAS

4 - INFORMAÇÕES OU INFORMES

1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

1.1 - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL DE 06 JUN 67

1.2 - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL DE 14 MAR 68

1.3 - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL DE 19 MAR 68

1.4 - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL DE 29 MAR 68

1.5 - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL DE 02 ABR 68

1.6 - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL DE 01 MAI 68

1.7 - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL DE 30 MAI 68

1.8 - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL DE 31 AGO 68

ANEXO N.º 1.1

BERNARDO CABRAL
 2940
 6-6-67

volução está sofrendo solapamento nas suas bases. Os que assim procedem — nós os conhecemos bem — desprovidos da ação governamental, começam a se azeitar das áreas militares, daquelas mesmas áreas que mandaram para a chefia do Poder Executivo quem não tinha condições de a ela chegar por um movimento popular.

E' de perguntar-se a Casa: é o MDB que o promove? E' o MDB que participa dessas medidas? Cada um na de responder intimamente, dizem que o MDB não permite e que, em nome da chamada Revolução, feita segundo seus autores, para impedir um mínimo de fraturas a nossa Constituição, se faça, agora, um máximo, em nome dessa mesma revolução. O MDB procura, e tem feito, é denunciar a Nação que, em nome da revolução, praticam-se atos os mais vergonhosos. A comissão parlamentar de inquérito sobre o problema do dólar vem provando que estava certo o nobre Deputado Mário Piva quando fez denúncias no plenário desta Casa. Não se pode negar, no instante em que o MDB defende estes postulados, que o tema de hoje é da mais vital importância: o problema da desnacionalização, que começou na algum tempo.

Mas teremos que tocar, já agora, no programa do Ministério da Fazenda que vem apalmando terreno, que dá um passo e recua dois, avança e retrocede, sem se definir, sem esclarecer a sua posição, sem produzir nada. Já se noticia que áreas militares estão desgostosas com a atuação do Ministro da Fazenda. S. Exa. perde-se nos estudos e não promove a substituição da política trazida pela famosa dupla Buthões — Campos, que impingiu ao atual Ministro da Fazenda e a todos nos programa que está sendo seguido a risca em 1967. Anuncia-se que o Ministro do Planejamento fará, a partir do próximo ano, um plano de Governo, Plano Trienal. Mas este só entraria em execução em 68. Em 67 estaremos sendo vítimas do mesmo legado deixado pelo Sr. Roberto Campos.

E' de se perguntar, Sr. Presidente, por que abordar este assunto agora se o governo promete mudar sua política? Mas, mudando ou continuando esse mesmo rão de ação, o tema é exatamente este: a desnacionalização.

A verdade é que por a política do superministro Roberto Campos que produziu a maior asfixia, o estrangulamento do empresário nacional, política toda ela jungida, curvada aos dogmas imperativos do Fundo Monetário Internacional. E' torçoso proclamar que em nenhum instante o processo de desnacionalização da nossa economia se fez presente em nossa Pátria como no período governamental do Sr. Castello Branco. Quem não se lembra — e o passado é bem recente — dos atentados dirigidos a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás, a Companhia Siderúrgica do São Francisco, a Companhia Vale do Rio Doce? A pretexto de se corrigir as distorções do processo inflacionário, estravava-se o crescimento da indústria nacional.

O MDE pela sua liderança organizou durante o mês de maio e, agora em junho um programa pelo qual os coordenadores destacam elementos do partido para abordá-lo. No dia de hoje, coube a mim essa coordenação. Assim, com alegria muito grande, pude ver que a escolha recaiu, no Pequeno Expediente, na pessoa do Deputado Djalmá Falcao, e no Grande Expediente, no da nobre Deputada Ivete Vargas que, demonstrando as qualidades que possui, produziu uma análise lúcida do problema referente ao nosso tema: desnacionalização.

Com isso prova o MDE a sua destinação histórica de que faz oposição não somente por ouvir dizer, mas porque deseja dias melhores para o seu País. Alegam — e a imprensa registrou isso em manchetes — que a re-

volução está sofrendo solapamento nas suas bases. Os que assim procedem — nós os conhecemos bem — desprovidos da ação governamental, começam a se azeitar das áreas militares, daquelas mesmas áreas que mandaram para a chefia do Poder Executivo quem não tinha condições de a ela chegar por um movimento popular.

valores e nas taxas reduzidíssimas de juros. Isso por que, se em princípio as operações de "swaps" e da Instrução 289 podiam ser realizadas para quaisquer interessados, na realidade a experiência comprovou que apenas as empresas estrangeiras tinham condições de exercitá-las, dada a facilidade de obter o aval de suas matrizes. Daí a brutal relevação de que as empresas nacionais concorreriam, como de fato concorreram, com apenas 2% do total das operações desse tipo, aqui realizadas. Isso foi muito bem provado, demonstrado e ratificado pelo Conselho Fernando Gasparian, numa exposição que fez no Conselho Nacional de Economia.

O Sr. Mário Piva — Nobre Deputado Bernardo Cabral, a exposição que V. Ex^a faz lembrando as providências adotadas pelo ex-Ministro Roberto Campos, tem inteira procedência. S. Ex^a deu começo a um plano de desnacionalização geral de toda a economia brasileira, a partir do instante em que propôs ao Congresso Nacional a extinção daquela medida que limitava a transferência de lucros para o exterior. Foi, no antigo PSD, o Relator do estudo que se realizava e mostrei, inclusive, que em vários países da América do Sul onde não existia limitação da transferência de lucros, não havia um investimento em dólares capaz de justificar a providência sugerida pelo Governo brasileiro da época. Pois bem, o Senhor Roberto Campos admitiu, nos conceitos novos de Economia, que os americanos tinham vontade de fazer investimentos no Brasil. Mas verifico que V. Ex^a que, em todos aqueles casos em que se fizeram necessárias medidas para tornar mais evidente a desnacionalização, S. Ex^a foi bastante rápido mesmo em sugerir essa medida ao Congresso e, então, em adotá-la através do decreto assinado pelo ex-Presidente da República. No caso do dólar, contudo, S. Ex^a declarou, no seu depoimento na tribuna desta Casa, que a especulação era um ato normal. E o Governo atual encontrou remédio para evitar essa especulação, porque a considera imoral. Sabe V. Ex^a que o Banco Central acaba de baixar uma instrução obrigando a identificação daqueles que compram dólares.

O SR. BERNARDO CABRAL — E' a circular nº 90.

O Sr. Mário Piva — Vê, portanto, V. Ex^a que o Sr. Roberto Campos, que foi tão expedito nas providências de desnacionalização, quando se tratava de atos que feriam escandalosamente a economia nacional ou que atendiam os interesses de grupos estrangeiros ou nacionais, não tomou essas medidas. Portanto, nobre Deputado, ao discurso que V. Ex^a faz, o analisar esses fatos que comprovam efetivamente a participação do Senhor Roberto Campos no processo de desnacionalização da economia; devo adiantar, apenas como subsídio, mais este aspecto: a sua convivência no processo do escândalo dos dólares.

O SR. BERNARDO CABRAL — Deputado Mário Piva sabe V. Ex^a que sendo hoje seu companheiro recém-chegado no exercício da liderança, é mais do que uma honra receber o aparte de V. Ex^a. A circular, queiram ou não, é fruto do trabalho do M.D.B. e função da denúncia que fez V. Ex^a na Casa, denúncia que foi reptado a provar, e proveu, e que agora, muito tranquilamente, vem para dizer que a política de desnacionalização se soma também à política de convivência adotada pelo Senhor Roberto Campos.

Ainda ontem — a título de ilustração, à margem do aparte de V. Ex^a — um amigo meu me dizia que o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, ao partir para o exterior já com os seus direitos políticos suspensos, teria dito a um companheiro seu da viagem: "Quando Castello Branco souber quem é o Roberto Campos, determinará um IPM só para ele". V. Ex^a

nal, continuar tendo essa liderança em termos de poder salvar essa região.

Dizia hoje, em conversa com um parlamentar, que representa muito bem Alagoas, o nobre Deputado Djalma Falcão, da necessidade de se pesquisar na região amazônica o inais que se possa e, já que é a maior bacia sedimentar do mundo que pode salvar este País, de se fazer o estudo do seu subsolo, não com apenas aquelas 13 sondas que havia em 13 de março de 1965, mas com todas aquelas que o Governo pudesse mobilizar. E me revelou S. Exa. uma das mais graves notícias de que tive conhecimento. Dizia-me S. Exa. uma havia recebido na tarde de hoje denúncia de corporação idêntica estrangeira e que, no instante em que eu abordasse o assunto desta tribuna ele faria essa denúncia. Vendo S. Exa. no microfone de apertes, não quero privá-lo de que a faça, uma vez que é gravíssima a denúncia.

O Sr. Djalma Falcão — Nobre Deputado Bernardo Cabral, cada vez que V. Exa. ocupa a tribuna desta Casa, justifica plenamente o acerto com que se houve a liderança do MDB ao distinguir V. Exa. com um dos Vice-Líderes da nossa agremiação.

O SR. BERNARDO CABRAL — Obrigado a V. Exa.

O Sr. Djalma Falcão — V. Exa., com o brilho de sempre, fere, na tarde de hoje, um dos aspectos que considero principais na temática brasileira da atualidade, a desnacionalização da nossa economia, que tomou ênfase a partir do momento em que, para infelicidade desta Nação, o Senhor Castello Branco passou a ocupar a Presidência da República. Estava esperando que V. Excelência se referisse diretamente à Petrobrás, para que fizesse a intervenção que agora estou fazendo. Mas já que ful tantas vézes honrado com a citação nominal, por V. Exa., quero trazer ao conhecimento da Casa, creio que corroborando o ponto de vista esposado por V. Exa., de combate ao processo de desnacionalização de nossa economia, fato de que tomei conhecimento quando de minha recente visita ao meu Estado, as Alagoas, exatamente para provar a maneira como o Governo consente na investida de grupos estrangeiros contra a nossa economia e também encoraja esses grupos no sentido de que não cumpram a legislação brasileira. A SERVIPEROL, Serviços de Petróleo Limitada, nome brasileiro da antiga Bethlehem Drilling Corp., firma norte-americana, com sede em Mouston, Texas, nos Estados Unidos, contratada pela Petrobrás para perfurar poços em Carmópolis, Sergipe, dispensa sumariamente todos os seus operários que se sindicalizam, desrespeitando, assim, frontalmente a legislação trabalhista de nosso País, às vistas complacentes das autoridades brasileiras. Mas a denúncia mais grave é que essa firma, que tem o seu escritório em Carmópolis — e este é o retrato da parte interna do seu escritório — dirigida por técnicos norte-americanos, manda colocar, numa das suas dependências, o seguinte letrêiro: "É proibida a entrada a estrangeiros".

O SR. BERNARDO CABRAL — Que no caso somos nós, os brasileiros.

O Sr. Djalma Falcão — Exatamente. Somos nós, brasileiros que, dentro do território da nossa Pátria, somos considerados estrangeiros exatamente por aqueles estrangeiros que vêm ao nosso País atentar contra a nossa soberania, através desse processo de desnacionalização da nossa atividade e da nossa economia. Esta, Sr. Deputado Bernardo Cabral, no momento em que V. Exa. fala com tanta autoridade a respeito desse assunto, a denúncia que quero trazer. Passo às mãos de V. Exa. a fotografia e me comprometo com o manter dos eminentes pares desta Casa a deslocar-me para Carmópolis, em

Sergipe, a fim de provar que o retrato é da parte interna dessa firma estrangeira em cuja direção, rabatham exclusivamente técnicos americanos, onde estrangeiros somos considerados nós, os brasileiros. Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. BERNARDO CABRAL — Sr. Deputado Djalma Cabral, V. Exa. me faz lembrar uma frase que poderia tornar-se o distico do MDB. Robespierre por ocasião da Revolução Francesa, ao defender ante a guilhotina os condenados, exclamava: "Traço à Convenção a verdade e a minha cabeça. Ela poderá dispor de uma, depois de ter ouvido a outra". É assim que o Movimento Democrático Brasileiro se tem conduzido nesta Casa: oferece realmente a sua cabeça! Desde o instante em que seja ouvida a verdade, ele fará a entrega dessa cabeça.

A denúncia que V. Exa. faz, inclusive com a fotografia que tenho em mãos, do escritório da SERVIPE TROL, antiga Bethlehem Drilling Corporation, e onde se vê a placa a que se referiu, com os dizeres: "É proibida a entrada de estrangeiros" — define muito bem a posição que temos assumido no trato de problemas da mais fundamental importância que o MDB, desde que tem à frente da liderança o Deputado Mário Covas tem trazido ao conhecimento do País. Veja V. Exa., Deputado Djalma Falcão: é realmente para que se diga que para se ser um bom Deputado não será bastante que aqui nos encontremos. Entendo mesmo que o Deputado não será merecedor desse título por ter saído vitorioso nas pugnas eleitorais, mas pela coragem de defender os direitos daqueles que o mandaram para cá, esposando suas doutrinas, fazendo com que a Nação saiba que, em determinada hora da política nacional, nem se omitiu nem desertou, nem fugiu nem se acomodou; atendeu, com sua presença à clarinada de dias melhores para o nosso País.

Vou encerrar dentro de alguns minutos, pois não quero privar a Casa de ouvir o Deputado João Herculino, que abordará, em seguida, o problema de Israel, mostrando que impende, que se faz necessário que é sobremaneira imposto ao Sr. Presidente Costa e Silva — que, eleito em 1965, e tendo tomado posse em 67, já declara que elabora um programa no setor econômico-financeiro, que seu Ministro do Planejamento promete divulgar dentro em breve — que S. Exa. mude, de imediato, aquela sistematização de desnacionalização das nossas indústrias do nosso modo de viver, a fim de que não parem dúvidas de que aquelas declarações de que tem vontade de fazer um bom Governo não fiquem apenas em palavras, mas se tornem já e já, atos concretos.

A verdade é que nosso País, desgradadamente despojado de sua independência política e econômica, também agora faz a entrega dos seus futuros condutores, através do seu programa educacional, ao estrangeiro por esses malsinados acordos MEC-USAID, numa retroação à fase mais atrasada da nossa história, provando que existe apenas o neo-colonismo em marcha, como bem acentuava a Deputada Ivete Vargas.

Mas para que se entenda esse problema do neo-colonismo é preciso que se note que a sua essência reside no fato de que o estudo a que ele está sujeito é independente só na teoria, pois na realidade, ele passa a ser um dependente, no seu sistema econômico e, conseqüentemente, no seu sistema político.

E o que é que se faz no panorama político nacional? É o grito, ora no Estado de Guanabara, ora no Estado de São Paulo, em Brasília e, mais recentemente, em Belo Horizonte, de estudantes que reclamam contra a infiltração estrangeira no nosso ensino, que denunciam as tentativas de

controle ideológico do nosso povo, pelos meios educacionais, que não querem que a educação seja privilégio, que repudiam esses acordos porque tentam afastar, de maneira ingloria os estudantes da vida política do País.

O que os estudantes propõem é uma reforma universitária para todo o continente, no instante em que condenam a pretensão de transformarem a Universidade em fundação mantida por grupos não nacionais.

O que se nota — e eu li isto ontem na imprensa — é que o estudante quer participar da luta contra a internacionalização da Amazônia, contra a esterilização da mulher brasileira, contra a entrega do pórtio da minha cidade à exploração estrangeira. E o que o Governo tem que fazer neste instante, em que se denunciam todos esses fatos, é financiar a cultura e a educação. Tem que fazer com que a indústria promova o livro mais barato, a fim de que saíamos desse percentual de analfabetos tão ísçenço, com um reduzidíssimo poder aquisitivo, para uma experiência mais séria.

A verdade é que a crise estudantil neste País não será resolvida por apelos, embora formados da maior eloquência, ou por argumentos, ainda que convenientes, mas sim por atos dotados da mais ampla sinceridade, atos e atitudes que permitam aos jovens participar dos problemas da sua terra, com altivez, sem quebra de dignidade, sem submissão e sem aviltamento. O Governo prega uma coisa, e o flagrante antagonismo entre sua intenção e o modo de agir é que vem gerando essa inquietação nos meios políticos e nos meios estudantis.

O que se deve permitir, já e já, é que exatamente os estudantes participem desses movimentos nacionais, e, participando deles, estarão sendo afastados de tudo aquilo que cheira a movimentos, subversivo, de tudo aquilo que cheira movimentos revolucionários escusos, que nossa tradição democrática não permitirá jamais.

São estes fatores, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que implicam na mais ampla desnacionalização de nosso País. São estes fatores que trarão a toda hora o Movimento Democrático Brasileiro à tribuna.

Muito obrigado. (Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)

CONGRESSISTA: **BERNARDO CABRAL**
 PROJETO N.º
 N.º CAMARA
 DO Nº 1413 168 / CD-8104 Pg 362 SENADO
 DO Nº 1 de 1 / 1

O SR. BERNARDO CABRAL:
 (Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, confesso a V. Ex.ª que, nesta manhã em que a Casa se reúne em caráter extraordinário, deploro ter de ocupar a tribuna para reletar assunto dos mais sérios, ocorrido no meu Estado. Acabo de receber telegrama de um homem que considero dos mais juristas deste País, professor catedrático da Faculdade de Direito do Amazonas, ex-Procurador Geral do Estado, atualmente no exercício no bre da advocacia militante, da qual nunca se afastou, o Professor Adriano Queiroz.

O telegrama é o seguinte:

“Comunico prezado amigo requeri Tribunal Justiça Solicite Supremo Tribunal Federal decreto intervenção Amazonas, fim fazer cumprir decisão unânime Tribunal Pleno concedeu segurança impetrada Aldo Moraes, mandando anular decreto Arthur Reis cassou sua aposentadoria conquistada trinta cinco anos serviços Fazenda Pública. Assunto já repercutiu Assembléia e imprensa. Abraços (a) Adriano Queiroz.

Veja V. Ex.ª, Sr. Presidente, a que ponto um advogado tem de chegar para fazer valer a decisão do mai alto pretório desta Nação, o Supremo Tribunal Federal, que mandou fôsse concedida a segurança impetrada pelo constituinte daquele Professor.

A história é mais ou menos a seguinte — para constanciar-la, leio recorte da imprensa da minha terra:

ADVOGADO DE ALDO PEDIU INTERVENÇÃO NO ESTADO

Alegando descumprimento pelo governo do Estado, da decisão

Judicial que mandou o governador reintegrar na função antes exercida, o Sr. Aldo Moraes, que teve sua aposentadoria cassada em outubro do ano de 1964 pelo então governador Arthur Reis, com base no Ato Institucional numero 1, o Dr. Adriano Queiroz, advogado daquele cidadão, requereu ontem ao Tribunal de Justiça do Estado que se dirija ao Supremo Tribunal Federal no sentido de que esta Corte decrete a Intervenção Federal no Estado.

INCOMPETENCIA
 Depois de dois anos de tramitação do mandado impetrado pelo jornalista Aldo Moraes, o TJE decidindo que os atos do governador praticados com fundamento no Ato Institucional escapavam à sua apreciação, se deu por incompetente para julgá-lo. Isto, todavia, acabou fazendo, depois que o STF, em grau de recurso decidiu pela sua competência tendo ai por unanimidade reconhecido a legitimidade do mandado concedendo a segurança impetrada.

GOVERNO CIENTE
 Da decisão foi o Governador do Estado comunicado a respeito com o envio do acôrdo para que fôsse cumprido tendo o primeiro mandatário do Estado demorado em apreciação da matéria pois até os seus órgãos técnicos-jurídicos suscitado duvida quanto ao cumprimento da decisão visto que o Sr. Aldo Moraes tivera os seus direitos políticos suspensos por 10 anos, e esse aspecto não fôra objeto de discussão pelo Tribunal Pleno.

PRAZO
 Enquanto o governo estudava as razões para o cumprimento do acôrdo, o advogado do Sr. Aldo Moraes peticionava a limitação do tempo para a decisão, tendo na ocasião o Tribunal indeferido a solicitação e pedido o cumprimento imediato do mesmo.

O PEDIDO
 Como já tenha decorrido dois meses sem que o Governo tenha se decidido, o Sr. Aldo Moraes, através o seu advogado achou por bem mover a questão com o pedido de Intervenção no Estado.

AZARIAS O RELATOR
 A petição deu entrada na reunião de ontem do Tribunal de Justiça da qual sob a presidência do desembargador Joaquim Paulino Gomes participaram os desembargadores Sady Paiva, Augusto Borborema, Domingos Queiroz, Paulo Feitosa, Mário Verçosa, Azarias Meneçal de Vasconcelos, João Meireles, Gabriel Gonçalves. O processo foi distribuído na ocasião ao desembargador Azarias Meneçal de Vasconcelos que terá o prazo legal de 30 dias para relatá-lo, muito embora se saiba que exista possibilidade da matéria entrar em pauta na reunião da próxima quinta-feira.

Como vêm V. Ex.ª e a Casa, causa indignação aos homens que procuram dar a este País dias melhores saber — e isso afirmam a toda a hora — que o regime instituído em 1964, para que se respeitasse a ordem jurídica e o direito adquirido, tem em seus agentes — e os Governadores, em verdade, eleitos pelo voto indireto, não passam de meros agentes do Executivo — os primeiros desrespeitadores de decisões do Poder Judiciário, que ainda é uma sentença contra os desmandos de dita-

dores-mirins que, sem o necessário preparo para as coisas administrativas, engolfam Estados como o meu, o Amazonas, na pior das circunstâncias com o não cumprimento das decisões judiciárias.

Praza nos céus — e voltarei a tribuna daqui a alguns dias, tão logo tenha elementos suficientes para tocar no assunto — que os homens públicos deste País não se esqueçam dos mais rudimentares princípios de legalidade, mas se curvem ao império da lei, pois, mais cedo ou mais tarde, esta triunfa sobre os prepotentes. A História, nos tem legado um manual de lições neste particular. (Muito bem.)

Requeri cumprimento da intervenção na Amazônia pois não cumprimento de decisão judicial J.



CONGRESSISTA: BERNARDO CABRAL

PROJETO N°

CAMARA

N°

SENADO

DC de 19/3/68, CCS-CN Pg 511

DO N° / de / /

S

ANEXO N.º 13

O SR. BERNARDO CABRAL:

(Comunicação — Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, quem acompanhou a leitura dos jornais de ontem, sobretudo o "Correio da Manhã", teve oportunidade de encontrar, naquele independente órgão da imprensa carioca, uma das mais interessantes lições que o Presidente da República precisava aprender.

Com efeito, o vibrante matutino da Guanabara deu a público um editorial, sob a epigrafe "Luiz XIV", em que salienta que o Marechal Costa e Silva coloca-se acima do Congresso, fazendo do Executivo o árbitro supremo da Nação, porque S. Ex.ª declarou, na sua entrevista a televisão, "que enquanto muitos queriam reformar a Constituição, ele não queria". Revivendo assim, o célebre *l'Etat c'est moi*, de Luiz XIV.

O mais importante, Sr. Presidente, é que este artigo dá, inequivocamente, uma lição democrática a todo o país, e faz ver ao seu Chefe do Governo que ele está esquecido de que a liberdade é a jóia de maior valia no mostruário da democracia, e que nem ele nem seus avaliadores serão capazes de compreender o seu significado. Pelo contrário, o editorial do Correio da Manhã demonstra que o Marechal Costa e Silva está apenas preocupado com a elaboração de fórmulas que consultem os seus interesses políticos, sem procurar saber se elas satisfazem as aspirações populares.

Editorial desta categoria dá bem a prova de que o País vive pela inteligência dos seus cidadãos. E se assim é, eu o encaminho à taquígrafia, para publicação nos Anais da Casa. (Muito bem).

Criticas ao Pres. República

[Handwritten scribble]

CONGRESSISTA: Bernardo Cabral

MS. Pro. CSS. J. P. 82

PROJETO N°

CAMARA

N°

SENADO

DC de 28/3/68, ~~DC~~ CN Pg 229

DO N° / de / /

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Aleixo) — Dou a palavra ao nobre Deputado Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL:

(Encaminhamento de votação. Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, exatamente um minuto de silêncio. Um minuto de silêncio que se tributa aos heróis que tombaram. (Pausa.) Foi exatamente com esse minuto de silêncio que a Câmara acabou de tributar homenagem aos mortos.

E, quando se fala em heróis que morrem, quando a morte é muito sentida, diz-se que até as velas, os cirios acesos choram, deixando correndo as suas lágrimas.

Hoje, no caixão da democracia, a liberdade começa a derramar lágrimas, pela vida dos estudantes que tombaram na Guanabara. E' precisamente isto, Sr. Presidente, que se tem de dar ao povo brasileiro — a exata noção de que ele deve participar da vida pública do País.

Dizia-se aqui, ainda há pouco, que os homens da Oposição ora iam àqule microfone de apartes, ora vinham à tribuna, porque as galerias estão cheias e era preciso capitalizar votos.

Falo por mim. Venho à tribuna, homem da Amazônia lá distante. Na assistência, ninguém me dará votos, mas todos ali pedem para ir à Amazônia, antes que seja preciso passe-
porte para chegar até lá. (Muito bem; muito bem. Palmas.)

(O Sr. Presidente adverte as galerias)

O SR. BERNARDO CABRAL — Concordo, Sr. Presidente, com Vossa Excelência. Eu concordo com que V. Exª advirta a assistência para que não aplauda, que ela também permaneça em silêncio, em homenagem àqueles que tombaram. Há de ser assim. Nem

ANEXO N.º 1.4

66

Morte de estudantes
na Guanabara

sequer o aplauso o Regimento duro e frio permite. No entanto, a lei proibe que jovens estudantes vão à praça pública reivindicar um direito que é seu, que nasce desde a hora em que batem as portas das escolas para estudar. O aplauso, porém, é aqui censurado, menos pela a Presidência, que por exigência do Regimento.

Não há necessidade de aplausos. Não há qualquer interesse em fazermos a chamada demagogia política, pois os jovens já se afastaram, não creem mais nos políticos e vão para as praças públicas por acreditarem que os políticos já não têm como defender os ideais que os moços sustentam. Eles, como todos aqueles que aqui se encontram, também sentem, não apenas pelos mortos — e nessa revolta cresce pois temos um filho que já se encaminha para os 16 anos — mas por um País hoje agrilhado.

Hoje, Sr. Presidente, o Governo mostra aos jovens universitários que resolveu o problema dos excedentes. Até que enfim o Governo resolveu o problema dos excedentes, assassinando-os nas ruas, para poder dar-lhes vagas nas escolas. E' assim, tripudiando sobre os jovens estudantes, que se resolve o problema dos excedentes.

(Palmas nas galerias)

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Aleixo) — Relevo a seguinte ponderação: por dispositivo expresso do Regimento de cujo cumprimento todos nós estamos incumbidos, havendo manifestação nas galerias, pode ser suspensa a sessão. Não quero usar essa medida regimental, pois considero que, havendo um requerimento do nobre Líder da Oposição, é necessário seja ele devidamente apreciado. Continua com a palavra o Sr. Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL — Sei, Sr. Presidente Pedro Aleixo, que V. Exª, hoje, rememora os tempos de estudante, os tempos em que liderava uma grande facção política deste País em favor dos estudantes. V. Exª, Sr. Presidente, ao advertir com o soar dos timpanos talvez no íntimo sinta tristeza em não poder, desta tribuna ou daquele microfone, defender o estudante tombado. Sei disso, Sr. Presidente. Sei, inclusive, que não paga a pena que não vale o grito estentóreo ao microfone. De que vale ao orador empolgar-se, gritar, quando, em seu coração, a mensagem mais objetiva é a tranquilidade com que cada homem possa dizer ao que o escuta que não paga a pena defender os eventualmente poderosos, pois nem sempre os poderosos estão certos. O que vale é defender um povo dizer-lhe que seu ideal está traduzido nas ações. De nada vale dizer-lhe que o homem nasce livre, que ele é livre apenas por isso, ou que ele não é livre, apenas porque acordou num dia em que o sol raiava. Dizia-se, ontem, que ele era pobre, pobre como Jó, honradamente pobre pela graça de Deus, talvez pobre por um castigo divino. Já hoje, quando os estudantes querem participar da vida pública deste País, tal conceito é completamente desusado. Ele é pobre, não em função do castigo divino, mas em decorrência das profundas injustiças sociais que continuam grassando Brasil a fora. Ele é pobre porque não pode ir a rua protestar pela liberdade. Ele é pobre porque os jornais amanhecem dizendo que o Ministro da Guerra determinou a seus comandados que façam todos eles, festas pela passagem do 1º de abril.

Antigamente, Sr. Presidente, levavam-se ao culto dos deuses animais para a molção; hoje, quando a revolução pretende fazer uma comemoração por ordem do Ministro do Exército, levam-se cadáveres de jovens estudantes, imolados na praça pública que apenas pretendiam a melhoria dos seus destinos.

Veja V. Exª, Sr. Presidente, como há de ter revolta cada homem descompromissado com o passado, sem nenhuma vinculação desonesta, que quis ingressar na vida pública acreditando em seus ideais. Ocupa a tribuna e vê que de nada vale sequer o sangue dos que tombam para os que não acreditam no idealismo dos que tombaram. De nada vale o sacrifício e o holocausto para aqueles que não acreditam em liberdade. E essa liberdade, que dignifica a vida, não é violentada pelo regime socialista, mas é brutalizada pelo regime capitalista que não chegou a ser autêntico, impadindo, como o sentimos na própria carne, nós daquela região distante, que se possa dar um passo à frente pela independência.

Neste instante transforma-se o País em cubata africana. Estudantes são assassinados no meio da rua. Sublevação da ordem é a bandeira destraiçada ao sabor de todos os interesses.

O estudante, assim, passa a desanestiar dos poderes constituídos. E eles, que não têm qualquer compromisso de desonestidade, que reclamam apenas autenticidade quer participar da vida política deste País, quer ser livre, por entender que liberdade não depende daquele conceito errôneo que há pouco mencionei.

Comparecem às galerias do Poder Legislativo, menos para prestar solidariedade ao companheiro morto do que para reclamar atitude digna dos que aqui estão representando o povo. Esta a grande verdade. Não importa o encerramento da sessão ou qualquer outra providência da igual sentido. Importa, sim, que este Poder permaneça em vigília cívica, atitude que deveria ser a de todos os homens descompromissados com bandeira política inautêntica, de estruturas arcaicas.

Os estudantes escam, hoje, a reclamar autenticidade deste Congresso. V. Exª, Sr. Presidente, tem um passado a zelar. Zele pelo seu passado, menos por aqueles que desempenham um mandato legislativo e mais pelos jovens que querem amanhã desempenhá-lo com autenticidade. O mandato vale não pelo *jeton*, recebido, mas, sim, pelo requerimento que V. Exª porá em votação. Sr. Presidente — e perdoe-me a tranquilidade com que falo pois talvez seja muito mais difícil externar tranquilidade quando no íntimo vai assim esta torrente toda de revolta — coloque o requerimento em votação. Que, sobretudo, vote o Congresso uma coisa: o destino histórico deste País, não permitindo que se matem mais estudantes no meio da rua; vote pelo que se quer de bem amanhã, não importa que se comente que hoje apenas houve manifestação de repúdio dos estudantes. Garanta-se a eles o princípio sagrado da democracia, o de poderem manifestar e praça pública a revolta, que a deles é sobretudo justa. (Muito bem. Palmas.)

... oferecendo
mas também
tranquilidade/para assegurar o
... (Muito bem, muito bem)

... para
... condi-
... absolutamente,
... adminis-
... elaboram
... o Brasil
... triênio
... exige para
... aplicações
... criou sin-
... País. Quer-
... própria
... congresso o
... o poder de
... caminhos
... e. angela

uma perseguição
... ção progressiva
... são cifras
... tratativo anárqui
... esses investim
... tem fome de pro
... de 1968 a 1970,
... se libertar dos
... de ospital ext
... de uma consciê
... se de cada um
... Constituição qu
... orçamento pluri
... aperfeiçoar ess
... que levarão o B
... não somente à
... indispensabilid
... /construir e gr

CONGRESSISTA: BERNARDO CABRAL

PROJETO N°

CAMARA

N°

SENADO

DC de 2/4/68 CD-~~EFLEX~~ Pg 996

DO N° / de / /

O SR. BERNARDO CABRAL:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, os acontecimentos deste último fim de semana vêm gerando os mais desencontrados comentários.

Sabem V. Exa. e a Casa toda — porque estivemos no clichê da primeira página do jornal que se edita em Brasília — que acompanhamos *pari passu*, o desenrolar das circunstâncias que motivaram a represália aos estudantes de Brasília.

Quero, todavia, já que fiz parte da Comissão composta pelos Deputados Mário Covas, Otávio Caruso da Rocha Martins Rodrigues, Matheus Schmidt e Senador Josaphat Marinho, que se dirigiu à Secretaria de Segurança, e mais tardes às Delegacias de Polícia de Menores, trazer a minha contribuição para esclarecer o que se alega, isto é, que os estudantes nada sofreram. Sabe V. Exa. — e agora levo ao conhecimento de toda a Casa — o que comprovamos os integrantes da comissão: que os estudantes que estiveram presos só foram soltos depois da interferência dessa comissão, por volta das quatro horas da manhã de sábado; que eles sofreram espancamentos os mais variados; inclusive, um dos estudantes sangrava abundantemente pelo nariz, outro fôra machucado nas costas e, conforme atestou a comissão, isso aconteceu no instante em que, colocado no caminhão, era pisado pela Polícia; e mais um terceiro apresentava hematoma em parte do seu rosto.

Veja V. Exa., Sr. Presidente, a que ponto foram barbaramente maltratados esses rapazes, muito com 16 e 17 anos de idade, apenas porque opuseram uma reação à ação da Polícia no episódio ocorrido na W-3.

Há quem comente que a participação dos Deputados do MDB terio sido uma modalidade de dar cunho de demoralização à Polícia, quando, em verdade, foi apenas no sentido de garantir àquela estudiantada a sua manifestação de pesar pela morte do estudante. Evidentemente nenhum deputado do MDB concorda com badernas, nenhum aplaude, quebra-quebra, nenhum Deputado glorifica o incêndio de viaturas, quer particulares, quer oficiais.

Os deputados do MDB, todavia, não concordam com que, antes que haja o efeito, se proibam as causas, com que não se possa manifestar aquilo que vai no íntimo de cada um, muito menos quando a Polícia agora declara que se sente orientada por ordem superior para manter a repressão a qualquer custo, seja quem fôr que garanta a livre manifestação dos estudantes. Quero trazer ao conhecimento de V. Exa. e da Casa que correm notícias de que será editado um novo Ato Institucional, de que haverá cassações

de mandatos e de que os Deputados que saírem da Câmara para tomar parte em qualquer manifestação estarão com as suas imunidades parlamentares cessadas e, portanto, podendo ser vítimas de qualquer represália. Participo dos pontos de vista dos demais Deputados. Quando procuramos a via pública, não o fizemos em função de garantias parlamentares, mas apenas como qualquer homem do povo. Essas ameaças não podem partir, pelo menos, com a idéia de causar amedrontamento a quem quer que seja.

Quero ainda, Sr. Presidente, ao concluir, levar a V. Exa. a minha tristeza por verificar que a filosofia deste Governo se resume numa incossistência a toda prova. Enquanto o Senhor Ministro da Justiça, invocando a sua qualidade de jurista — e nesse ponto merece nossos aplausos declara que a manifestação dos estudantes, dentro da ordem, não pode ser proibida, o Chefe da Casa Militar, General Jaime Portela, faz declarações ao Presidente José Bonifácio de que, encarregado de reprimir todas as manifestações estudiantis no País, o fará a qualquer custo.

Veja V. Exa. que o Governo se distancia cada vez mais das aspirações populares, e não se dá conta de que só pode existir desenvolvimento em uma Nação quando há liberdade, com amplas garantias democráticas. Tecnologia, e não tecnocracia. E mais, Senhor Presidente: que o Governo passe a respeitar o pleno funcionamento dos demais Poderes, isto é, o Legislativo e o Judiciário. (Muito bem, Palmas.)

ANEXO N.º 15

Documentos originais de Brasília
Sobre
Qualificação e de
tesa

PROJETO Nº
Nº
DC de
DO Nº
CAMARA
SENADO
PROJETO Nº
Nº
DC de
DO Nº
CAMARA
SENADO
PROJETO Nº
Nº
DC de
DO Nº
CAMARA
SENADO

66

10/11/11

O SR. BERNARDO CABRAL:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta fase do Grande Expediente, como homem de Oposição, não quero alongar-me nem reportar-me ao episódio histórico e sangrento do operário, ao longo da luta que manteve pelas suas liberdades, eis que isso já foi feito com riqueza de pormenores por oradores que me antecederam nesta qualificada tribuna. Também não quero emoldurar esta minha saudação ao trabalhador brasileiro com o caráter sensacionalista ou a roupagem demagógica, seja ao trabalhador mais humilde ou ao mais qualificado artesão, mas com a fé na liberdade e na dignidade humana, que distingue a civilização moderna de todas as outras. Distancio-me, portanto, da exploração que se faz dos homens de mãos calosas, lembrados apenas por ocasião deste convenido dia internacional do trabalho, quando os encômios lhe são dirigidos, mas sempre esquecidos no equacionamento e concretização dos dias melhores.

Quero, por isto mesmo, saudar o trabalhador do meu País, na luta pela afirmação da liberdade, mas liberdade no sentido pelo qual deve ser entendida, e não apenas pelo conceito de que o homem é livre por natureza, o que não faz sentido, sobretudo porque os que não têm a consciência da liberdade, aqueles que aceitam qualquer exigência, deste ou daquele dogma ou situação política, estão além dos postulados da liberdade. Os homens, Sr. Presidente, sabem quando são livres, têm noção da significação exata do que representa a liberdade. E, ao saudar o operariado brasileiro, não posso deixar de atentar para a atual conjuntura nacional, expressão tão em moda que o momento político histórico comporta, uma vez que se coloca por terra aquela antiga concepção de que o homem, esmagado na sua miséria, no seu atraso, na sua pobreza, na sua ignorância, incorria num castigo divino, para impor à compreensão clara e nítida o sentido de que a miséria, a pobreza, a doença, tudo enfim que anula o que há de energia criadora do nosso povo, não decorre daquele castigo divino, mas de uma profunda injustiça social que, por sua vez, está incrustada nas raízes de uma estrutura econômica agrária e social da nossa Pátria.

O Sr. Osmar de Aquino — Permite-me. Desejo acentuar o alto sentido político que encerra a saudação aos trabalhadores brasileiros, feita por um homem do porte de V. Ex.ª.

O SR. BERNARDO CABRAL — Muito obrigado a V. Ex.ª.

O Sr. Osmar de Aquino — V. Ex.ª se tem revelado nesta Casa um intérprete autêntico dos interesses do povo brasileiro, e o faz sempre com excepcional brilhantismo, revelando por outro lado que é um espírito inteiramente dentro do seu tempo e de sua geração, a par dos grandes problemas econômicos, sociais e políticos que empolgam a nossa época. Na verdade, diz bem V. Ex.ª que os interesses e os direitos dos trabalhadores servem por vezes para manifestações demagógicas. A que V. Ex.ª expressa neste momento, no entanto, vem de um homem autêntico, de um democrata de verdade. repito, de um homem integrado nos ideais de seu tempo.

O SR. BERNARDO CABRAL — Deputado Osmar de Aquino, V. Ex.ª traz de seu Estado, de sua Paraíba, um brilhantismo, o apoio a um seu colega, e, não tendo tido eu tempo de preparar uma oração à altura daquela, completa com seu aparte este meu modesto discurso. Sei mesmo que o aparte de V. Ex.ª, nesta tarde, configura-se, transforma-se e con-

substancia-se num discurso que todos nós que estamos vindo à tribuna gostaríamos de fazer.

OUGO V. Ex.ª, nobre Deputado Antônio Bresolin, com muita alegria.

O Sr. Antônio Bresolin — Congratulo-me com V. Ex.ª pela magnífica oração que está pronunciando. Aliás, os Deputados nesta Casa estão habituados a ver V. Ex.ª assomar à tribuna para traduzir aquilo que, efetivamente, reflete, não apenas o pensamento político de nossa agremiação, mas, sobretudo, os superiores interesses da nossa pátria. V. Ex.ª é uma espécie de instrumento de todas as reivindicações das classes que vivem esmagadas e esquecidas, das mães que não têm o leite nem o pão para dar aos seus filhos, dos trabalhadores que não dispõem de recursos, muitas vezes, para pagar o aluguel, para chamar o médico, para comprar o alimento para seu filho, bem como dos filhos de operários que não têm acesso às escolas. V. Ex.ª, autêntico representante do povo, nessa oração que está pronunciando, focaliza precisamente todos esses dramas que são, praticamente, esquecidos daqueles que nasceram em berço de ouro, ou daqueles que nunca sentiram bater à porta a fome e a miséria. V. Ex.ª, que vive no meio da pobreza, que ausculta o sentimento, a aspiração e a necessidade de todas as camadas sociais, está traduzindo realmente, as reivindicações dessa gente.

O SR. BERNARDO CABRAL — Sr. Deputado Antônio Bresolin, V. Ex.ª comprova, neste instante, a gentileza gaúcha sempre presente todos os momentos em que se pronuncia o extremo norte, como agora faço nesta tribuna. Entendo — e talvez o faça em função da minha desvalia, do meu pouco conhecimento (Não apoiados) — que só me compete dizer a V. Ex.ª: muito obrigado.

Sr. Presidente, não me devo alongar, a fim de permitir que outros companheiros, quer do MDB quer da ARENA, ocupem a tribuna. Mas, já que o Deputado Antônio Bresolin referiu-se à pobreza, à miséria, à fome e aos poucos direitos de que dispõe o operariado brasileiro, eu não poderia, também deixar de entender, que, na soalheira árida do deserto das direitas do operariado, a liberdade, sem licenciosidade e contida dentro das nossas regras morais, há de ser concedida ao operário, mais tarde ou mais cedo, pois não é justo que se lhe deixe apenas a concessão dos fogozes benéficos, a expectativa de dias melhores. Que se lhe permita, Sr. Presidente, fazer a distinção entre o essencial e o acessório, já que nenhuma ventura é fácil de ser conquistada; ela é obtida à custa de muita luta, muito sacrifício. Que todos nos sacrifiquemos, pois, que todos lutemos, então. E haveremos, assim, de conquistar o direito de sermos felizes sem a distinção humilhante de fortes e fracos, de poderosos e dos não poderosos. E, nesse passo, é válido lembrar Lord Acton que desconfiava mais dos grandes homens do que do homem comum, e ressaltava que a História não é uma tela tecida com mãos inocentes, pois, entre todas as causas que degradam e demoralizam os homens, o poder é a mais constante e a mais ativa.

O Sr. Aniz Badra — Desculpe-me V. Ex.ª interrompê-lo.

O SR. BERNARDO CABRAL — V. Ex.ª honra o orador.

O Sr. Aniz Badra — É muito difícil para mim interromper um Líder nas condições de V. Ex.ª, pelo prestígio de que desfruta nesta Casa e no seu Estado.

O SR. BERNARDO CABRAL — Não projeta em mim as qualidades de V. Ex.ª, nobre Deputado Aniz Badra.

O Sr. Aniz Badra — Desejo, meu nobre colega, congratular-me com V. Ex.ª não só pela sua magnífica oração, como também pelo transeuro do

Dia do Trabalhador. Sabem V. Ex.ª e o Brasil que São Paulo possui um grande exército de trabalhadores, hoje oprimidos e tristes. Querem sobreviver a essa crise que assola a nossa Pátria. Hoje, o operário é triste, mas, mesmo assim, está cumprindo os seus deveres. Quer produzir, quer trabalhar para sobreviver. Sabe V. Ex.ª que São Paulo tem mais de 1.600 mil operários. E, assim, V. Ex.ª vai encontrar em todo o território paulista uma verdadeira colmeia de homens que trabalham, de dia e de noite, num único afã: o de sobreviver ao estado atual que nos oferece a política brasileira. Congratulo-me, pois, com V. Ex.ª e com o operariado brasileiro. Acredito que dias mais promissores virão para esta gente boa que só pensa no trabalho e na sua própria sobrevivência.

O SR. BERNARDO CABRAL — Veja V. Ex.ª a felicidade que me é dada: acabo de ouvir V. Ex.ª com este brilhantismo falar do operariado de São Paulo e já outro Deputado por São Paulo, o não menos brilhante Deputado Cunha Bueno, pede-me um aparte, o qual será concedido neste momento em que estou concluindo o meu discurso, uma vez que o Sr. Presidente me adverte sobre a fila de oradores que se farão ouvir logo a seguir.

O Sr. Cunha Bueno — Serel breve, nobre Deputado. Desejo tão-somente cumprimentar V. Ex.ª pelo excelente e oportuno discurso que pronunciou, já que, está para chegar ao fim dele. Lembro que os jornais de hoje publicam, com bastante destaque, o resultado da arrecadação de tributos federais em todo o território nacional no exercício de 1967. E, por ali, verifica-se que São Paulo, mais uma vez, contribuiu para o Erário com mais de 50%. Pois bem, se isto de um lado é motivo de orgulho, nobre Deputado Bernardo Cabral, de outro, os números, que na sua frieza não mentem, dão a dimensão e a importância do trabalhador na história do desenvolvimento econômico do meu Estado.

Quero, também, nesta oportunidade, lembrar a V. Ex.ª que, não obstante as dificuldades que têm caracterizado a vida nacional em vários setores, no meu Estado, graças à atuação ponderada do Governador Abreu Sodré, os trabalhadores têm tido quase total permissão de se reunirem e manifestarem o seu pensamento, num ambiente de cordialidade e de disciplina. Tanto isto é certo que, amanhã, se realizará, como tradicionalmente ocorre, na Praça da Sé, uma grande concentração operária. O Sr. Ministro do Trabalho já declarou que não aceitará o convite para esse conclave, pelo fato de participarem dele entidades que não estão reconhecidas pelo Ministério do Trabalho. Entretanto, o Governador de São Paulo, em mais uma demonstração de seu espírito liberal e da confiança que deposita nos seus co-estaduanos, vai estar presente na Praça da Sé. Encerrando nobre Deputado Bernardo Cabral, mais uma vez meus aplausos a V. Ex.ª pela elevação e pela objetividade com que traz o seu apoio às comemorações que mundialmente serão realizadas amanhã dia do trabalho.

O SR. BERNARDO CABRAL — Obrigado a V. Ex.ª.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo uma sugestão: que o Poder Revolucionário não se esqueça da preocupação de Lord Acton e verifique que só se pode acreditar no homem livre, no que é capaz de pensar, quando ele está dentro de sua comunidade de acordo com as próprias convicções, sem temor de espécie alguma. E, pensando assim, Sr. Presidente, entendendo assim, sendo o operariado brasileiro. (Muito bem, Palmas, O orador é cumprimentado.)

CONGRESSISTA: BERNARDO CABRAL
PROJETO N°
N°
DO de 30 / 03 / 67 | CD-SF-EN Pg 44-16
DO N° / da / /

ANEXO N.º 17

Intervenção

Problemas internacionais

per obter um pouco mais de apoio político.

“Todavia, Sr. Presidente, entendo, ante os menos avisados, aqueles que recorrem exatadamente à análise de que se é válida a ocupação da tribuna para tratar de assuntos tipicamente regionais, que não deve esta Casa omitir-se no trato das coisas internacionais. Ainda mais, Sr. Presidente, proque, sendo esta Casa eminentemente política, não pode despojar-se em nenhum instante, do dever, além do direito, de abordar os problemas que, não obstante ocorrem extra-fronteira, se interligam com os problemas brasileiros.”

É preciso que saibamos reconhecer e fiquemos definitivamente convencidos da interdependência da luta dos povos subdesenvolvidos.

E, neste passo, Sr. Presidente, ainda ontem ocupava a tribuna, na Ordem do Dia, exatadamente para tratar problema de ordem internacional, o nobre Deputado Raimundo Padilha, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, de quem tantos podem discordar quanto às suas teses, mas a quem tantos, por igual, não de reconhecer o talento e a inteligência.

Já antes, no Grande Expediente, ocupava a tribuna o Padre Medeiros Netto e fazia, daquela que negáveis dos seus mais belos sermões, onde não mente é o púlpito da democracia, um lembrete a figura do Nazareno, mas se cingia à tristeza, ao pauperismo, à fome, à doença que grassam no Nordeste.

Esses dois fatores, Sr. Presidente, blemas internacionais com os nacionalistas, e é por isso mesmo talvez só por isso, que ceupo a tribuna nesta tarde, quando pretendo tecer comentários a um livro de autoria do alemão Fritz Baad, sob o título “A Corrida para o Ano 2.000”, onde avultam especulações da maior seriedade, onde se inserem dados estatísticos que não têm senão comprovação, no mundo de hoje.

Ele me chegou às mãos por intermédio de um homem que honra a in- a cultura médica. Refiro-me ao Professor Ary de Castro que, estudioso dos problemas internacionais, por esse elo de amizade fêb cnegar a meu poder o trabalho de Fritz Baad.

Ora, Sr. Presidente, ao desenvolver meu raciocínio, não poderia deixar de encadeá-lo com a leitura de alguns trechos dessa obra. É esse festejado autor quem afirma, à página 2:

“O caminho da humanidade para o ano 2.000 poderá ser considerado como uma corrida em que serão testadas duas formas, por assim dizer opostas, de configuração econômica e política da vida humana”.

Vejam V. Exas. que se coloca, de imediato, o problema da configuração econômica e política da vida humana. Mais adiante, na página 5, faz uma afirmativa que estarecerá aqueles que não estiverem ambientados com o problema. É assim que, a certa altura, ele explicita:

“No último ano do século, a China terá cerca de um e meio bilhão de habitantes e equivalente a toda a população da terra em 1900. China e Índia, juntas, possuirão 2 bilhões e meio de habitantes, quase a atual população do mundo. Chineses, russos e demais componentes do bloco soviético constituirão a metade dos seres humanos no ano 2.000.”

E mostra que a Europa Ocidental possuirá 10% apenas dessa população mundial, e os Estados Unidos 5%; que os alemães, atualmente representando 2% dos habitantes da terra, no ano 2.000, junto com a percentagem equi-

valente a franceses e italianos, baixarão a 1%. Mas não dá um alento, ao fazer a interrogação:

“Iremos nos atormentar com isto, com frustrações e com complexos de inferioridade? Decididamente não.”

E esclarece com o exemplo da Suíça: “Bastará um olhar para a Suíça e já estaremos tranquilos. Os suíços são hoje 5 milhões, 0,2% da população mundial. No fim do século representarão apenas 0,1%, mas nem por isso ficarão angustiados com sentimentos de inferioridade, que não cultivam nem têm por que cultivar.”

Ao final da página 6, diz Fritz Baad:

“Neste livro serão apresentadas verdades amargas. A mais amarga de todas elas é que a balança do mundo penchará para o lado do Oriente, não apenas em número de habitantes, mas em potencial econômico.”

Assertiva desta ordem, Sr. Presidente, leva qualquer interessado que compulse o livro a de imediato, abeberar-se em tudo o que ele traz. E foi, exatadamente assim, Sr. Presidente, percorrendo o trabalho de Baad, que à página 19 encontrei este passo:

“A primeira vista, um programa que vise triplicar a produção de alimentos até o ano 2.000 pareceria demasiado pretencioso. Poderíamos ser levados a desanimar ante a grandeza do empreendimento. O primeiro motivo de consolo será verificar que, enquanto a população mundial dobrou entre 1850 e 1950, com velocidade jamais registrada na História, a correspondente produção de produtos alimentícios não só alcançou como ultrapassou esse crescimento. No ano de 1850, como hoje, havia em várias regiões da terra homens subnutridos. Seus antepassados, há centenas, milhares de anos, se defrontavam com o mesmo problema. Mas outros lugares havia, onde a produção de alimentos ultrapassava de muito o acréscimo da população. Não há a menor dúvida de que o nível alimentar dos europeus e norte-americanos era muito mais alto em 1850 do que 100 anos atrás.”

E aqui, Sr. Presidente, chamo a atenção da Casa para este parágrafo:

“Poderemos aceitar seguramente o fato de que nos últimos 170 anos, enquanto a população do mundo dobrou, a produção de alimentos tornou-se pelo menos duas vezes e meia maior.

Isto mostra — salienta Baad — que o pessimismo de Robert Malthus não era justificado, quando afirmava, na passagem do Século XVIII, que os homens tinham a tendência de multiplicar-se em progressão geométrica, enquanto a produção alimentar só crescia em progressão aritmética.”

Sr. Presidente, lido o tópico referente ao Século XVIII, não poderia, de logo, deixar de declarar que a civilização industrial desse século impôs grave defasagem entre as nações da Europa. Comunidades saltando da etapa agropastoril para a manufatureira, estimularam a formação da burguesia abusiva, enquanto não ensejar, simultaneamente, o estabelecimento de um proletariado numeroso, já desperto para o clamor reivindicatório. O produto industrializado em maior escala não circulava ainda livremente, em face da modesta renda per capita da sociedade em transformação.

O operário, que já emergiu do fundo das épocas como colaborador amo-

O SR. BERNARDO CABRAL:
(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, cheguei a esta Casa, onde pontificam as mais luminosas inteligências desta Nação e de onde se espalham, as notícias em derredor da sua atuação, com a ardente aspiração de quem quer servir ao País no geral e em particular ao Amazonas, tornando-me merecedor da abertura de crédito que o meu Estado me confiou ao me outorgar o mandato eletivo.
Sei, por isso, Sr. Presidente, que talvez fêsse melhor no instante em que muitos se preocupam no varejo com as circunstâncias eleitoreiras e, no atacado, com os seus interesses pessoais, que abordasse eu um problema de âmbito regional, a fim de po-

ANEXO N.º 1.7

vés do diálogo com a mocidade para conhecerem as raízes e as verdadeiras razões desses movimentos, o que se vê é repressão policial, violência, sem a tentativa de ouvir e compreender a mocidade, que tanto tem reivindicar hoje. Como já disse o nobre Deputado Paulo Campos em aparte, ela quer preparar-se para a vida e não para a morte. Congratulo-me com V. Ex.º pelo seu brilhante pronunciamento e pela feliz oportunidade que escolheu para trazê-lo à Casa.

O SR. BERNARDO CABRAL — Eu é que agradeço a V. Ex.º por coincidir o seu ponto de vista com aquilo que me trouxe à tribuna, ou seja, ser esta oportunidade excelente para tratar de assunto de tão grave aspecto par ao momento.

O Sr. Josias Gomes — Nobre Deputado Bernardo Cabral, primeiramente, desejo louvar, a fé de V. Ex.º de trazer um discurso de profundidade a esta Casa, o qual está despertando o máximo interesse. Em segundo lugar, as mutações que se estão verificando no mundo a atitude da mocidade levaram-nos obrigatoriamente àquela pergunta clássica que um grupo de planejadores dos países subdesenvolvidos faz antes de qualquer planejamento: O que será mais importante? Estar junto do céu, a caminho do inferno, ou estar junto do inferno, a caminho do céu? Porque, de acordo com a resposta, podemos planejar, com urgência, um bem-estar fácil, mas queimaremos todas as perspectivas do encaminhar futuro principalmente das condições que vão permitir atentarmos para o fato de que é preciso criar uma base para que a personalidade humana e o enriquecimento se projetem, ambos, para uma evolução.

O SR. BERNARDO CABRAL — V. Ex.º diz muito bem porque é o próprio Baad quem acentua que nenhum planejador, pertença a que tipo de sociedade pertencer, exercerá convenientemente o seu ofício se não olhar longe, para o futuro.

O Sr. Josias Gomes — O que é muito importante, neste instante, é que busquemos o encaminhar que nos leve à construção e não a destruição. A inquietação da mocidade deve apenas estimular a nossa vontade, a nossa sensibilidade, para forçar essa forma que corresponde à sociedade. Mas não vamos, evidentemente deixar que se envolva na construção de um mundo fácil, que, logicamente, virá destruir as nossas perspectivas futuras. O importante é saber o que nos cabe ou seja, construir um mundo de perspectivas futuras. Embora estejamos no inferno agora, caminhamos para um bem-estar futuro.

O SR. BERNARDO CABRAL — O problema que me trouxe à tribuna foi lançar o tema ao raciocínio de cada um, e vejo que o assunto caminha dentro daquela perspectiva que eu traçava, tal a receptividade que se encontra na mente dos eminentes Deputados.

O Sr. Antonio Bresolin — Nobre Deputado, felicito V. Ex.º pelo magnífico discurso que está pronunciando. Estamos acostumados a ouvir o eminente colega falando sempre com brilhantismo mas hoje V. Ex.º está focalizando em base sólida, um problema fundamental, que foge, inclusive, às fronteiras do País: é o drama universal na síntese de um maravilhoso discurso. Quero dizer a V. Ex.º que os problemas que estão sendo discutidos no tema da sua magnífica oração só os encontramos com largueza de visão, com a amplitude que me errou o coração e alma — inclusive de encantamento, porque me aprofundou nesta matéria. — nos livros "Peopolítica da Fome" de Josué de Castro, "O Drama Universal do Século XX", do Padre Lebet, e "O Drama Universal da Fome", uma co-

letânea de artigos de, maiores escritores do mundo inteiro, documentando essa importante matéria. E o que V. Ex.º focaliza foi confirmado através dos pronunciamentos dos eminentes colegas que apartearam V. Ex.º desta tribuna, e precisamente, aquilo que estamos observando nos dias que correm. É a ruptura das velhas estruturas, a aceleração para rumos diferentes mas com a segurança dos homens de larga visão, como o vôo alcandorado das águias. E nós podemos encontrar muitos dos princípios basilares para esta decolagem dentro desse outro majestoso livro tão lido nos dias que correm, que é "O Desafio Americano".

O SR. BERNARDO CABRAL — De Jean Jacques Schreiber.

O Sr. Antonio Bresolin — Encontramos, no fundo de tudo isso, como base para esta arrancada a educação, fundamento sobre o qual se deve alicerçar o empreendimento para o qual todos estamos sendo convocados.

O SR. BERNARDO CABRAL — Deputado Antonio Bresolin, veja V. Ex.º o quanto vale a pena receber um aparte de um gaúcho, quando outro gaúcho, na Presidência com esse ar de deputado voltado para os problemas nacionais e internacionais, acompanha, para desvanecimento de todos, com maior interesse os discursos e os apartes de quantos aqui se pronunciavam.

Cuco o nobre Deputado Floriano Rubim.

O Sr. Floriano Rubim — V. Ex.º nobre Deputado Bernardo Cabral, que é uma das principais figuras da nossa Comissão de Segurança Nacional...

O SR. BERNARDO CABRAL — Muito obrigado a V. Ex.º.

O Sr. Floriano Rubim — ... aborda um assunto de palpitante interesse nesta hora. O Brasil, como a primeira nação latina do mundo, como uma das primeiras em extensão territorial e como a oitava nação do mundo em população, deve preparar-se para estar em condições de receber essa nova era, para a qual a humanidade caminha aceleradamente. Nobre Deputado Bernardo Cabral, a minha opinião é de que o Brasil, com essa sua imensa área despovoadada, com esse seu solo privilegiado, com as condições favoráveis do seu clima, desperta interesse todo especial e está hoje como presa fácil, à mercê dessa voragem, desse turbilhão que há de vir amarrar sobre nós, se não estivermos devidamente aparelhados e ocupando fisicamente todo o nosso interior, povoado-o, cultivando-o, preparando o Brasil para esta ocasião. Apresentei um projeto, já do conhecimento de V. Ex.º, redistribuindo as áreas do Brasil, criando novos territórios, levando uma autoridade efetiva para essas regiões, criando novos Estados — e V. Ex.º já teve o ensejo de me dizer da oportunidade deste projeto. Acho que devemos fazer tudo ao nosso alcance, exercer um esforço supremo para preparar o Brasil a fim de que, na época em que todos esses problemas econômicos e sociais começarem a ficar intoleráveis nessas áreas superpovoadas, o Brasil possa estar em condições de enfrentar essa situação, sem ser presa fácil repito, dessa voragem, desse turbilhão que há de cair sobre nós.

O SR. BERNARDO CABRAL — Agradeço a V. Ex.º, mormente porque V. Ex.º acaba de fazer uma viagem pelo mundo, visitando vários países, e pode observar o que está a ocorrer em termos de prosperidade industrial lá fora. O depoimento de V. Ex.º é dos mais oportunos. Cuco com prazer o aparte do Deputado Brito Velho.

O Sr. Brito Velho — Eu queria com o aparte prestar-lhe minha homenagem. E o aparte vai consistir em dizer que não o apartarei porque, realmente, estou interessadíssimo em ouvi-lo.

O SR. BERNARDO CABRAL — Deputado Brito Velho, V. Ex.º em todos os apartes que tem dado nesta Casa, quer quando usa o seu poder de finese, como neste de ainda há pouco, quer quando emite conceitos os mais avançados, encanta todos. É impressionante como um homem da categoria de V. Ex.º, pode fazer um discurso-símbolo num pequeno aparte.

O Sr. Brito Velho — Obrigado V. Ex.º.

O SR. BERNARDO CABRAL — Mas, Sr. Presidente, falava-se, ainda há pouco, na prosperidade industrial e, dentro do histórico, ou — como dizia um meu velho amigo e mestre o saudoso Ministro Valdemar Pedros — dentro de uma "prelusão" histórica, gostaria de lembrar que os Estados Unidos, ao atingir o vértice de sua prosperidade industrial, quando podiam, mais do que no último após guerra, prestar fecunda colaboração aos países economicamente deprimidos, não deram ainda dimensão positiva à Aliança Para o Progresso Instrumento de promoção do bem-estar continental instituído pelo chamado mártir de Dallas, e insistem no desdobramento de um programa irracionalmente delineado, sem nível para silenciar a angústia em progressão e tortura os corações latino-americanos. Tanto que, com a resistência de notáveis expressões do Senado dos Estados Unidos, ainda se trata de negociar ajuda ao Hemisfério Sul de 4 bilhões de dólares, enquanto se liberam simultaneamente, ao Vietnam um bilhão de dólares mensais, no financiamento de uma confagração que prevê a expansão de fronteiras políticas, a título de resguardo de uma posição antitotalitária no Extremo Oriente.

O SR. PRESIDENTE:

(Matheus Schmidt) — Nobre Deputado, lamento informar que V. Ex.º dispõe de cinco minutos para concluir sua oração.

O SR. BERNARDO CABRAL — Por lástima, o mundo moderno pode ser julgado um museu de gozador cuase sens, diante da perspectiva tempo, ou um viveiro de estadísticos cegos, que não souberam vislumbear e atentar para a injustiça social, aí está mais do que nunca golpeando contingentes oprimidos pela miséria e devem ser identificados como grandes réus, expostos à condenação tribunais situados na faixa da positividade. Sitágoras já prevenia os réus que: "Se sofreres uma injustiça consola-te. A verdadeira desgraça cometê-la."

Sr. Presidente, peço permissão a V. Ex.º para ouvir o Deputado João Carlos, que sempre encanta a Casa com seus apartes. Eu não me poderia furtar a essa alegria.

O Sr. Jonas Carlos — Nobre Deputado Bernardo Cabral, não vamos marcar o precioso tempo de que V. Ex.º dispõe, porque realmente está estafado. O nosso aparte consiste apenas em solidarizar-nos com V. Ex.º pelo brilhante discurso que está pronunciando nesta Casa.

O SR. BERNARDO CABRAL — Obrigado a V. Ex.º.

Sr. Presidente, tanta são as solidariedades que, ao concluir, não poderia deixar de registrar, no capítulo pertinente a Homens de Estado, Paulo VI, na Encíclica "Populorum Progressio", o célebre advérte, com um lho evangélico:

"Homens de Estado, incumbem mobilizar as vossas comunidades para uma solidariedade muito mais eficaz e, sobretudo, levá-las a aceitar os impostos necessários sobre o luxo e o supérfluo, a promoverem o desenvolvimento e salvarem a paz. Delegados organizações internacionais, vós dependes que perigosas e tereis oposições de forças e lugar à colaboração amiga, p

roso da prosperidade, descreve, no chão do mundo, eloquente percurso, que ele mesmo molhou com o suor mal compensado. Proporcionando lucro alheio, não lhe ocorreu a idéia da participação direta na riqueza. Tampouco o proprietário sentiu o dever de dar-lhe o mínimo.

A questão social emocionou filósofos. Derramaram palavras, esses mesmos filósofos, de ardente solidariedade. A discórdia de classes teria de ocorrer e acirrar-se, criando dificuldades desafiadoras. O processo de formação do poder político não abrangia, via de consequência, a massa obreira. A sua vitória originava-se da arbitragem econômica. O trabalhador, pedreiro de uma estrutura que o esmagava, era uma força afônica. A voz perdia o som, que faz o grito, e a esperança de libertação escondia-se entre as dobras da posteridade.

O Sr. Paulo Campos — Permite V. Exa.? No momento em que V. Exa. faz pronunciamento de tamanha importância, que enfoca não só o futuro, mas, sobretudo, a grave crise mundial do presente, desejo fazer esta intervenção, eis que o pronunciamento de V. Exa. nos desperta a reflexão de que, na verdade, o mundo atual está instrumentado para dar melhores condições de vida à população do globo terrestre. Veja bem, illustre Deputado Bernardo Cabral: o mundo está instrumentado pelo terço desenvolvido — eis que dois terços são subdesenvolvidos, vale dizer, são famintos. O terço desenvolvido, que detém os poderes da tecnologia, realmente tem consigo todos os meios para promover o desenvolvimento do resto da humanidade, que ainda não alcançou este estágio de civilização. Mas, quando V. Exa. fala em lucro e em solidariedade, na verdade V. Exa. coloca os dois termos da solução do problema. De um lado, lucro é o problema, porque importa que a economia evolua de tal maneira que se reformule o conceito de valor econômico, para que o lucro deixe de ser o impulso natural a que a atividade econômica possa buscar, e um outro valor possa ser posto em prática, dentro da vida dos povos. Este valor é o da solidariedade, palavra, que há pouco V. Exa. mencionou.

Como iniciar-se essa transformação que é profunda? Através do Estado. O Estado existe para promover o bem geral da comunidade. E não pode prosseguir o Estado desenvolvido aliado ao poder econômico, a ponto de chamar-se hoje complexo industrial-militar. O Estado rico, moderno, precisa com urgência partir para uma nova tomada de posição diante do Estado pobre atual, que está conscientizado de que os Estados ricos possuem os meios capazes de levá-los ao seu desenvolvimento. Neste ponto, parece-me estar a questão fundamental para a qual não de evoluir necessariamente as nações do mundo, mesmo para que tenham condições de prosseguir, sobrevivendo, porque o problema das outras é de vivência. Por conseguinte, vemos neste quadro as raízes profundas da crise atual, em que a mocidade moderna, a mocidade da França e de todos os países do mundo, protesta veementemente contra as presentes estruturas. E' por isso mesmo, porque os moços vêm que eles são, como universitários, os construtores desta civilização, e eles se recusam a prosseguir como instrumentos de uma coisa que se expande, não para a vida e sim para a morte. A ciência existe para promover a expansão geral da vida. Aí está nossa razão profunda da crise atual, e o discurso de Vossa Excelência e a obra em que Vossa Excelência o fundamenta enfocam por certo esse sentido.

O SR. BERNARDO CABRAL — V. Exa., Deputado Paulo Campos, todas as vezes que intervém nesta Casa o faz com o brilho costumeiro. E, no instante em que V. Exa. par-

ticipa da corrente de que se deve reformular o conceito de valor econômico, partindo, inclusive, para a transformação através do Estado, lembra — e não poderia deixar de fazê-lo — o nomadismo cultural que exerceu Karl Marx por toda a Europa. Veja V. Exa. que o seu exercitamento tentando a execução de carta de princípios, teve de logo Engels, que era um homem rico, ajudando o companheiro teórico, ucraniano nesta mesma vilegiatura. Mas o conceito, então, áspero, de estatização, que inspirou a ditadura do proletariado, levou o Papa Leão XIII a elaborar a Encíclica Rerum Novarum, que foi a contestação pontifícia à doutrina de Karl Marx, indicando fórmulas para a problemática do homem, numa idade política mergulhada em inquietações próprias a um episódio de cuja exegese se extraem capítulos perturbados da História. Veja portanto, Deputado Paulo Campos, que é oportuno se faça menção de André Malraux quando diz: "os pobres são fracos; mas, por serem numerosos, acabarão por vencer os ricos." E' exatamente aí que se ajusta a intervenção do moderno escritor a um quadro conjuntural diante das distorções que se estabelecem, a negar aos humildes o direito de coexistir com os afortunados um nível de elementar ventura.

O Sr. Feu Rosa — Pior de tudo isso não é esse quadro trágico que V. Exa. está apontando, é o distanciamento cada vez maior entre a classe política e a realidade contemporânea, não apenas no Brasil mas até no mundo. Enquanto V. Exa. aponta essa paisagem apreensiva e terrível, nós estamos aqui discutindo se o Congresso Nacional deve ser presidido pelo Sr. Pedro Aleixo ou pelo Sr. Moura Andrade, se os municípios devem ou não entrar na área de segurança nacional, se a sublegenda deve ou não ser aprovada seguindo a mensagem original ou segundo o substitutivo. Esta Casa, se abalança toda em torno desses temas e tudo que V. Exa. está dizendo fica para ser discutido e debatido na outra encarnação, se houver.

O SR. BERNARDO CABRAL — Deputado Feu Rosa, há de ficar pelo meno, a presença de V. Exa. e a de tantos nesta Casa — e se me permitem eu me incluo de logo entre os que assim entendem — como prova de que não ficamos no vazio das discussões estereis. Se alguém se preocupa em trazer o problema à discussão, pelo menos fique pairando na análise de consciência que cada um fizer do problema a consideração de que não fugiu, não desertou, não se omitiu, mas, muito pelo contrário, ocupou a tribuna, foi às ruas, tomou parte em programas de rádio e televisão para dizer ao povo brasileiro — pelo menos aquele que teve o respaldo do voto popular e para aqui veio incumbido de defender esse mesmo povo — que os problemas internacionais e nacionais, interdependência que eu fazia questão de registrar princípio da minha oração, não ficaram em nenhum instante à distância, à margem da discussão.

O SR. PRESIDENTE — (Matheus Schmidt) — Está suspensa a sessão por falta de energia. (Pausa).

Está reaberta a sessão. Continua com a palavra o orador.

O SR. BERNARDO CABRAL — Sr. Deputado Feu Rosa, é maior o distanciamento da realidade política contemporânea; nem por isso essa mesma realidade política contemporânea deixará de levar homens dotados de idealismo a chamar a atenção da Nação brasileira para fato de maior importância.

O Sr. Feu Rosa — Neste ponto estou de acordo com V. Exa. Pelo menos sabem aqueles que este ouviram ou dele tomarem conhecimento, que, neste ano da graça de Nosso Senhor Jesus Cristo, tentamos nesta

Casa advertir a consciência cívica nacional para este problema. Procuramos cumprir o nosso dever.

O SR. BERNARDO CABRAL — Mas, Sr. Presidente, já que ainda pouco foi dito pelo Deputado Paulo Campos que se impõe numa intervenção a reformulação do conceito do valor econômico, eu não poderia deixar de inserir no meu discurso o contraponto que o Vaticano fez à manifestação do inspirador do comunismo, ainda porque esse mesmo Vaticano mostrou-se sensível ao complexo social dos povos. Mas, o tipo estrutural de vida então corrente não encaixou à palavra do Pontífice campo de ressonância capaz de um especial registro. A presença de Marx no âmbito de uma sociedade obscurantista proporcionou o nervosismo da expectativa para todo o arcabouço econômico, então hermético as solicitações coletivas. O perigo da ruptura da ordem feudal ou provisoriamente capitalista, forçou a abertura de concessões ao trabalhador. Enquanto, já no primeiro quartel deste século, criava-se a sociedade comunista na Rússia, que acabava de sangrar numa hemorragia nacional, tal a convulsão intestina a que Lênini presidiu, e que viera interromper a linha real de sucessão dos Tzars, os observadores compreendem que poderia ter sido evitado o brutalismo, se aos humildes fosse facultado alguma abertura, para a conquista do bem-estar. E o crescimento da geografia socialista deu-se na medida em que, até aqui, se registrassem as falhas no atendimento dos apelos das massas. O esforço ocidental de preservação de um elenco de riquezas, não deixou de exigir providências de atualização, se o imprescindível era salvar um patrimônio. Veja-se o exemplo da 2ª Guerra quando a execução do Plano Marshall invertendo cerca de 12 bilhões de dólares na Europa Ocidental, evitou a sua anexação ao bloco do Kremlin.

O Sr. Renato Celidônio — Nobre Deputado Bernardo Cabral está despertando o maior interesse este brilhante discurso de V. Exa., já pelos apartes que recebeu, já pelo desejo de todos os Srs. Deputados de apartar-se. Em verdade, V. Exa. traz a debate um dos assuntos mais atuais para discussão. A oportunidade é excelente. E não poderia deixar de fazer um reparo ao aparte do Deputado Feu Rosa, quando diz que o poder político hoje, não se sensibiliza com esse problema, naturalmente, feita a exceção de um debate como este que se trava agora no Congresso Nacional. Na verdade no nosso País a insensibilidade é total por parte dos governantes...

O SR. BERNARDO CABRAL — Perfeitamente.

O Sr. Renato Celidônio — ...mas não de parte do poder político, que este sim, está a liquidar-se em nosso País por um poder, infelizmente, militarista a pressionar a vontade dos nossos políticos que, felizmente, ainda representam tenho certeza, os verdadeiros anseios populares. Mas assunto de tamanha importância, em que se demonstra o grande sofrimento da classe menos favorecida dos pobres e dos operários, em toda a história, em que se demonstra numa projeção, conforme o livro que V. Exa. menciona, de Baad. "Para o Ano Dois Mil", essa terrível dificuldade de resolver-se esse problema social, enfrentado permanentemente pela humanidade, esse assunto deveria hoje, com as explosões da juventude, que se verifica em todo o mundo, merecer prioridade especial por parte de todos aqueles que têm a responsabilidade do poder. Nós no Poder Legislativo, estamos debatendo tal problema. Em muitos países ele está sendo encarado com a devida seriedade. Mas no Brasil, infelizmente, quando essas explosões surgem, ao m-

Cort ANEXO N.º 1.

110007 em no-

1100111 Sr.

omendas à

objeções le

la Comissão

liza das e-

essão de 11-

o, que vão

28/5/68 ALMIRA/PER...

f.º 64.1

fica e desinteressada, a favor de um desenvolvimento solidário da humanidade, onde todos os homens possam realizar-se."

Mas Sr. Presidente, haverá a festa do encontro. O encontro dos jovens com o amanhã próximo (Muito bem. Muito bem. Palmas prolongadas). O orador é cumprimentado.)

Antes, porém, no período referente à Reforma, o Papa sentença, de início:

"Desejariamos ser bem compreendidos: a situação atual deve ser enfrentada corajosamente, assim como devem ser combatidas as injustiças que ela comporta. O desenvolvimento exige reformas audaciosas, profundamente inovadoras."

Aqui, V. Exa., Sr. Presidente, ouviu quando se teceram considerações em torno do mundo subdesenvolvido. No entanto, neste mesmo mundo há um fermento político irrepresável. A América Latina mostra as cúpulas governamentais da terra os ângulos de um espetáculo selvagem, onde as massas sociais são coagidas pela cupidiz de oligarquias que, por serem tão superadas, equivalem a um velho osário político.

O Brasil não deixa de ser um latifúndio nacional, e se espalha na imagem de um mapa humano desenhado pelo pauperismo. As jazidas minerais convenientemente inacessíveis, em termos genéricos, e os escalões de gente descalça e de faces cavadas pela pobreza, compõem a amarga comédia da contradição.

Esses surtos insurrecionais, cuja opacidade doutrinária lhes proscreeve qualquer validade no processo de emancipação do homem, são passíveis da nota zero, na triagem da História. Insinua-se, às vezes, para um povo, sem atentar-se para a circunstância assustada e nervosa de que as peias podem rebentar num instante de passionalismo bíblico, e então, ainda-se muito mais sob a vertigem da velocidade no caminho político. Há instrumentos-geradores de fortuna concentrados na área meridional, apesar do absolutismo da assistência a categoria dos trabalhadores. Mais de dois terços do País, no entanto, ficam vitimados por um imperialismo interno, esses mesmos dois terços que o Deputado Paulo Campos salientava no seu aparte. E a minha região, e a Amazônia? Mesmo considerando-se os paliativos da chamada solidariedade do erário estatal, como o Nordeste, posto em igual plano de pseudo-ajuda, compõe a geografia envergonhada. Arbitrariamente apartadas no computo físico-social, essas áreas erguem o horror telúrico pelo desapreço oficial. E note-se o caso da Mlela: é um exemplo, em que impias mãos estrangeiras profanam as nossas riquezas nativas, nos aviltam com uma sensação falsa de propriedade.

Em conjunto, Sr. Presidente, o caso brasileiro encharca-se no ódio sicário de uma minoria que não está à altura de levar este país para o seu rumo certo, para o comércio que deve existir da nossa comunidade nacional com os demais países. E por isso, lembrou-se ainda há pouco aqui o problema dos jovens que se revoltam, esse mesmo poder jovem que ora rebenta na Alemanha, com um moço quase imberbe, provocando uma celeuma terrível, ora na França, com um jovem de 23 anos, que procura derrubar o grande De Gaulle como se houvesse patenteado para o mundo inteiro este distanciamento, este conflito permanente de gerações.

E se nêle, nesse poder jovem, inexistente o conceito da rotatividade dos mandatos eletivos, sem opressão e sem o terrorismo das organizações secretas, sente que vai vencer pelo simples fatalismo biológico. Os inautênticos inquilinos, desta República, estejam onde estiverem, dentro ou fora do Governo, desta mesma República, destilgurada, estão envelhecendo, enquanto a juventude lúcida, interpreta no atual elenco político um corpo de energias plenamente alcançadas pelo resíduo reacionário.

se interessou pelo acompanhamento assumiu o governo. Dois anos

governo de Barbosa Lima Sobrinho, de Netto Campello. Não

renunciou àquilo porque o outro, como nós fomos, mas, ele com o

não quis absolutamente fazer Eleitoral e, por isso, poucos

preendimento, de correção moral, blico.

um aparte?

de conhecer, do porto, Netto Campello, pela sua vida exemplar

colaboração de V. Exa., que é

parte?

arrando o que me era completa- mentem. Eu não conhecia o opi-

Fizeram ap...
quo se poderia fazer...
mento deste recurso...
e meio depois, já...
o Supremo Tribunal...
quis fazer prevalecer...
seu adversário, for...
seu temperamento ag...
prevalecer a decisã...
conhecem, no Brasil...
de generosidade, de

- O SR. J. B. ANDRÉ
- O SR. JOÃO CL...
- O SR. J. B. ANDRÉ
- O SR. J. B. ANDRÉ
- O SR. J. B. ANDRÉ
- O SR. J. B. ANDRÉ
- O SR. J. B. ANDRÉ
- O SR. J. B. ANDRÉ
- O SR. J. B. ANDRÉ
- O SR. J. B. ANDRÉ

pello e de tornar-no...
de político, de admix...
fo valioso...
mento desconhecido,...

CONGRESSISTA: Bernardo Cabral

PROJETO N° CAMARA

N° SENADO

DC de 31/8/68, CD-SF-CN Pg 5689

DO N° / de / /

ANEXO N.º 18

Acertadamente da JCB

O SR. BERNARDO CABRAL:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — As manchetes dos jornais que se editam no nosso país registram hoje a configuração máxima do ato vergonhoso e atarralhar que se abateu sobre a Universidade Federal de Brasília. A par das manchetes dos clichês e dos respectivos textos, resalta-se o manifesto de professores, alunos e funcionários da Universidade dando conhecimento a todos nós, país, do estado de insegurança em que se encontram os nossos filhos chegando ao apelo patético de solicitar o nossa "co-participação na luta pela obtenção de garantias mínimas para o prosseguimento da tarefa educacional em que ambos estão empenhados."

Por outro lado, revelando o despreparo de certos homens públicos desta República, deu a imprensa a lume a segunda Nota do Departamento de Polícia Federal, por onde se verifica que um professor catedrático, substituto eventual do Reitor, é chamado de maneira pejorativa de "um indivíduo em tela" com a cortesia mínima que sempre é empregada em documento oficial.

A verdade é que a Polícia — que deve ser a mantenedora da ordem — invadiu a Universidade, bateu, quebrou, danificou, prendeu e atingiu estudantes com armas de fogo ultrapassando de longe, todos os umbrais da brutalidade desmoralizando-se ainda mais no conceito dos homens de bem deste País, e merecendo, portanto a denominação de autêntica baderneira.

O que é mais grave, Sr. Presidente é que se criou uma nova significação para a palavra: "diálogo". Hoje ela traduz apenas o espancamento de estudantes e parlamentares por uma polícia que deve servir ao povo e que se transformou em instrumento de poderosos, incansáveis em usá-la tão somente para dar vazão aos seus hediondos recalques e as suas repulsivas frustrações.

D'ante de tais lamentáveis atos estou convicto de que, para se efetuar a desejada mobilização da consciência político-social de um povo, não

basta apelar para o seu patriotismo sob a effigie de um cassetete ou de uma arma de fogo; ou mesmo para o seu interesse, quando este é rotulado de todas as impurezas; antes é necessário formular um ideário de combate em que o povo creia, tão descrente andarmos todos nós. E, depois convocá-lo, a fim de que interprete na realidade, por seus próprios meios aquilo em que cre.

No entanto, o que se compreve é a tentativa desesperada do Governo de querer que a nossa sociedade continue sem idéias de impulsão bem capacidade de ação e opção. E isso, Sr. Presidente, é sociedade política, mais vencida que vencedora. A primeira condição da vitória de quem gera os destinos de uma nação é a responsabilidade, e está a mede pela dignidade tanto das idéias como das ações.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, renovo toda a minha repulsa a essa prepotência que se abateu sobre o Brasil e lembro aos que dizem que a Câmara dos Deputados tem uma estrutura de poder pobre que esta não se mede pela sua fragilidade, mas pelas qualidades pessoais dos seus integrantes. E muitos de nós não nos omitimos, não desertamos, não fugimos: diremos sempre "presente" ao engrandecimento da Pátria. *(Clapso bem, Palmas)*

N8. Pro. CSS. 170. J, P. 9J

2 - ARTIGOS NA IMPRENSA

2.1 - VICE-LÍDER DO MDB RESPONDE A DINARTE - O GLOBO -
24 JAN 68

2.2 - DEPUTADO VÊ CONTRADIÇÃO NO GENERAL - UH 23 ABR
68

2.3 - ARTIGO DO CM 12 OUT 68

O GLOBO

24 JAN. 1968



ANEXO N.º 2.1

Vice-Líder do MDB Responde a Dinarte

BRASÍLIA (O GLOBO) — Rebatendo declarações prestadas à imprensa pelo Senador Dinarte Mariz, 1.º Secretário do Senado, segundo as quais a "oposição é um acampamento de subversivos" e o Governo do Marechal Costa e Silva pode editar "dois, três e até quatro Ato Institucionais, se quiser", o vice-líder do MDB, Deputado Bernardo Cabral, disse a O GLOBO que "isto é a confirmação de que o Governo está desorientado e não possui um mínimo de imaginação".

— Um Governo que prega a humanização e, cavilosamente, atenta contra o espírito democrático do povo brasileiro, anunciando medidas de caráter nitidamente autocrático, está — e isso é pregar sobre o óbvio — despreparado para uma função tão nobilitante, qual seja a de conduzir o País para os seus verdadeiros destinos. Ainda são bem recentes as declarações do Presidente Costa e Silva, do dia da sua posse à sua mensagem de fim de ano, quando pregou o desejo de "melhores dias". Se melhores dias representam o artocho salarial, a reformulação do Conselho de Segurança Nacional, a nomeação de um representante de grupo minoritário das Forças Armadas para Super-Ministro da Educação, então o Governo está no caminho certo. Se, por outro lado — e esse é sem dúvida alguma o desejo de todos aqueles que querem a paz com desenvolvimento — o Chefe do Governo não se libertar da forma de Governo que imprimiu o seu antecessor, o Marechal Castelo Branco, lamentavelmente estaremos caminhando para a subversão democrática.

Construção Democrática

Disse o Sr. Bernardo Cabral: — Por isso mesmo é que a declaração formulada pelo membro da mala alta Casa do Congresso deve estar sendo torrada por

material que lhe deve ter sido fornecido por elementos oficiais. Entender que a oposição "é um acampamento de subversivos" prima pelo jocoso e não faz, por certo, justiça ao seu autor. O que preocupa os homens que fazem oposição neste País é a construção, sem semântica, do verdadeiro sentido democrático, tão arrepiado e jogado na mais triste das definições.

Motivação

O que deve motivar a atuação do Governo, isso sim, é a restauração das liberdades democráticas, do melhoramento do nível salarial, o desprezo às tricas e furtivas de gabinetes e aos interessados em postular cargos eletivos sem a submissão ao voto popular. Democracia sem a égide popular é democracia pela metade, e o Governo sabe disso. O resto é pregar no deserto, concluiu o Sr. Fernando Cabral.

Imaginação de Jânio

O presidente do Diretório Regional da ARENA de São Paulo, Sr. Arnaldo Cerdeira, em declarações que ontem prestou a O GLOBO, disse que não tem qualquer procedência as apreensões do ex-Presidente Jânio Quadros, que anunciou, segundo seus porta-vozes, a possibilidade de nova crise institucional no País, a desfechar-se até junho deste ano.

Deputado Critica Ministro

O deputado Bernardo Cabral (MDB do Amazonas), vice-líder da oposição na Câmara, fez ontem as maiores restrições ao ministro das Minas e Energia, dizendo que o sr. Costa Cavalcanti ou desconhece os problemas do setor ou está agitado em dissidência com a política desenvolvimentista do presidente Costa e Silva.

O sr. Cabral afirmou que elementos portuários e outros funcionários mineiros não têm a menor preocupação com a produção de carvão desde 1927,

o que há um grupo de geólogos mineiros disposto a depor sobre esse assunto perante a Comissão de Segurança Nacional.

O sr. Bernardo Cabral informou ainda que na noite de 1 de agosto, quando o Congresso voltar ao funcionamento, a bancada federal do MDB vai fazer uma reunião, a fim de examinar a situação nacional, sob seus diversos ângulos (políticos, econômicos e sociais).

ÚLTIMA HORA

23 ABR. 1968

ANEXO N.º 1

LANÇADO EM 10



ANEXO N.º 2-2

Deputado vê contradição no General 23

BRASÍLIA (UH) — O Deputado Bernardo Cabral, vice-líder do MDB na Câmara, afirmou que as prisões de líderes estudantis em vários Estados são uma contradição e um desmentido às afirmações do General Manoel de Carvalho Lisboa, novo Comandante do II Exército, de que o Governo desejava a volta à democracia. "No instante em que o Governo, através do futuro Comandante do II Exército reconhece que a questão estudantil não é problema de polícia, é estaremcedor ver-se a polícia invadir os lares de estudantes e proadê-los".

Frisa o deputado que são flagrantes as contradições entre o que o Governo prega e o que realiza. O resultado disto é que a juventude vem sendo afastada-cada vez mais do diálogo, que seria válido manter a todos os títulos. A juventude — acentuou — é tratada na base de cassetetes, como se fosse possível calar sua voz com a mordada e coação.

Para o Sr. Bernardo Cabral, o que é mais grave na prisão de líderes estudantis é que o Presidente Costa e Silva declarou na ABEI há poucos dias, acreditar na liberdade. Enquanto o Presidente fala uma coisa, a polícia faz outra. Os seus subordinados, ou melhor as DOPS estaduais fazem questão de colocar em relevo que só acreditam na violência, nas prisões indiscriminadas, no abuso de serviços e no encarceramento de inocentes.

GOVERNO DA MANTUA

12 OUT 1968

ANE

LAME



ANEXO N.º 23

DISCURSOS

O sr. Bernardo Cabral (MDB-AM), em nome do partido, defendeu o fortalecimento do Poder Legislativo, dizendo que a Casa precisa desprender-se do "Pântano insalubre dos interesses puramente pessoais, para dedicar-se, cada vez mais, aos interesses legítimos do povo, do qual jamais pôde desvincular-se. Esta Casa não pode mais resvalar no declive da opinião pública, pelo desacerto de uns, covardia de outros e acomodação de tantos. Não devemos deixar prevalecer a força sobre o direito, que é norma de cultura e condição específica de vida em sociedade. O Poder Legislativo, adiantou, não pode ficar à mercê do Executivo, sob pena de se reduzir a um mero ajuntamento de homens a serviço do presidente da República, subordinação essa que representa um passo para o caminho da ditadura".

Interferiu, a certa altura, o sr. Hermão Alves, para sustentar:

"Quando afirmei em artigo, hoje tão contestado por certos setores, que esta Câmara deve examinar-se com rapidez, para reconhecer que está cercada e defender-se afirmando a sua vontade política, porque, então ela prevalecerá, desarmada que está, mas prevalecerá, sobre quem a ameaça, eu já previa que, mais cedo ou mais tarde, ocorreria isto que hoje ocorreu. Hoje representa o procurador-geral da República, em processo, pedindo licença para processar o nobre deputado Márcio Moreira Alves, meu companheiro de representação no Estado da Guanabara. É acusado de ter dirigido severas críticas a oficiais-generais e de cas a boicote de um desfile militar, o de 7 de setembro. O princípio da inviolabilidade do mandato parlamentar, e princípio da irresponsabilidade penal do representante do povo que assoma à tribuna é a pedra fundamental da instituição legislativa. Não se pode violar este princípio sob pena de desaparecer o Poder Legislativo, como poder. O nobre deputado Márcio Moreira Alves pode ter dito palavras ásperas. Mas, no parlamento, sempre foram ditas palavras ásperas. Em qualquer Parlamento que se preze, inclusive neste Parlamento, assistimos, durante décadas, a discursos ásperos e duros com acusações aos governantes, ao potentes e aos altos funcionários, sem que também se tivesse a pretensão de violar o princípio de irresponsabilidade penal do legislador

que fala de uma tribuna. O deputado Márcio Moreira Alves, nesta hora, seja ele quem for, seja ele áspero com uns e alegre com outros, seja ele desta ou daquela corrente ideológica simboliza, neste instante, o Congresso Nacional em toda a sua tradição de dignidade e de majestade. Sua cabeça simboliza todas as cabeças desta Casa, simboliza o passado e o futuro desta Casa, que esperamos tenha futuro no Brasil contemporâneo".

AFUNDAMENTO

Concluindo, o sr. Bernardo Cabral afirmou que "o rolar da cabeça de Márcio Moreira Alves implicará no afundamento de todo o Congresso. Aproveito o fato para concluir com as seguintes palavras, há dias, do presidente desta casa, deputado José Bonifácio: "metam na cabeça: no dia em que o Congresso afundar todos estarão de cabeça para baixo. Nesse dia o cidadão pode dormir almirante, brigadeiro ou marechal e acordar simples tenente, por decreto do ditador".

Nº. Pro. C.S.S. 170. J, P. 96

ANEXO
3

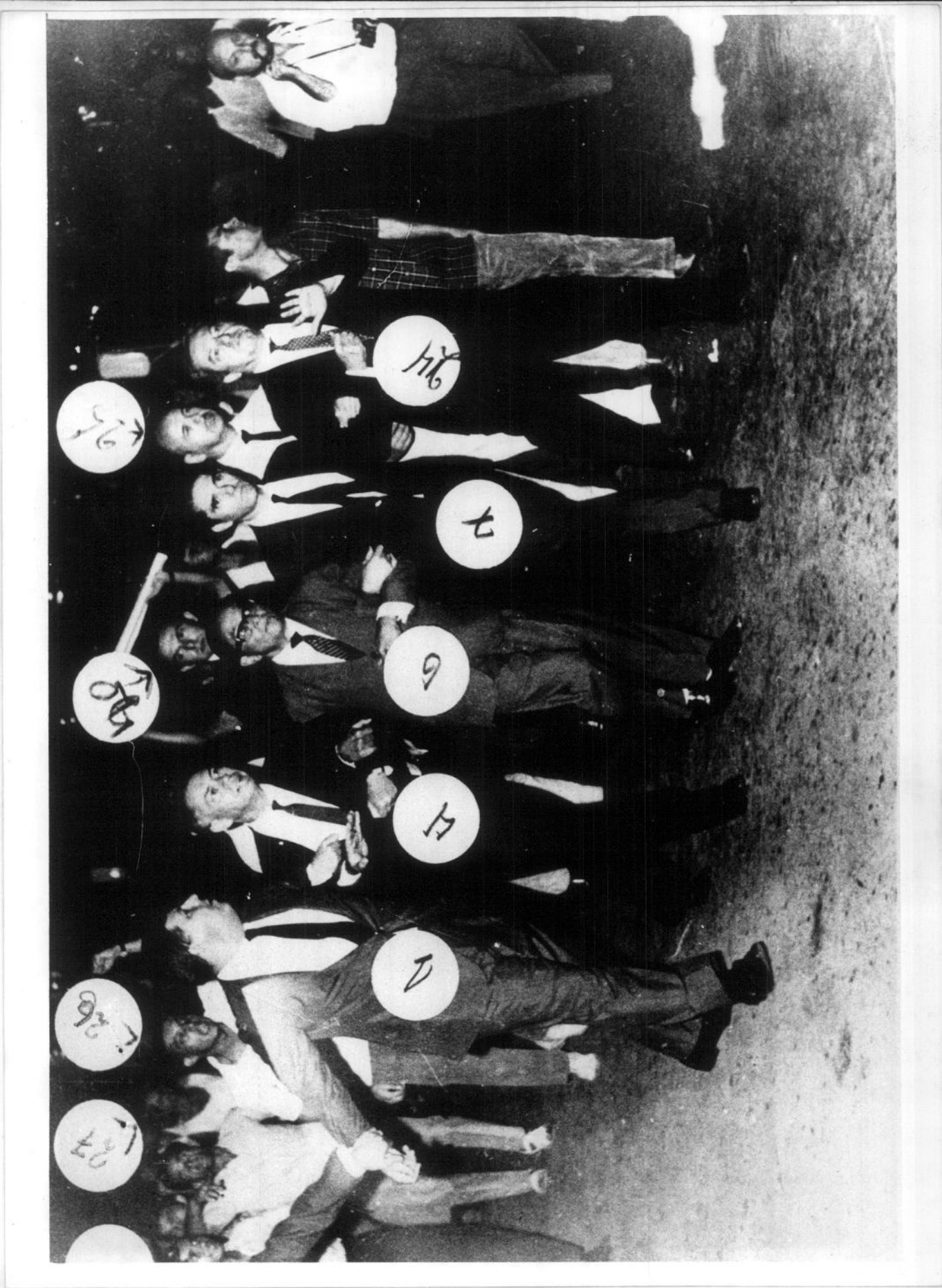
3 - F O T O G R A F I A S

Ms. No. C.S.S. 170.4, P. 98



2 - DEPUTADO JOSÉ BERNARDO
CABRAL.
AGITAÇÕES ESTUDANTIS EM
BRASÍLIA - 1968

N8. Pno. CSS. J70. J. P. 99



20 - Deputado Federal

JOSE BERNARDO CABRAL.

AGITAÇÃO ESTUDANTIL EM

BRASILIA - 1968



MARIO COVAS

HERMAMO ALVES

MIMA MACHADO

MATEUS RODRIGUES

BERNARDO CABRAL

MATEUS SCHMIDT

MARIANO BECK

PAULO CARNE

Os estudantes foram repelidos a jatos d' água mas os deputados da oposição (foto) foram recebidos com mangueiras vazias.

CORRETO BRAZILIENSE

30/MAR/68.

N8. Pro. C. 170. J. P. 101

ANEXO

4

4 - INFORMAÇÕES OU INFORMES

- 4.1 - INFORMAÇÃO Nº /SFICI 30 ABR 64
- 4.2 - INFORMAÇÃO Nº 204 CIE/ADF 26 MAR 68
- 4.3 - INFORMAÇÃO Nº 224/68 CIE/ADF 02 ABR 68
- 4.4 - INFORME S/Nº 01 ABR 68
- 4.5 - INFORME ESPECIAL CIE/ADF 08 ABR 68
- 4.6 - INFORMAÇÃO Nº 245 DE 16 ABR 68, DO CIE/ADF
- 4.7 - INFORMAÇÃO Nº 360 CIE/ADF DE 29 MAI 68
- 4.8 - INFORMAÇÃO Nº 142/E2/68 DE 02 JUL 68
- 4.9 - INFORMAÇÃO Nº 477 CIE/ADF DE 04 JUL 68
- 4.10- INFORMAÇÃO Nº 151/E2/68 DE 16 JUL 68
- 4.11- INFORMAÇÃO Nº 716 CENIMAR DE 20 DEZ 68
- 4.12- MANIFESTO DA BANCADA.
- 4.13- ALGUNS PRONUNCIAMENTOS DO INDICIADO

INFORME Nº /SFICI
(545/168/30 Abr 64)

ANEXO N.º 4.1

Este Serviço, teve conhecimento dos seguintes informes:

1. Líderes estudantis de MANAUS-AM, reconhecidamente extremistas, estão avisando a todos de que muito breve a situação nacional mudará, pois esperam fazer eclodir, ainda este ano, um movimento contra-revolucionário, comandado pelo Sr LEONEL BRIZOLA, que alijará do poder todos os atuais mandatários do poder. Esses estudantes, reconhecidamente comunistas, dentre os quais o acadêmico CLÍNIO BRANDÃO e uma senhorita de nome ANASTÁCIA, dizem que "estão por dentro do assunto", e que realmente a contra-revolução é um caso consumado. Dizem ainda que, exatamente como a revolução que depois o Sr JOÃO GOULART foi preparada com muitos meses de antecedência, a contra-revolução também será convenientemente preparada com antecedência para que o golpe seja total.

Os referidos estudantes são induzidos por elementos do PC e continuam seguindo as diretrizes do ex-deputado ALMIR AFONSO.

2. A eclosão do movimento revolucionário deixou os elementos comunistas de MANAUS e todo o Estado do AMAZONAS, em situação de verdadeiro pânico. Colhidos completamente de surpresa, quase todos os componentes do PC ficaram sem poder esboçar qualquer reação, recolhendo-se, a maioria, em suas residências e evitando de contatos com pessoas outras.

O deputado ex-tadual ARLINDO PORTO, juntamente com outros elementos extremistas, reuniram-se na residência de senhor GENALDO CAMPELO e, pelo que se comenta, deliberaram não tocar em assuntos políticos até que a situação fique mais clara com a chegada à cidade de MANAUS, do líder ALMIR AFONSO. A propaganda comunista, com livros e revistas, além dos semanários, foram todos recolhidos.

Tão logo as rádios anunciaram a queda de JANCO, elementos do PC percorreram as ruas concitando o povo a se sublevar. Chegaram a distribuir volantes com termos altamente insultuosos às Forças Armadas. A Polícia do Exército conseguiu prender um dos agitadores, Sr ERNESTO PINHO FILHO que, em MANAUS, era o delegado da SUPRA, em substituição ao Sr ABEL MAMED.

Pretendendo explorar os sentimentos do povo, elementos comunistas distribuíram panfletos e servem-se, até hoje, de telefonemas, dando notícias falsas e dizendo de clima de perseguições a que estão sendo vítimas. Declararam inclusive, que o Sr ANTONIO GILDO PASCOAL VIANA, ex-líder sindical, foi fuzilado no próprio hospital onde se encontrava internado.

A maioria do povo está decepcionada com a passividade das autoridades em relação às atividades de elementos extremistas. Certos deputados, reconhecidamente comunistas, como os Srs ARLINDO PORTO e JOSÉ BERNARDO CABRAL, estão seguros de que seus mandatos não serão cassados, além do mais, devido à mercenriedade das autoridades, grande quantidade de material subversivo foi transportado da sede do COT para a residência do Deputado JOSÉ BERNARDO CABRAL.

Distribuição:

D/2 Cab M C - 2º Sec. E M E - Cab SQ/CM.

QUINTA MÃO DE 590-22/64

CHACARA
Ficheiro

CONFIDENCIAL

118. Pno. Ess. 170-J.P. 104
A

Ministério do Exército
Gabinete do Ministro
Escalão Avançado
CIE/ADF

BRASÍLIA - DF 26 MAR 1968

ANEXO N.º 4.2

INFORMAÇÃO Nº 204

ASSUNTO VIAGEM DE CARLOS LACERDA A GOV. VALADARES
ORIGEM SNI/ABS (Info 108/68)
DIFUSÃO CIE - E/25.a - E/17 - E/25.e - E/40 - N/18
DIFUSÃO ANTERIOR.... CH SNI - SNI/ARJ - GM/2 - DO/DPF

Esta Agência recebeu a seguinte Informação:

- "1 - No dia 12 do corrente houve uma reunião na residência do Dep. ~~MARTINS BORGES~~ na qual compareceram:
- JOSAFAT MARINHO (MDB/BA)
 - MARIANO BECK (MDB/RGS)
 - BERNARDO CABRAL (MDB/AM)
 - JOSÉ MARIA MAGALHÃES (MDB/MG)
 - OSWALDO LIMA FILHO (MDB/PE)
 - HERMANO ALVES (MDB/GB)
 - RAUL BRUNINI (MDB/GB), quando trataram do esquema de viagem de C.L. a Gov. Valadares no próximo dia 18.
- 2 - O Dep JOSÉ MARIA MAGALHÃES apresentou um plano para a segurança de CARLOS LACERDA devendo o mesmo seguir no dia 14 para Belo Horizonte.
- 3 - Os políticos presentes revelaram certa apreensão e em consequência decidiram solicitar providências ao Secretário de Segurança de Minas Gerais.
- 4 - O Dep RAUL BRUNINI informou aos políticos presentes à reunião que o Cel GERALDO, da PM de Minas, estará atento em Governador Valadares.

*Revisado
S-ec.*

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO

Em 02 ABR 1968

~~XXXXXXXXXXXX~~
DIVISÃO

ANEXO N.º 4.3

~~XXXXX~~
CIE/ADF

DIFUSÃO: CIE

INFORMAÇÃO N.º 224/68

Por ocasião da passeata dos estudantes, realizada no DF em 29 Mar 68, alguns deputados do MDB, de braços dados, saíram à frente dos estudantes, formando, segundo eles "O escudo das imunidades".

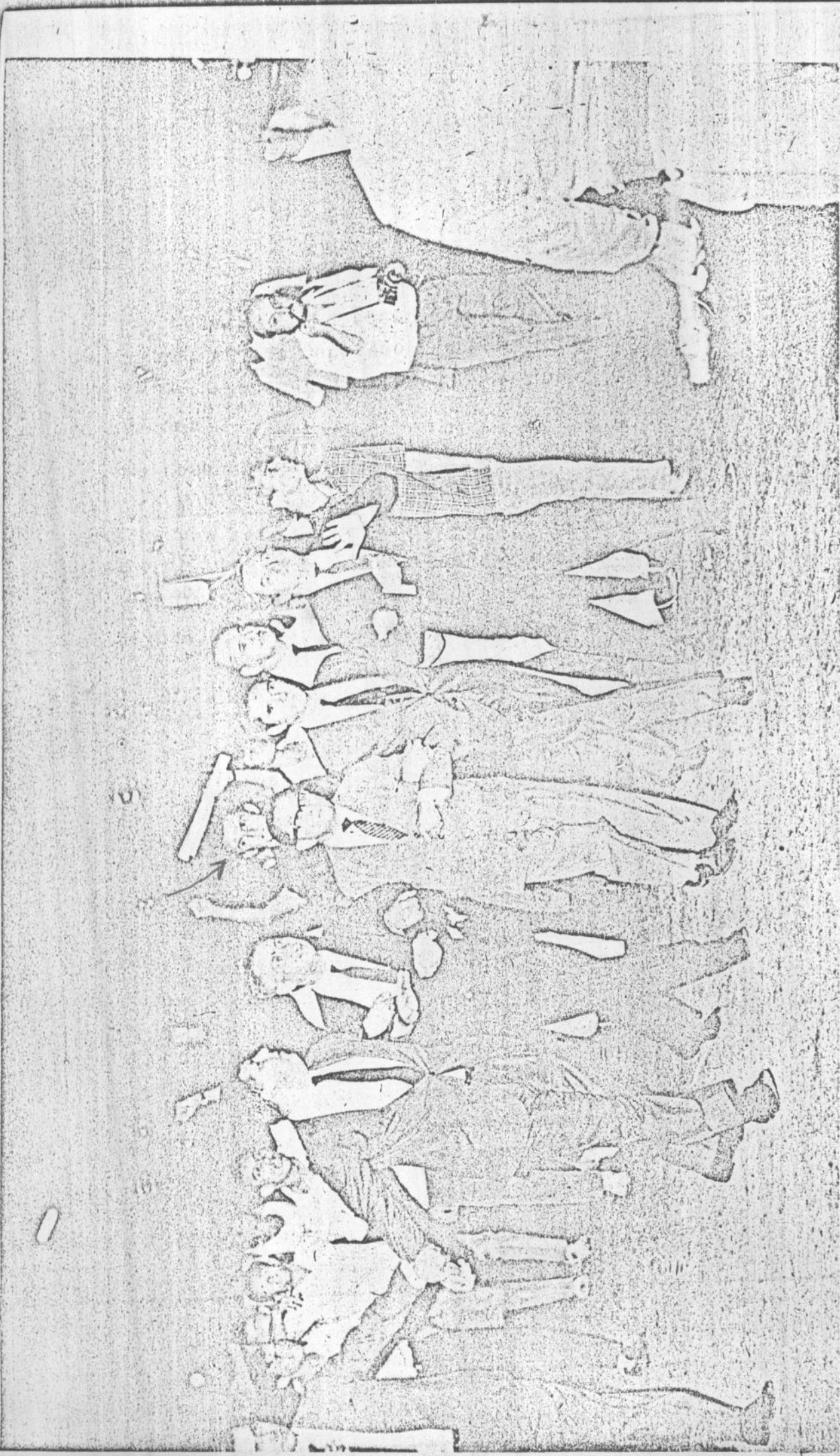
Na fotocópia anexa, identifica-se da esquerda para a direita: Dep ^{PU-955}MÁRIO COVAS, ~~HERM~~HERMANO ALVES, ~~MATA~~MATA MACHADO, ~~MARTINS~~MARTINS RODRIGUES, a sua retaguarda aparece BERNARDO CABRAL, MATEUS SCHIMIDT e ^{PU-955}PAULO CAMPOS (com a mão esquerda espalmada). Entre os Dep MATEUS SCHIMIDT e PAULO CAMPOS, aparece o Dep MARIANO BECK, de ter no branco.

Dep Fed = HÉLIO NAVARRO

[Handwritten signature]

N8. Ro. CSS. 170-1, P. 106

OLMI AQUA...



Os estudantes foram repelidos a jatos d' água mas os deputados da oposição (foto) foram recebidos com mangueiras vazias.

1/4/68

Oral)

19/2

✓ Bernardo Cabral

nenhum Deputado é se vangloria de que tenha no Inconformidade visturas, quer
particulares quer oficiais. Os deputados do PSD, todavia, não consor-
dam com que antes de que haja o efeito se proibam as causas, que não
se possa manifestar aquilo que vai no íntimo de cada um, muito menos
quando a lei se declara que se sente orientada por ordem superior
para manter a repressão a qualquer custo, seja quem for que garanta
a livre manifestação dos seus estudantes.

Quanto trazer ao conhecimento de V. Exa. e de casa de que
correm notícias de que será editado um novo ato institucional,
que haverá cassações de mandatos e que os Deputados não sabem de cá-
nizar para tomar parte em qualquer manifestação estranha com as suas ins-
tituições parlamentares cassadas e, portanto, podendo ser vítimas de
qualquer represália. Acha que participe dos pontos de vista dos demais
Deputados, quando, procurando a via pública, não o fizeram em função
de garantias parlamentares, mas apenas como qualquer homem do povo. Es-
sas ameaças não podem partir, pela veraz, com a ideia de causar algum
amedrontamento a quem quer que seja.

Quero ainda, Sr. Presidente, ao concluir, levar a V. Exa.
a minha tristeza por verificar que a filosofia deste Governo se resume
nessa inconsciência a toda prova. Enquanto o Sr. Ministro da Justiça, invo-
cando a sua qualidade de jurista — o mesmo ponto mereceu nos dias aplau-

10-1-68 - ANTONIO-IVREZ - 14.08 (Conc. Sr. Bernardo Cabral) 29/1

declaram que a manifestação dos estudantes, dentro da ordem, não pode ser
qualquer proibida, o Chefe da Casa Militar, General Jaime Portela, faz
declarações ao Presidente José Bonifácio de que ele, sendo encarregado de
reprimir todas as manifestações estudantis no País, faria a qualquer custo.

Vejamos que o Governo se distancia cada vez mais das
aspirações populares, quando precisava dar-se conta de que só pode existir
desenvolvimento de uma Nação quando há liberdade com amplas garantias
democráticas, tecnologia e não tecnocracia. E mais, Sr. Presidente: que
o Governo passe a respeitar o pleno funcionamento dos demais Poderes,
isto é, o legislativo e o Judiciário. (Grito dos)

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE/ADF

Brasília, DF, 08 Abr 68

ANEXO N.º 4.5

RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES

(Ocorrências estudantis em Brasília e Goiânia)

1. BRASÍLIA

Dia 29 Mar - Estudantes universitários e ginásianos, estes, em sua maioria do Colégio Elefante Branco, insuflados por líderes estudantis comunistas da UnB e apoiados por alguns parlamentares, cêrca das 1900 horas iniciaram a passeata anteriormente proibida pela SSP que se transformou em arruaças.

À frente dos manifestantes encontravam-se os Deputados: = MÁRIO COVAS, = JÚLIA STEINBRUCH, = HERMANO ALVES, = MARTINS RODRIGUES, = PAULO CAMPOS, = MATA MACHADO, = MARIANO BECK, = BERNARDO CABRAL, = MATHEUS SCHMIDT, = JOÃO HERCULINO, = MÁRIO PIVA e = HÉLIO NAVARRO. Na ocasião discursou o Dep. MÁRIO COVAS.

Posteriormente, concentraram-se na Praça 21 de Abril.

Com a intervenção da Polícia, que não utilizou arma de fogo, mas apenas jatos d'água e gás lacrimogêneo, dispersaram-se em vários grupos, para reunirem-se posteriormente em outros locais como que adotando uma tática pré-determinada (nessa altura dos acontecimentos retiraram-se os deputados). Atacaram ônibus da TCB e incendiaram carros da Polícia.

Houve concentração de manifestantes nas imediações da Casa Thomas Jefferson que foi protegida pela Polícia para evitar possível depredação de suas dependências.

Foi severamente espancado pelos estudantes o Sargento da PM MANOEL ISAAC DE OLIVEIRA (que não usou a arma que portava) e ferido a bala o bancário JOÃO FERAZ DE LIMA. Observou-se que vários estudantes estavam armados.

O bancário foi ferido por arma, cujo calibre não coincide com o de armas usadas pela Polícia.

Após várias escaramuças, a Polícia conseguiu dispersar as concentrações realizadas e aos poucos os pequenos grupos restantes dissolveram-se.

Dias 30 e 31 Mar (Sábado e Domingo) - Os estudantes retraíram-se para a UnB, o que levou as autoridades a se manterem em expectativa.

Dia 1º Abr (2ª feira) - Concentração de estudantes na UnB (cêrca de 100 elementos).

Cidade sob tensão, em virtude dos acontecimentos.

Houve indícios de nova concentração de estudantes na Avenida W3, para nova passeata.

Informes indicavam existência de armas e coquetéis Molotov no interior da UnB.

Os estudantes criaram o território livre da Universidade de Brasília.

Dirigentes estudantis reuniram-se a portas fechadas na FEUB. Informações indicavam que elementos subversivos comandavam a reunião.

Face às informações de existência de armas e barricadas na UnB, o Secretário de Segurança determinou o bloqueio da Universidade.

Informação recebida às 2230 horas deu conta da existência de cêrca de 300 estudantes no interior da UnB; de barricada com móveis no Campus e de coquetéis Molotov.

Nesse dia os dirigentes do movimento reuniram-se para decidir se haveria passeata no dia 1º Abr ou comício dentro do Campus. Dividiram-se as opiniões. Venceu o ponto de vista do estudante agitador JOSÉ ANTÔNIO PRATES que defendeu a idéia da realização de um comício dentro do Campus, às 0900 horas do dia 2 Abr.

Nesse dia, pequenos grupos de Universitários postaram-se à frente dos Colégios da Cidade, onde distribuíram manifesto e convocaram os secundaristas para o comício previsto para a manhã (0900 horas) do dia 2 Abr no Campus da UnB.

Informações indicavam que no Colégio Elefante Branco tiveram trânsito livre tais universitários.

Cont. *Reutheo*
S. el.

O Reitor baixou Portaria, suspendendo as aulas até o dia 5 Abr.

Como medida acauteladora, o Prefeito do DF determinou o corte dos telefones da UnB e suspendeu a circulação dos ônibus que, algumas horas após, voltaram a circular, por sua determinação.

Dia 2 Abr - Na madrugada do dia 2 Abr o Prefeito do DF foi à UnB para demover os estudantes das manifestações previstas, mas não conseguiu convencê-los.

Solicitaram ao Prefeito a retirada da Polícia que vigiava os acessos à Universidade. Após serem atendidos, ocuparam tais acessos, que passaram a ser controlados pelos próprios estudantes.

Os estudantes continuavam reunidos na UnB. Durante o dia 2 Abr, alto-falante da Universidade transmitiu marchas marciais, acusando a Polícia de prática de violência e arbitrariedades.

A pedido dos secundaristas foi adiada a inauguração da Praça, no Campus da Universidade. Foi anunciada assembléia geral para a tarde, a fim de ser analisada a situação política no País.

Tendo em vista a existência do impasse e a firme decisão dos estudantes em se manterem na Universidade reunidos, com a possibilidade de novas passeatas, e a existência de informes de que se encontravam armados e possuíam coquetéis Molotov, o Prefeito do DF, após entendimentos com o Cmt da 11ª RM determinou o planejamento de uma operação visando ocupar a UnB pela PM. Tal operação, caso houvesse insucesso, deveria ser complementada pela ação do Exército.

Às 2220 horas o Prefeito do DF tornou pública uma Nota, através de uma cadeia de estações de Rádio e TV, em que historiou todos os fatos, inclusive a ação das autoridades para solucionar o impasse e a firme determinação de não mais contemporizar.

A partir desse momento vários entendimentos se processaram e os estudantes acataram as exigências das autoridades: retiraram as barricadas, evacuaram o Campus, fecharam a FEUB e suspenderam a assembléia.

Cont. *Quinteto*
Guil.

Dia 3 Abr - Às 0900 horas dêsse dia o Reitor da UnB informou ao Cmt da 11ª RM que as condições impostas aos estudantes tinham sido executadas. Posteriormente, informes indicaram que os estudantes estavam retornando à Universidade em pequenos grupos.

Às 2230 horas continuavam as gestões com vistas à pacificação.

O Deputado JOSÉ BONIFÁCIO comunicou o resultado da discussão entre deputados e estudantes da UnB, iniciado desde as 1230 horas.

Os universitários concordaram em não fazer passeata, mas não estavam de acôrdo com o fechamento da Federação Estudantil Universitária de Brasília (FEUB).

O Reitor da Universidade manteve-se intransigente quanto à ordem de fechamento da FEUB.

O Dep JOSÉ BONIFÁCIO, resolveu, então, encerrar sua gestão.

Permaneceram na UnB os deputados MARTINS RODRIGUES, DAVID LERER e MÁRIO COVAS.

Dia 4 Abr - Situação: completa calma.

2. GOIÂNIA

Dia 1ª Abr - Agitações em Goiânia. Escaramuças entre agitadores e Polícia, saindo ferido a bala um elemento civil.

Estudantes reuniram-se na Faculdade de Direito, com omissão total do Reitor.

Os Deputados do MDB ^{PN 047} PAULO CAMPOS e JOÃO ABRAÃO agitavam o ambiente onde se encontrava o elemento ferido.

O Cmt da PM reuniu-se com o Governador e o Arcebispo.

O Arcebispo, D. ^{PN 051} FERNANDO GOMES DOS SANTOS solicitou a retirada da tropa que se encontrava nas ruas da cidade, como condição para parlamentar com os estudantes. Tal pretensão foi negada pelo Governador.

Às 1830 horas o Governador OTÁVIO LAGE informou ao Comando da 11ª RM que a situação estava calma e que iria falar ao povo pela TV sobre os acontecimentos ocorridos na parte da manhã. Esclareceu que o elemento baleado não era estudante e foi ferido com bala calibre 38, segundo observação através de radiografia.

Acrescentou, ainda, que a PM/GO, reprimiu as agitações usando apenas bombas de gás lacrimogênio, cassetetes e fuzis com festim.

Às 2200 horas Goiânia aparentava-se calma.

Cêrca das 2000 horas faleceu o elemento ferido a bala, até o momento não identificado.

Temia-se a possibilidade de atos de terrorismo na Capital.

Dia 2 Abr - Foi realizada a autópsia do elemento que faleceu, testemunhada por dois reitores, o decano dos professores de Medicina, um estudante e um médico de Brasília.

Foram encontrados dois fragmentos de bala de revólver.

Ficou a cargo da perícia a verificação do calibre.

Atrito entre estudantes e agente de Polícia que procurava prender cabeças de agitação, resultou ferimentos leves nos estudantes agitadores TELMO FARIAS e MARIA LÚCIA JAIME. O citado agente, anteriormente havia sofrido agressões e tinha sido arrastado pelas escadarias da Catedral.

Houve missa por alma do elemento que faleceu, já identificado como sendo ARNALINDO CÂNDIDO DA SILVA, de 19 anos, lavador de carro.

A missa foi rezada por D. FERNANDO. Na ocasião os estudantes distribuíram panfletos. Após o ato religioso os estudantes reuniram-se nas imediações da Igreja e fizeram dois discursos, retirando-se em seguida sem alteração.

Após a missa D. FERNANDO, retirou-se ausentando-se da cidade, Consta que vai para Aparecida, em São Paulo.

Dia 3 Abr - Sem alteração.

Cont. *[Assinatura]*

CONFIDENCIAL

N8. P10. CSS-370.J.P.224

ANEXO N.º

Dia 4 Abr - Missa por alma do elemento falecido na GB.
Sem alteração.

3. OBSERVAÇÕES:

Durante os dias de agitação estudantil em Brasília foram distribuídos dois manifestos do Diretório Central dos Estudantes Secundários de Brasília e um manifesto do Partido Operário (TROTSKISTA), todos de caráter subversivo.

4. ANEXO:

- Manifestos do Diretório Central dos Estudantes Secundários de Brasília.
- Manifesto do POR (T).
- Fotografias do Sgt da PM, ferido por manifestantes em Brasília.

*Paulo
Suk*

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



Massacre

O sargento da PM Manuel Isaac de Oliveira é sequestrado em Brasília por um grupo e um fotógrafo, após ser espancado por estudantes na noite de sexta-feira última



O sargento da PM Manuel Isaac de Oliveira, massacrado por agitadores em Brasília, terá de submeter-se a uma operação plástica no rosto

ANEXO N.º

MANIFESTO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (TROTSKISTA) - PCR(T)

O desenvolvimento das lutas revolucionárias em escala mundial, expressa na ofensiva das massas vietnamitas, no aprisionamento do navio ianqui "ueblo", nos últimos acontecimentos no Oriente Médio, mostram o endurecimento das condições - objetivas para a derrubada do capitalismo, imperialismo e da burocracia dos Estados Operários. Por outro lado reflete a falta de programa e organismos necessários a fim de dar uma saída independente e de classe.

Neste processo ascendente da Revolução, o Vietnã se coloca como centro do movimento social, da combatividade, pois concentra e controliza a ventada das massas mundiais em abater o que resta de capitalismo. A força do Vietnã não é apenas dele. É portanto a força dos 15 Estados Operários e das mobilizações que há dentro dos Estados capitalistas. Há principalmente nesta etapa estas manifestações - estudantis que não se dão em abstrato. Tanto na Espanha como no México, Brasil, Polônia, Alemanha, Ecuador, Chile ou em quase 20 países os estudantes se mobilizam não porque exista em alguns destes países intensas mobilizações operárias, mas porque sentiram a influência do Vietnã. É como setor da pequena-burguesia, que - não pela na economia expressa a radicalização, a elevação da consciência de processo revolucionário, e anunciam a curto prazo que arrastam as massas proletárias - sírio como direção consciente. Estes acontecimentos tem influência decisiva no papel que joga o estudante na construção de uma nova sociedade. No Brasil temos - particularmente a expressão deste processo. Primeiro, a decomposição da burguesia - sua fragmentação, as contradições internas, declaração de Gama e Silva, "afrouxamento salarial", "pacificação nacional", crise da Igreja, Frente Ampla, PCB, etc. Segundo, o ascenso das mobilizações operárias que indicam a necessidade de um programa revolucionário, de um Partido que se baseie nos Sindicatos. Daí os operários se concentram em torno do MIA, da Carta Política do CSASCC, que significam os pontos mais elevados na luta atual pelo Governo Operário-Corponão. É necessário que imbuídos no programa do MIA, as reivindicações de movimento estudantil e da pequena-burguesia. Porque o movimento estudantil por si só tem um alcance limitado. Não pode derrubar a estrutura capitalista. Para isso é de fundamental importância a aliança com outros setores explorados da sociedade: classe operária e camponato. De modo que os problemas estudantis tenham soluções operárias. Até hoje o - estudantado tem usado em suas lutas métodos proletários, como OCUPAÇÃO DA UNIVERSIDADE, refêre, apodrejoamento, etem feito conquistas que socialmente não possuem força social para assegurá-las. Toda reivindicação estudantil, quer seja alimentada, quer seja excedente necessita da mudança da estrutura social para solucioná-las. Por exemplo, no problema dos excedentes implica no Vestibular, que é uma forma de selecionar a capacidade científica dos estudantes por meios sociais e econômicos. A burguesia já não pode atender a isto. Em momento de luta dos estudantes se coloca a necessidade da DUALIDADE DE PODERES, da Autonomia Universitária, do Governo Operário-Estudantil na Universidade. X

Há que tirar um programa de classe para o movimento estudantil: controle estudantil sobre os cursos, alojamentos, restaurante, nomeação de professores, Governo Operário-Estudantil na Universidade, aumento de salários, escala nível de salários, abaixo o salário, abaixo o fundo de garantia, liberdades democráticas e sindicais, pela CENTRAL ÚNICA DE TRABALHADORES, pela ALIANÇA OPERÁRIA-CAMPESESA ESTUDANTIL, pelo PARTIDO OPERÁRIO BASEADO NOS SINDICATOS.

Fração Estudantil do PCR(T)

Partido Operário Revolucionário (Trotskista)

Brasília, 2 de abril de 1963.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

N.º. Pro. CSS. 170. J, P. 117

ANEXO N.º

Manifesto do Diretório Central dos Estudantes Secundários de Brasília a todos os estudantes do Distrito Federal e ao povo em geral.

O golpe militar, dado em abril de 64 hoje "aniversaria!" Em meio a todos êsses acontecimentos de ascenso do nível de luta do estudantado e de completa decomposição social da burguesia no Brasil, e do imperialismo yanque, se torna bastante importante que o movimento estudantil tome posição coerente com todos êsses acontecimentos. Não é o esquema de repressão da burguesia que vai deter a marcha dos acontecimentos, vai deter a vontade combativa de toda a população de intervir na luta contra o governo criminoso instaurado 4 anos.

Um colega nosso é assassinado na Guanabara, pelos que regam diariamente a "democracia". Democracia de cassetetes?

Não podemos ficar alheios a essa luta que é a de todas as classes trabalhadoras. O que está acontecendo nêsse momento em nossos colégios em nossas escolas, ocorre nacionalmente. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, em todo o Brasil os estudantes estão se manifestando contra a política de isenção do governo, contra a política reacionária do governo. Daí nos unirmos às classes trabalhadoras e só assim conseguiremos nossos objetivos. Que são os objetivos de todo o conjunto da população explorada, de todo o povo.

Conclamamos a todos que se faça passeatas, comícios, assembleias nos colégios, greves, nêsse dia em que completa quatro ANOS de governo militar implantado no Brasil.

Diretório Central dos Estudantes Secundários de Brasília - DCESB

CONFIDENCIAL

Manifesto do Diretório Central dos Estudantes Secundários de Brasília, aos estudantes do Distrito Federal e a todo o povo.

O governo militar, implantado em 64 pelos setores mais reacionários da burguesia no Brasil, acaba de matar um estudante em plena rua, mostrando sua verdadeira face. A burguesia sente que não há mais saída. E isso é apenas o princípio do que está por vir.

Em todo o Brasil os estudantes, lutam por liberdades democráticas, por melhores condições de estudo e contra a política de contenção de salários implantada pela ditadura, transformações das Universidades em fundações (MEC-USAIUB) etc. A classe dominante não tem interesse em aumentar o número de escolas, melhorar as condições de alimentação, saúde, habitação, ou dar combate ao analfabetismo.

O assassinato de um colega secundarista, assim como de outros assassinatos que não "puderam" tornar-se público é a demonstração clara e precisa de qual o caminho que devemos tomar.

O problema não é do estudante de Colabouço, do estudante secundarista ou do universitário. O problema é de todas as classes exploradas. Porque a solução desse problema está concretamente na união dos estudantes com todos setores explorados da população.

Esse acontecimento não vem por acaso. Em todo o mundo os estudantes saem à rua na luta por reivindicações do conjunto da população explorada. Seja em Roma, Alemanha Ocidental, Estados Unidos, Polônia, EM TODO O MUNDO!

Quando os estudantes saem às ruas pedindo melhores condições para viver ele está empenhado numa luta que não é só nossa, dos estudantes. Não vamos levantar o colega morto, morreu um companheiro de luta e como ele morrerão muitos outros companheiros. A hora é de UNIÃO é de todos os que estão empenhados nesta luta. As nossas armas são nessa luta e nosso PROGRAMA. As armas policiais não nos amedrontam. Nós somos a maioria que organizada vencerá na luta pelo progresso humano. Nada nos impedirá nisso.

É necessário que todos os estudantes, secundaristas e universitários, unidos, levem avante essa luta como tem avançado até agora. A passeata dos calouros de 68, aqui em Brasília, mostrou claramente que a luta não é apenas dos estudantes, mas do povo brasileiro. E que nossos objetivos são os mesmos de todos os povos na luta por sua libertação das travas que até agora nos oprimem, como no VIETNAM, onde todos lutam para expulsar o imperialismo.

Na atual etapa todo o estudantado deve se nuclear em torno dos organismos que levam essa luta nacionalmente. Seja a União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES), União Nacional dos Estudantes (UNE). E localmente o Diretório Central dos Estudantes Secundários de Brasília (DCSSB), e a Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB).

Conclanamos a todos os colegas que se empenhem com todas as forças para o alcance de nossos objetivos. Objetivos que não são dos estudantes somente. E os quais só se alcançará quando unido a toda a população explorada.

CONFIDENCIAL

ANEXO N.º

(Fis - 2-)

da. Condenamos a todos a lutar de todas as formas: passeatas, comícios, greves, enchendo a população a participar.

Chamamos a todos os estudantes de Brasília a aderirem em greve geral hoje em solidariedade a todos os estudantes que nacionalmente estão se mobilizando contra todos esses imundos castigos pelo governo militar.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS DE BRASÍLIA - DCESE

Comunicamos a todos os estudantes de Brasília que a partir de hoje, 10 de maio, iniciamos a greve geral em solidariedade com todos os estudantes que nacionalmente estão se mobilizando contra todos esses imundos castigos pelo governo militar.

Chamamos a todos os estudantes de Brasília a aderirem em greve geral hoje em solidariedade a todos os estudantes que nacionalmente estão se mobilizando contra todos esses imundos castigos pelo governo militar.

Comunicamos a todos os estudantes de Brasília que a partir de hoje, 10 de maio, iniciamos a greve geral em solidariedade com todos os estudantes que nacionalmente estão se mobilizando contra todos esses imundos castigos pelo governo militar.

Chamamos a todos os estudantes de Brasília a aderirem em greve geral hoje em solidariedade a todos os estudantes que nacionalmente estão se mobilizando contra todos esses imundos castigos pelo governo militar.

Comunicamos a todos os estudantes de Brasília que a partir de hoje, 10 de maio, iniciamos a greve geral em solidariedade com todos os estudantes que nacionalmente estão se mobilizando contra todos esses imundos castigos pelo governo militar.

Chamamos a todos os estudantes de Brasília a aderirem em greve geral hoje em solidariedade a todos os estudantes que nacionalmente estão se mobilizando contra todos esses imundos castigos pelo governo militar.

CONFIDENCIAL

3928

BRASÍLIA - DF 16 ABR 1968

Ministério do Exército
Gabinete do Ministro
Escalão Avançado
CIE/ADF

ANEXO N.º 4.6

3.15
207 18

INFORMAÇÃO Nº 245

ASSUNTO Atividades da Frente Ampla
ORIGEM..... SNI/ABSB (Info 145/68)
DIFUSÃO CIE
DIFUSÃO ANTERIOR.... CH SNI - SNI/ARJ - CIE/ADF - GM/2

Esta Agência recebeu a seguinte Informação:

- 1 - Na residência do Dep. Pe. GODINHO, em BSB, realizou-se uma demorada reunião dos Frentistas na noite de 6ª feira passada, dia 5 Abr, para exame da Portaria assinada pelo Ministro da Justiça referente às atividades da Frente Ampla. Nessa reunião foi feita uma análise da situação política nacional e conseqüente tomada de posição dos membros da Frente Ampla.
- 2 - Da reunião, participaram, os Dep MARTINS RODRIGUES, OSWALDO LIMA FILHO, RENATO ARCHER, RAUL BRUNINI, JOSÉ CARLOS GUERRA (ARENA/PE), JOSÉ MARIA MAGALHÃES, HERMAMO ALVES, MARCIO MOREIRA ALVES, MÁRIO COVAS, LÍGIA DOUTEL DE ANDRADE, DAVID LERER, CARLOS MURILO, BERNARDO CABRAL, WILSON MARTINS e JOSAFAT MARINHO, que entre outros assuntos decidiram:
 - a) criar um novo movimento com sigla diferente;
 - b) impetrar mandado de segurança no S.T.F.;
 - c) solidarizar-se com C. LACERDA, J.K. e J. GONLART.
 - d) realizar os programas da F. Ampla já esquematizados sob a bandeira do MDB, evitando falar na Frente Ampla;
 - e) Marcar nova reunião da F. Ampla, na GB, para segunda ou terça feira próxima (15) onde esperam contar com a presença de C. LACERDA para traçar novos rumos ao movimento.
- 3 - Os Dep JOSÉ CARLOS GUERRA (ARENA/PE) e OSWALDO LIMA FILHO, declararam que a "Semana do Recife" de 22 a 27 do corrente mês contará com a presença de C.L. e terá a cobertura do MDB. Está prevista a participação de líderes sindicais e líderes estudantis, particularmente da Universidade Católica.
- 4 - Por ocasião da reunião em questão, o Dep MARTINS RODRIGUES, recebeu comunicação do Dep. MARIANO BECK de que a programação prevista para ser executada pelos Frentistas do R.G.Sul, passaria automaticamente à responsabilidade do MDB."

M. Ex. G. M. - CIE
 PROTOCOLO
 N.º 2501
 Em 17 de Abril de 1968
 Providências: Fichas
 Inquiridas
 10/4/68

Recebido

BO SARDINI

Alguns dados interessantes para o CPI.

CONFIDENCIAL

Ministério do Exército
Gabinete do Ministro

N8. Pro. CSS. 170. J, P. 221 7
BRASÍLIA - DF 29 MAI 1968

CIE/ADF

ANEXO N.º 4.7

Informação nº 360

ASSUNTO Municípios considerados vitais para a Segurança Nacional
DIFUSÃO CIE - 11ª RM - E/25.a - E/17 - E/25
DIFUSÃO ANTERIOR.. CH SNI - SNI/ARJ - GM/2 - 7ª DN

Esta Agência recebeu a seguinte Informação:

1. Os deputados JOSE MARTINS RODRIGUES (MDB/CE), MARIO COVAS (MDB/SP) e BERNARDO CABRAL (MDB/AM), estão exigindo o comparecimento na Câmara de todos os deputados da oposição, para votarem contra a mensagem do Governo, que estabelece os municípios considerados vitais para a Segurança Nacional, cujo prazo inspira-se dia 27 deste mês. FN-55
2. O dep. MÁRIO COVAS falando como líder da oposição disse estar convicto da derrota do Governo, se os "rebeldes" da ARENA derem o "Quorum" necessário.
3. Os deputados CUNHA BUENO (ARENA/SP), OSMAR CUNHA (ARENA/SC) e outros parlamentares municipalistas estão entrosados com a oposição.
4. Os deputados HERMÃO ALVES (MDB/GB) e LÍGIA DOUTEL DE ANDRADE (MDB/SC) estão incumbido por MÁRIO COVAS (MDB/SP) para se ligarem aos deputados "rebeldes" da ARENA, no sentido de cerrar fileiras objetivando a derrota do Governo na mensagem acima referida.
5. Prefeitos de vários municípios estão chegando a BRASÍLIA, com a finalidade de acompanhar a votação."

CONFIDENCIAL

Em 2 JULHO 1968

ANEXO Nº 4.8

INFORMAÇÃO nº 42/E2/68

1. ASSUNTO + SINDICATO DOS OPERÁRIOS NO SERVIÇO PORTUÁRIOS DE MANAUS.
2. ORIGEM + C E F
3. DIFUSÃO + C
4. ANEXO + Cópia do Ofício DSPS/SN/68, de 24 Maio 1968. (14 fls)

1. Dia 30 de JUNHO de 1968, tomou posse na Presidência do SINDICATO DOS OPERÁRIOS NO SERVIÇO PORTUÁRIOS DE MANAUS, o comunista MAURO PINHEIRO BEZERRA que exerceu a Presidência do mesmo sindicato antes da Revolução de Março de 1964, quando então foi DESTITUIDO do cargo pelo Interventor Militar - Ten Cel JOÃO WALTER DE ANDRADE, por pertencer a cúpula do C G T e obedecer as diretrizes traçadas por ANTOGILDO PASCOAL VIANA, já falecido, ex-Presidente do Sindicato dos Estivadores que esteve na China Comunista e ex-Presidente do C G T. MAURO PINHEIRO BEZERRA, de físico avantajado, está ligado ao bloco comunista do Amazonas que apoiava nos comícios sindicais as reformas pregadas no governo de Sr JOÃO GÓULART e agitava a classe Portuária na fase crítica que antecedeu a Revolução de 31 de Março de 1964. Tão logo estourou a Revolução de 31 de Março de 1964, MAURO PINHEIRO BEZERRA foi preso e recolhido ao 2º BC por prática de atividades subversivas.

2. JOSÉ GILVANDRO RAPOSO DA CÂMARA - Delegado Regional do Trabalho e pessoa constante das nossas INFORMAÇÕES nºs 06/E2/67 de 16 Ago 67 - 14/E2/67 de 26 Ago 67 e 34/E2/67 de 17 Out 67, presidiu a posse de MAURO PINHEIRO BEZERRA e quando em conversa disse "ter conhecimento do passado de MAURO PINHEIRO BEZERRA" mas, como o Ministério do Trabalho determinou que as informações a respeito dos elementos candidatos a cargos nos sindicatos fossem solicitadas ao DOPS/Am, ele não mais o fazia aos órgãos de informações militares da área. Conversando, ainda, sobre o mesmo assunto disse estar convicto que o DOPS/Amazonas não tem condições de informar nada, pois, seus arquivos apenas possuem um livro registro de comunistas do ano de 1945. Convém ressaltar todavia que o DOPS/Am, conforme se pode verificar pelo anexo, informou em tempo útil a Delegacia do Trabalho neste Estado sobre a situação de MAURO PINHEIRO BEZERRA e outros, o que, nos leva concluir que houve emissão pela Delegacia Regional do Trabalho em Manaus.

(continua)

See Info 2/17/68

N8. Pro. CSS. 170. J. P. 222

6287

(continuação da INFORMAÇÃO n.º 427E2/68, de 2 JULHO 1968) fls 2

3. Verificamos também que o Delegado do Trabalho - JOSÉ GILVANDRO RAPOSO DA CÂMARA, quando da solenidade não se encontrava perfeitamente lúcido, pois aquela hora - 09,30 - já havia ingerido algumas doses de WHISKY. Essa bebida foi ingerida no próprio sindicato antes do início da solenidade. É também de conhecimento público e notório em outras classes sociais que JOSÉ GILVANDRO RAPOSO DA CÂMARA é contumaz no uso excessivo de bebidas alcoólicas e o faz em companhia dos elementos da cúpula dos sindicatos.

4. Durante a realização da solenidade de posse, MAURO PINHEIRO HEZERRA recebeu de presente dos sindicalizados uma caneta. Os discursos não se revestiram de pregações ideológicas. O representante dos gráficos que falou na ocasião, se reportando a uma conferência do Gut ARISTIDES LEITE (documento em anexo), Interventor da MANAUS HARBOUR LTDA, procurou explicar porque não havia aumento de salário nominal. Disse então que era mais interessante que os Sindicatos lutassem por melhores condições sociais (cantinas, ônibus, armazens, etc) do que por aumento salarial, porquanto essas reivindicações atenderiam a classe como um todo.

5. MAURO PINHEIRO HEZERRA foi breve em seu discurso mas, apontando para o nome que está inscrito na parede da sala que é o seu próprio, disse pretender continuar lutando pelas mesmas idéias em defesa da classe. Observamos que MAURO é benquista entre a classe portuária e sindical, podendo mesmo ser considerado como um líder.

6. Dos outros que falaram uso da palavra podemos ressaltar AVIZ DO AMARAL VALENTE, que dirige a Presidência da " FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO AMAZONAS " que hipotecou apoio a o presidente recém eleito. O início da fala de AVIZ DO AMARAL VALENTE foi precedida de palavras calorosas que nos permitiram entender a aceitação de sua pessoa e de suas idéias dentro dos sindicatos. AVIZ DO AMARAL VALENTE, pessoa referida na nossa INFORMAÇÃO n.º 10/22/67, de 17 Ago 67, defende como tese em todos os seus discursos A UNIÃO DOS SINDICATOS.

7. A omissão de JOSÉ GILVANDRO RAPOSO DA CÂMARA e a sua falta de comunhão aos princípios básicos da Revolução de 31 de Março de 1968, contribuíram para que os sindicatos dos Estivadores - Sindicatos dos Conferentes e Carregadores de Carga e Descarga e finalmente o Sindicato dos Operários no Sarriga Portuário de Manaus voltassem a serem dirigidos por elementos COMUNISTAS e CORRUPTOS.

8. Notório é que a posse de MAURO PINHEIRO HEZERRA foi bastante concorrida, comparecendo ainda as seguintes figuras:

- a) MANUEL AMANCIO DE OLIVEIRA, Portuário, comunista ativo fichado no PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO sol e n.º 200, preço

(continua)

DIA 23 Abril 1964, à disposição do Maj José Felix da Silva, Inc do IPM sobre subversão na área e cujo PRONTUÁRIO segue ANEXO.

- b) FÁBIO LUCENA FERREIRA BITTENCOURE - Estudante de Direito - 1.º ano, comunista, ex-Presidente do Sindicatos dos Bancários do Estado do Amazonas deposto pela revolução de 31 Março 1964, Bancário lotado no Banco do Brasil - Agência de Manaus, Secretário do M D B / Ali nomeado recentemente pelo Deputado Federal JOSÉ BERNARDO CABRAL e Candidato do MDB ao Governo do Estado - Foi secretário do C. G. T. em Manaus. ANEXO segue o seu PRONTUÁRIO.
- c) MANOEL FELIX DA SILVA que participou ativamente das Assembleia do C G T em Setembro de 1963 quando da prisão do líder ANTOCILDO PASCOAL VIANA, manifestando-se de maneira ofensiva e agitadora contra as autoridades civis locais - Capitão dos Portos - Cmt do GEF e Poder Judiciário, sendo considerado indesejável na classe sindical acôrdo Offício DTM n.º 0154, de 27 JULHO 1967 do Delegado de Trabalho Marítimo neste Estado; dias antes da eclosão do movimento revolucionário, destruiu por meio de fogo, atas, livros e outros documentos de real interesse para a vida do Sindicatos dos Estivadores e papéis que incriminavam o comunista ANTOCILDO PASCOAL VIANA. É comunista notório e faz parte da Diretoria do Sindicato dos Estivadores.
- d) JOSÉ PAIVA DE SOUZA FILHO, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais formado pela Faculdade de Direito do Estado do Amazonas, comunista que exerce a função de Secretário Geral do P C B no Amazonas; autor de várias pregações tendenciosas na Faculdade de Direito quando aluno; teve em 22 Ago 1965 apreendido no D C T neste Estado 10 exemplares da publicação " PEQUIN INFORMA " e uma série de revistas com inscrições diversas contendo a ideologia comunista. É advogado de vários Sindicatos onde possui trânsito livre.
- e) RAIMUNDO ALEIXO DA SILVA, Vereador pelo M D B, aliás o único Comunista notório autor de várias pregações tendenciosas no interior da Faculdade de Direito; Ex-Presidente da União dos Estudantes do Amazonas; ex-cabo eleitoral de ALMIRO ALVARES e AFONSO (Ex-Ministro do Trabalho do Sr João Goulart) e de JOSÉ BERNARDO CABRAL. - Deputado Federal e candidato pelo MDB ao Governo local que o apoiará na sua reeleição a Vereador pelo M D B local nas eleições de novembro próximo. Recentemente, concitou a população de Manaus a fazer greve geral caso o preço da carne verde fosse majorado. Em 15 Set 67, compareceu a posse do comunista EDGAR ANSELMO FRANCO na presidência

(continuação da Informação n.º 132/68, de 2 JULHO 68) fls: 4

do SINDICATOS DOS ESTIVADORES DO AMARANHAS, objeto do n.º R P I da 1.ª Quinzena de Setembro de 1967. É adregado de vários sindicatos onde possui trânsito livre.

f) JOSÉ MARIANO LEVE DOMIN e MARCELO PAUNAS, ambos corruptos, funcionários da Delegacia Regional de Trabalho, com grande influência junto a JOSÉ GILVANIRO RAPOSO DA CÂMARA. Procuram sempre em conivência, facilitar na Delegacia, a ação dos Presidentes de Sindicatos, tomando parte ativa em assuntos que fogem a sua alçada. Em agosto 1967, procuraram dar todo o qualquer apoio ao corrupto ALTAMIRO DA SILVA ROCHA (Presidente do Sindicato dos Conferentes e Consertadores de Carga de Porto de Manaus), o comunista EDGAR ANSELMO FRANCO (Presidente do Sindicato dos Estivadores de Manaus).

g) JOÃO BEZERRA DA SILVA, Tesoureiro do Sindicato dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga de Manaus, corrupto, é um dos protegidos de ALTAMIRO DA SILVA ROCHA, Presidente do Sindicato. Em 28 Abril 1964, foi destituído da função de suplente da Diretoria daquela entidade, por não merecer a confiança do interventor militar - Ten Flávio Franco de Sá, conforme Portaria n.º 01 / INT. Em 1967, foi demitido dos quadros da Prefeitura Municipal de Manaus (Guarda Municipal - Parques e Jardins - Padrão 4), visto exercer atividades tanto na Prefeitura como no Sindicato e haver incompatibilidade no horário, contrariando o Art 97 - parágrafos segundo e terceiro da Constituição Federal.

h) DANIEL MANANTE DE OLIVEIRA, Inspetor da Delegacia do Trabalho Marítimo, lotado na Capitania dos Portos. Vive constantemente de pendo em bares da cidade em companhia de Armadores e Presidentes de Sindicatos; procura facilitar o trabalho de grupos que compõe chapas sindicais, tomando parte ativa em assuntos que fogem a sua alçada; colaborou na candidatura do comunista EDGAR ANSELMO FRANCO eleito Presidente do Sindicato dos Estivadores.



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE/ADF

Brasília, DF. 04 JUL 1968

ANEXO N.º 4.9

INFORMAÇÃO N.º 477 CIE/ADF

ASSUNTO Reunião do MDB
ORIGEM Info nº 274/SNI/ABSB/1ª Jul 68
DIFUSÃO CIE - 11ª RM - P: E/09.n. - E/17 - E/22
DIFUSÃO ANTERIOR... Ch SNI - SNI/ARJ - 7ª DN - GM2

Esta Agência recebeu a seguinte informação:

1. Na reunião do MDB promovida na tarde de sábado, dia 29 Jun, com o objetivo ostensivo de tratar da posição do Partido face a possibilidade de decretação do Estado de Sítio na GB e SP, pelo Governo Federal, foi debatido e aprovado o seguinte:

- a. convocação extraordinária do Congresso, sem ônus para os cofres públicos;
- b. apoio ao movimento estudantil em todos os sentidos. Neste caso, houve uma moção de solidariedade aprovada por unanimidade;
- c. cobertura por parte das bancadas estaduais aos movimentos estudantis, de operários e intelectuais, de modo a incentivar o povo contra o sistema de governo implantado pela Revolução de 31 Mar 64;
- d. designação de deputados estaduais para comparecerem às passeatas e concentrações estudantis-operárias, em plena marcha;
- e. aguardar o regresso de CARLOS LACERDA para um relato dos acontecimentos da FRANÇA e de outros países da Europa, a fim de dar ênfase aos futuros movimentos de massas contra o governo COSTA E SILVA;
- f. dar decidido apoio aos movimentos de massa liderados pelos estudantes, sejam quais forem os objetivos;
- g. o lançamento de um manifesto aos estudantes, trabalhadores e ao povo, no dia 23 Ago 68 (véspera do aniversário da morte de Vargas);
- h. participação ativa do MDB, a partir de hoje, nos movimentos estudantis-operários-intelectuais, camponeses, onde quer que os mesmos surjam.

011

2. O comportamento dos governadores ABREU SODRÉ, LUIZ VIANA FILHO e NEGRÃO DE LIMA foram examinados. O último foi considerado como um pau mandado do governo federal, fraco e teleguiado pelas oligarquias revolucionárias militares.

CONFIDENCIAL

(Continuação da informação nº 477 CIE/ADF, de 04 JUL 1968)

3. Dezenas de parlamentares da ARENA cujos nomes ainda não foram revelados estão apoiando o movimento dos extremistas do MDB, segundo comentário dos deputados BERNARDO CABRAL, HERNANO ALVES e MARIO COVAS.

4. A reunião em questão, foi presidida por MARIO COVAS Jr (MDB/SP), tendo como secretário os deputados MARTINS RODRIGUES (MDB/CE) e BERNARDO CABRAL (MDB/AM). Cerca de uma centena de deputados do MDB e ARENA compareceram à reunião solidarizando-se com a mesa, segundo declarações de emedebistas".

Pentel
el

SECRETO

Nº. Pro. C.S.S. 170. J.P. 228

FICHADO

6287

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
C M A - 8a R M - G E F

MANAUS (Am)

ANEXO N.º 410

2a S E Ç Ã O

Em 16 JULHO 1968



INFORMAÇÃO n.º 151/E2/68

1. ASSUNTO + JOSE BERNARDO CABRAL - Deputado Federal.
2. ORIGEM + G E F
3. DIFUSÃO + C I E Rio / GB
4. ANEXO + Cópia em Thermo Fax das nomeações de JOSE BERNARDO CABRAL. (7 fls)

1. JOSE BERNARDO CABRAL - Deputado Federal pelo M D B / Am, deu início dia 2 de Maio de 1968, oficialmente, a sua campanha ao Governo do Estado, conforme publicação de " O JORNAL " - edição de 2 Maio 68, já tendo inclusive, viajado para o interior do Estado em campanha política.

2. BERNARDO CABRAL como é conhecido, entre outras exerceu as seguintes funções públicas :

2.1 - No Governo do Cassado PLÍNIO RAMOS COELHO.

- Delegado de Roubos e Falsificações, de 31 Janeiro a 2 de Março de 1955;
- Chefe de Polícia do Estado do Amazonas, de 15 de Agosto à 10 de Outubro de 1957.

2.2 - No Governo do Cassado GILBERTO MESTRINHO DE MEDEIROS RAPÔSO.

- Chefe de Polícia do Estado do Amazonas, de 11 Abr 1961 à 02 de Agosto de 1962.
- Secretário do Interior e Justiça, de 11 Abr 1961 à 12 de Maio de 1962.
- Sub-Procurador Jurídico e Fazendário, nomeado por Decreto de 31 de Janeiro de 1959 (D.O. Estado de 02 Fev 1959).
- Chefe de Gabinete da Casa Civil, nomeado por EXPEDIENTE do dia 31 de Janeiro de 1959.

3. Como Chefe de Polícia do Estado do Amazonas no Governo do Cassado PLÍNIO RAMOS COELHO, permitiu o ARQUIVAMENTO do Inquérito que apurava o seviciamento de FRANCISCO RODRIGUES DE ARAÚJO que motivado por tal fato, veio a falecer no pátio do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, com hemorragia e forte contusão no

Remet. Supo 1980 de 29/8/68, ao SMI/ARJ

M. ex - G. M. J. C. I. E.
PROTOCOLO
N.º 5518
Em 22 de julho de 1968
Providências Dispensadas ao
S.º 9.º. encaminhadas para
os serviços interessados
neste C.I.E. F. C. P. A.

See Info
23/7/68

(continua)

SECRETO

(continuação)

SECRETO



ANEXO N.º 4.10

crâneo, o qual foi alvo de tortura pelo Sr Stênio Neves que havia sido recentemente exonerado da Chefia de Polícia pelo Governador PLÍNIO COELHO, em função da morte do referido cidadão, cabe eleitoral do Sr PAULO PINTO NERY.

O ARQUIVAMENTO desse processo se deu por questões meramente políticas que visavam apadrinhar STÊNIO NEVES amigo e líder político de PLÍNIO RAMOS COELHO.

A morte de FRANCISCO RODRIGUES DE ARAÚJO causou profundo descontentamento público e os fatos foram amplamente divulgados pelos periódicos " A CRÍTICA " edição de 3 Ago 57 e " DIÁRIO DA TARDE " edições de 26 - 31 Ago e 14 Set 1957, respectivamente.

A atitude de JOSÉ BERNARDO CABRAL serviu para que nada ficasse apurado e os assassinos do infeliz cidadão fossem declarados inocentes.

4. BERNARDO CABRAL pertenceu ao Partido Trabalhista Brasileiro extinta pela Revolução e foi líder do Governo na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas na gestão do Sr GILBERTO MESTRINHO DE MEDEIROS RAPÔSO; prestigiou em companhia do ex-Ministro do Trabalho ALMIR ALVES AFONSO, o " I SEMINÁRIO DE ESTUDOS AMAZÔNICO ", realizado em Março de 1964, com a participação da Diretoria da UNIÃO DOS ESTUDANTES SECUNDARISTA DO AMAZONAS, composta de Comunistas e Esquerdistas - JORGE SILVA - ELSON BENTES FARIAS - RAIMUNDO DA COSTA CRESPO - FELIX VALOIS COELHO JUNIOR - LUIZ BEZERRA DE MENEZES e JOSÉ PAIVA DE SOUZA FILHO, este último Secretário do Partido Comunista no Amazonas; em 08 de Abril de 1963, assinou juntamente com ARLINDO AUGUSTO DOS SANTOS PORTO e RENATO DE SOUZA PINTO (ambos comunistas fichados no PCB), um requerimento à Assembléia Legislativa considerando um absurdo o cancelamento do " COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES " e enviaram uma moção de aplauso ao Ministro do Trabalho ALMIR ALVARES AFONSO pelo seu esforço em fazer voltar o C G T à legalidade, bem como enviar um telegrama alusivo ao Presidente da República - JOÃO GOULART e ao próprio C G T; do depoimento do comunista cassado MANOEL RODRIGUES DE SOUZA foi extraído que JOSÉ BERNARDO CABRAL passou a frequentar as reuniões do C G T tanto na gestão do Comunista ANTOGIL DO PASCOAL VIANA - Ex-Presidente do Sindicato dos Estivares, hoje falecido, como na de AVIZ DO AMARAL VALENTE, também Comunista, a partir de Setembro de 1962, inclusive, na reunião de reestruturação do C G T; que AVIZ DO AMARAL VALENTE em seu depoimento declara que JOSÉ BERNARDO CABRAL desejava participar dos comícios a que seriam organizados pelo C G T em prol das reformas de base do Governo do Sr JOÃO GOULART e foi AGENTE DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL de

(continua)

SECRETO

SECRETO
JULHO 1968

(INFORMAÇÃO n° 151 /E2/68, de 7/8

fls 3

(continuação)

ANEXO N.º 4.10

JUNHO de 1961 à Maio de 1962, conforme documentação exibida ao Chefe da 2ª Seção em 10 Setembro 1962.

5. Em JUNHO de 1968, JOSÉ BERNARDO CABRAL nomeou como Secretário Geral do M D B / Am, a fim de coordenar a sua campanha eleitoral, o Comunista FABIO LUCENA PEREIRA BITTENCOURT referido na página 03 da nossa INFORMAÇÃO n° 142 de 2 JULHO 68. BERNARDO CABRAL está ligado aos Comunistas FRANCISCO GUEDES DE QUEIROZ - RENATO DE SOUZA PINTO ambos Deputados Estadual pelo MDB/Am - Cassados GILBERTO MESTRINHO DE MEDEIROS RAPÔSO e PLÍNIO RAMOS COELHO e ao Estudante de Direito - 5º Ano - AMAZONINO ARMANDO MENDES comunista que lidera o bloco esquerdista da Faculdade de Direito do Amazonas. Em 4 JUNHO 1968, o "JORNAL DO COMÉRCIO" edição daquela data, em sua coluna DE FRENTE E DE PERFIL publicou a seguinte nota: "É IRREVERSÍVEL". Apesar dos palpites circulantes nos meios políticos e que esta coluna captou, a candidatura do Deputado BERNARDO CABRAL ao Governo do Estado é considerada por elementos do "Staff" do MDB como definitiva, tendo sido lançada "pra valer". O parlamentar, desde que conhecida a posição do seu partido, vem recebendo o apoio expressivo dos círculos ESTUDANTÍIS e SINDICAIS, com os quais mantém íntima ligação e a cujos problemas dedica em maior parte suas horas de estudos e de ação".

6. Dia 15 JUNHO 1968, fazendo parte da comitiva de inauguração do canteiro de obras de construção do HOTEL TROPICAL DE MANAUS, da qual participou o Ministro AFONSO DE ALBUQUERQUE LIMA, chegaram a esta Capital (foto anexo) os Deputados Federais JOSÉ BERNARDO CABRAL e Padre ANTONIO VIEIRA este último do MDB/Ceará. Nesse mesmo dia, a convite de JOSÉ B. CABRAL, o Padre ANTONIO VIEIRA se propôs a fazer uma conferência no auditório da "Escola Divina Providência", sob a Direção do Sociólogo Professor ANDRÉ VIDAL DE ARAÚJO que havia cedido a casa por solicitação do Deputado José B. Cabral, sob o tema: " A IGREJA E A REALIDADE ATUAL DO BRASIL ".

Para surpresa dos quantos assistiram, o Padre ANTONIO VIEIRA fugindo ao assunto da conferência, deu decidida ênfase aos problemas temporais de fundo político, fazendo fortes críticas ao Governo Federal e em particular a revolução de 31 de Março de 1964. No dia seguinte, 16 jun, compareceram ao Sindicato dos Estivadores de Manaus onde o Padre Antonio Vieira reiteirou suas críticas no meio sindical dentro da mesma linha de ação anterior.

SECRETO



ANEXO N.º 4.10

SECRETO

CABRAL E VIEIRA



PARA PARTICIPAR da solenidade de inauguração do canteiro de obras de construção do Hotel Tropical em Manaus, chegaram a esta capital os deputados Bernardo Cabral (do MDB local) e Padre Antônio Vieira (do MDB do Ceará) — foto — que tiveram boa recepção no aeroporto de Ponta Pelada. Padre Antônio Vieira foi uma das figuras mais solicitadas pelo mundo cultural, haja vista sua fama como autor de primeira linha, tendo escrito os livros "100 cortes sem recortes", que chegou a ser adotado no Ginásio de Fortaleza, como motivação literária, já em segunda edição; "O verbo Amar e Suas Complicações", em terceira edição; "O Jumento Nosso Senhor Brabo", que foi lançado recentemente no sul. Durante sua curta permanência em nossa cidade, Padre Antônio Vieira palestrou com intelectuais, trocou idéias com estudantes e fez uma conferência na Escola "André Araújo" sobre o tema "A Igreja e a realidade atual do Brasil".

SECRETO



ANEXO N.º 4.11

Handwritten signature
DA ROCHA PAXANOS
MINISTÉRIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA
FERNANDES

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

DATA / 20 / 12 / 1968 Nº 0716

ORIGEM: ~~XXX~~-----

REFERENCIA: ~~XXX~~-----

DISSEMINAÇÃO: ~~CSN~~ - ~~CSNA~~ - ~~CSNINAR~~ ✓
CSN.

~~INFORMAÇÃO~~ INFORMAÇÃO / ~~SECRETARIA~~

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	XX
VERACIDADE	XX

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR ~~XXX~~-----

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere-----

JOSE BERNARDO CABRAL - Deputado Federal (MDB/AM)

Advogado, Professor da Universidade de Brasília -

- Remeteu telegrama a JOÃO GOULART, por ocasião da eclosão da Revolução de 31/3/1964, classificando os Generais de golpistas e gorilas.
- Mantinha ligação com o ex-Deputado ALMIR AFONSO.
- Consta da relação do SNI/ARJ das pessoas cujos extratos de prontuário foram organizados, porém não chegou a ser atingido pelas sanções do Art. 10 do Ato Institucional.
- Foi Secretário de Interior e Justiça e Chefe de Polícia no governo - GILBERTO MESTRINHO.
- Informe (Sem avaliação) site-o como um dos envolvidos em atividades de contrabando de cocaína no governo MESTRINHO.

1/9/1966 - Assinou manifesto de repúdio a eleição indireta condenando contundentemente a atitude do governo. (Ver texto do manifesto em anexo).

28/6/1967 - Em discurso na Câmara de Deputados condenando a intervenção do Governo no meio Sindical declarou: "só se pode acreditar no homem livre, no homem que é capaz de pensar, quando ele atua segundo suas convicções, sem temor de nenhuma espécie".

5/8/1967 - Juntamente com MÁRCIO MOREIRA ALVES, DAVID JOSÉ LERER e BELO DHALIA SILVEIRA, apoiou as críticas contundentes de dep

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

ANEXO N.º 4.11

Fernando da Rocha Paranhos
FERNANDO DA ROCHA PARANHOS
DIRETOR
MINISTÉRIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

DATA / 20 / 12 / 1968 Nº 0716

~~CONFIDENCIAL~~/INFORMAÇÃO/~~CONFIDENCIAL~~

ORIGEM: ~~XXXX~~
REFERENCIA: ~~XXX~~
DISSEMINAÇÃO: (Continuação...)

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	XX
VERACIDADE	XX

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR ~~XXX~~

PARA ADIDOS - País de origem ----- País/área a que se refere -----

tado federal JOSÉ MARIA MAGALHÃES (MDB/MG) a atual Constituição.

12/8/1967 - Denunciou, da tribuna da Câmara, a reimplantação de esta de policial no Brasil, citando como exemplo as perseguições a estudantes, padres e jornalistas.

30/3/1967 - Participou da passenta estudiantil realizada em Brasília. (Ver fotografia em anexo).

1/4/1968 - Segue, em anexo, um trecho do discurso pronunciado pelo marginado, na Câmara.

27/5/1968 - Foi um dos que coordenou a campanha contra a votação na Câmara da lei que estabelece os municípios considerados vitais para a Segurança Nacional.

12/10/1968 - Em nome da liderança do MDB, anunciou, ontem (11/10/68), na Câmara, que o partido não permitirá a cassação do mandato do Deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES. Ressaltou que "o Poder Legislativo não pode ficar à mercê do Executivo, - sob pena de se reduzir a um mero ajuntamento de homens a serviço do Presidente da República."

Não devemos deixar prevalecer a força sobre o direito - disse, acrescentando que "a Câmara não pode mais resvalar no declive da opinião pública, pelo desacerto de um, e guardar de outros e acomodação de tantos".

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

ANEXO N.º 4.11

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO 20 12 8

DATA / / 196 N.º 0716

Fernando
DIRETOR
MINISTÉRIO DA MARINHA

FERNANDO
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

~~XXXXXX~~ ~~XXXXXX~~
INFORME/INFORMAÇÃO/P. BUSCA

ORIGEM: ~~XXX~~-----

REFERENCIA: ~~(Continuação...)~~-----

DISSEMINAÇÃO:-----

AValiação	XX
CONFIANÇA	XX
VERACIDADE	

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR-----

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere-----

Salientou o deputado BERNARDO CABRAL que "os que querem que o Congresso seja um simples caudatário do Executivo, hoje mais poderoso que nunca, evidenciam o desconhecimento de que a fragilidade das estruturas dos Legislativos é superada pelas qualidades pessoais de seus integrantes, muitos dos quais, não obstante serem governistas, entendem que não podemos assistir impassíveis à queda do princípio da separação e equilíbrio de poderes no regime democrático".

Fora desse procedimento encalharemos esta República no lodacal da ditadura.-----

-----0000-----

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCUMENTO.
(Art. 62 - Doc. n.º 60:417/67 - Regulamento
para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

CÓPIA:- Documento " MANIFESTO DA BANCADA "

ANEXO N.º 4.12

Os deputados que êste subscrevem, integrantes da bancada do Movimento Democrático Brasileiro (M.D.B.), em consenância com a recomendação dos Gabinetes Nacional e Regional, querem, nesta / hora da mais alta significação histórica para o povo amazonense, retificar a sua posição de recusa à farsa eleitoral da eleição indireta, que se processa, melancolicamente e à revelia da vontade / popular, no apagar das luzes de uma legislatura divorciada na sua maioria, das legítimas aspirações democráticas.

Condenamos, por inteiro, a eleição indireta - que é a negação do sentido de democracia -, a par de entendermos que os homens só valem pelo trabalho, pela luta e pelas idéias que defendem em benefício do povo, nesta data amplamente frustrado no seu mais / sagrado direito: o da escolha direta do seu Governante.

Repudiamos, por igual, a eleição para Vice-Governador, cargo que, não obstante ter sido superado pela nossa experiência histórica, foi urdido por um cerrilho da política situacionista e aproveitado com vasa num diploma flagrantemente inconstitucional.

Manifestando, finalmente, a esperança na renovação do regime, que surgirá como uma alvorada para todos, repetimos as palavras oraculares e sempre atualizadas do eminente estadista ABRAHAM LINCOLN:

" É POSSIVEL ENGANAR A TODOS DURANTE PARTE DO TEMPO E PARTE DAS PESSOAS DURANTE TODO O TEMPO, MAS É IMPOSSIVEL ENGANAR A TODOS DURANTE TODO O TEMPO ".

S.R. DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 3 de setembro de 1966.

ass) - JOÃO VALÉRIO DE OLIVEIRA
FRANCISCO GUEDES DE QUEIROZ
~~JOSE BERNARDO CABRAL~~
ALFREDO CAMPOS
ANDRADE NETO
JOEL FERREIRA.

ANEXO N.º 4.13

Resumo dos principais pronunciamentos do
José BERNARDO CABRAL.

no Congresso



DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
26 OUT 67	Em aparte, disse que o Plenário deve "protestar, não só contra as arbitrariedades que se comentem contra os vereadores do ERJ, porém, mais ainda, contra o verdadeiro abuso que se tem implantado naquela unidade federativa, com a invasão de Câmaras Municipais, deposição de Prefeitos, "impeachment" de titulares dos executivos municipais".	SUP DC Nº 114-I
25 OUT 67	Falando a respeito do projeto que regula o pagamento de subsídios aos vereadores, criticou a "discriminação odiosa que o governo passado, e o Gov atual, teima em fazer em relações aos vereadores.	SUP DC Nº 143
19 MAR 68	Falou sobre o Editorial do "CM" sobre manifestações ao Pres da Rep.	Nº 39-I
02 ABR 68	Falou sobre as manifestações estudantis em BSB.	Nº 49-I
30 AGO 68	Em seu discurso, disse: "o Gov teima em fazer ouvidos de mercador aqueles que lhe chamam a atenção para os fatos graves que ocorrem nesta Nação. Mediante uma farsa policial devidamente montada, invade-se uma universidade, sob o pretexto mais irrisório, porque a prisão de um estudante pode ser feita fora, como o foi ainda há pouco / realizada a de um líder estudantil no Rio de Janeiro. Invade-se o campus universitário sob esse pretexto, apenas para que, com a farsa montada, surgissem, como surgiram, episódios mais graves, com a detonação de tiros, com o lançamento de bombas de gás lacrimogêneo, a mostrar a Nação que o Governo não pode conceder anistia, pois os estudantes não está a altura de recebê-la. A encenação da prisão toda ela montada dentro daquele mais rigoroso exemplo que a Gestapo ofereceu ao mundo mostra bem que o que este Governo quer é criar o regime de força, e implantar o poder através dessa onda terrorista, pois a ninguém / e dado o direito de protestar".	Nº 148-I
05 SET 68	Falando sobre a invasão da UnB, disse: "os jornais amanhecerao hoje com a declaração presidencial, feita ao Reitor da UnB, de que os fatos ocorridos na quinta-feira passada nesta Capital não mais se repetiam, quer na universidade local quer em outros estabelecimentos do nosso País. Melhor seria, se tal declaração fosse acompanhada da demissão imediata de certos auxiliares seus mais voltados para a desunião da família brasileira do que propriamente para a construção de dias melhores para o nosso povo. Esta na hora do povo que o	



Resumo dos principais pronunciamentos do DEP. DE - 105/AM
José BERNARDO CABRAL. no Congresso Nacional

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
05.9.68	<p>merecedor dessa satisfação presidencial, não, continuar a tomar a atuação de S.Exa nesse episódio como a de um co-autor ou de um Chefe de Estado que quer afirmar a sua liderança pela omissão principalmente, na hora em que essas figuras da administração pública estão a se constituir em pioneiros do nada, em demolidores de esperanças, transformando os cargos que deslustram em verdadeiros desaguiadores das suas maguas, recalques e frustrações pessoais. Impedir que os estudantes participem da vida política deste País - como vem tentando alguns - e a negação de toda uma liderança em formação num País já carente de líderes".</p>	SUP DC. 152-I

JOSÉ BERNARDO CABRAK



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

PRONTUÁRIO Nº _____

NOME: G A B R A L - José BernardoOBS: Dep. Fed. MDB/AM - Subversivo -

	<p>-Residências:BRASÍLIA/DF: Sq.114 -Bloco H -Ap.-302 -fone 43.29.63.MANAUS/AM:Rua Huascar de Figueiredo nº 113 - fone 1809.RIO DE JANEIRO/GB: /Rua Barão de Ipanema nº 15 - Ap. 503 - fone 36..36.32.28.</p>
13. 07. 66	<p>-Deputado Estadual do Estado do Amazonas.Subversivo.Pertence ao grupo subversivo do ex-deputado federal-ALMINO AFONSO. Ofº 539/DRCD-DFSP/66 - Ref. P. 19/019 Ofº 243/DR-AM/66 - Ref. P. 19/019</p>
20. 02. 68	<p>-Eleito pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro(PTB) de 1963 à 1967, após a Revolução de 31.03.64, no governo de PLINIO COELHO.De 19.1961 à 1962 no governo de GILBERTO MESTRINHO,de quem é amigo incondicional,foi Secretário do Interior e Justiça e Chefe da Polícia do Estado do Amazonas.Nesta época verificaram-se em Manaus/AM, inúmeras arbitrariedades e fraudes no alistamento eleitoral, visto que, menores de dezoito anos, receberam documentos fornecidos pela Secretaria do Interior e Justiça, como sendo de maioria para fim de serem alistados como eleitores.</p>
01. 04. 68	<p>Ofº 01/GAB-DR-AM/68 - Ref. P. 017/F.444 -A situação nacional face aos acontecimentos de movimentação estudantil de protesto contra a morte de Edson Luis, foi amplamente focalizada na Câmara dos Deputados.Destacaram-se,entre outros, os deputados Hermano Emmanoel,digo Hermano de Deus Nobre Alves,Mario Piva,David Lerer, Mata Machado,Mario Covas e o epigrafado, que confirmou sua presença nos distúrbios ocorridos na Capital Federal,juntamente com outros parlamentares, com os quais formou comissão para saber da situação dos estudantes nas Delegacias de Polícia.Afirmou que todos já foram soltos e que sofreram espancamentos.Disse que a participação dos parlamentares, entre os quais estava incluído,teve o sentido de garantir aos estudantes sua manifestação de protesto.Nesta ocasião comunicou notícias da edição de um novo Ato Institucional e que "haverá cassações de mandatos e que os parlamentares que saírem da Câmara para tomar parte em qualquer manifestação estarão com suas imunidades parlamentares cassadas e podendo ser vítimas de qualquer repressalias, o que não amedronta a quem quer que seja"(palavras textuais do epigrafado na Câmara). Infº s/nº/DOPS-DPF/68 - Ref. P. 009/F.58 Rec.Jornal/68 - Ref.P.009/F.158</p>